

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS – FCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH**

AILSON DO CARMO DE SOUZA

**FILHAS E FILHOS DE IAIÁ SUTERA: UMA ANÁLISE DA MIGRAÇÃO DE AFRO-
BRASILEIROS PARA O NORTE/NOROESTE DO PARANÁ A PARTIR DA
TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA ARAÚJO**

**DOURADOS - MS
2023**

AILSON DO CARMO DE SOUZA

FILHAS E FILHOS DE IAIÁ SUTERA: UMA ANÁLISE DA MIGRAÇÃO DE AFRO-BRASILEIROS PARA O NORTE/NOROESTE DO PARANÁ A PARTIR DA TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA ARAÚJO

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/FCH/UFGD) para cumprimento parcial na obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História, Identidades e Região

Orientador: **Prof. Dr. Leandro Baller.**

**DOURADOS - MS
2023**

AILSON DO CARMO DE SOUZA

FILHAS E FILHOS DE IAIÁ SUTERA: UMA ANÁLISE DA MIGRAÇÃO DE AFRO-BRASILEIROS PARA O NORTE/NOROESTE DO PARANÁ A PARTIR DA TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA ARAÚJO

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em ____ de _____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientador:

Leandro Baller (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Cíntia Santos Diallo (Dra., UEMS) _____

3º Examinador:

Éder da Silva Novak (Dr., UFGD) _____

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S729f Souza, Ailson Do Carmo De
FILHAS E FILHOS DE IAIÁ SUTERA: UMA ANÁLISE DA MIGRAÇÃO DE AFRO-BRASILEIROS PARA O NORTE/NOROESTE DO PARANÁ A PARTIR DA TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA ARAÚJO [recurso eletrônico] / Ailson Do Carmo De Souza. -- 2023.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: LEANDRO BALLER.
Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. AFRO-BRASILEIROS. 2. NORTE DO PARANÁ. 3. MIGRAÇÕES. 4. TRABALHADORES. I. Baller, Leandro. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Dedico à toda a população negra do Paraná. E, em especial, às Filhas e Filhos de Iaiá Sutura Simiana da Conceição, principalmente, aos meus queridos pretos velhos: dona Senhorinha Rosa da Costa, João Izidio de Araújo, Isidoro Izidio de Araújo, Guilhermino *Izidio* de Araújo, Rosalina Simiana da Conceição, Maria Simiana da Conceição, Emanuel Izidio de Araújo e Antônio *Izidorio* de Araújo. Espero que esta pesquisa contribua de alguma forma para fazer justiça à história e cultura da importância da população afro-brasileira do estado do Paraná.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho ainda não seria possível sem o apoio e a compreensão das pessoas que me acompanham.

Primeiramente, agradeço à minha família, Cauã, Ailson Jr. Carlos Quiloá, Dandara e Hellena meus filhos e filhas, amigos e fonte de inspiração e força, por me apoiarem para que eu aqui chegasse.

Aos meus irmãos, Carlos, Elizete, Elizangela, Valdirene, Roberto, Ester, Emely e Valdir, embora à distância, sei que sempre torceram por mim.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Leandro Baller, que com sua paciência e insistência sempre acreditou no meu potencial e na construção desta pesquisa, mesmo diante das minhas dificuldades. Sou muito grato pelo seu apoio, incentivo e compreensão em nossas interlocuções.

Aos meus amigos, Claudinei Araújo dos Santos (Ney) e Eduardo Martins Dudu) pelos incentivos, apoio e por não me deixarem desistir. E ao anjo da guarda (daquela criança) dona Astrid Mayer, sempre grato!

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFGD, a todos os docentes e técnicos administrativos, em especial, aos professores doutores: Éder da Silva Novak e Cíntia Diallo dos Santos, pelas contribuições dadas na qualificação desta pesquisa, e também aos professores com quem compartilhei reflexões e saberes durante todo o curso. Enfim, aos colegas do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD. Grato!!!

RESUMO

Esta pesquisa trata da trajetória da minha família: um grupo de trabalhadores (as) negros(as) de origem nordestina. As Filhas e Filhos de Iaiá Sutura ou Família Araújo, é formada por afro-brasileiros que buscaram, ao se dirigirem ao sul do Brasil, reproduzirem um modo de vida e edificarem um novo território. Trato da presença negra mais ao sul do Brasil e da trajetória de um grupo específico – a família de Iaiá Sutura e suas conexões -, história cujo recorte me permitiu analisar o período entre os anos de 1930 a 2022. Este é um trabalho que trata, antes de mais nada, da vida de trabalhadores (as) afro-brasileiros, que na busca por novos horizontes, acabaram por se incorporar ao processo de reocupação das regiões norte/noroeste do Paraná. Nesse processo histórico, muitas/essas famílias tiveram sua presença apagada e suas vozes silenciadas pelos registros da história oficial. A metodologia aplicada com o uso da História Oral é também uma forma ouvi-los. Trouxemos ainda, os documentos colecionados pelos membros da família Araújo, principalmente, os legados de dona Senhorinha Rosa da Costa, minha avó, como fontes que servem para contar a história dos grupos minoritários. Assim, analisei as cartas, fotografias, certidões de nascimento, batismo, casamento e óbito; recibo de sepultamento e contrato de trabalho. Na pesquisa não busco demonstrar apenas o percurso que envolve os estados da Bahia, São Paulo e Paraná. Também objetivo descrever uma trajetória que é repleta de angústias e conquistas, e pude perceber que esse movimento não é apenas uma viagem que termina em algum lugar, mas sim, que traz em si muitas partidas e chegadas. Enquanto teoria, fiz o possível para que a pesquisa pudesse ser afro referenciada, logo, a utilização de autores (as) negros (as) se fez de maneira que pudesse compreender essa história a partir da perspectiva teórica de autores (as) que também são minorias.

Palavras-chave: Afro-brasileiros; Migrações; Norte do Paraná, Trabalhadores.

ABSTRACT

This research deals with the trajectory of my family: a group of black workers of northeastern origin. The Daughters and Sons of Iaiá Sutera or the Araújo Family are Afro-Brazilians who sought, when moving to the south of Brazil, to reproduce a way of life and build a new territory. We deal with the black presence in southern Brazil and the trajectory of a specific group (the family of Iaiá Sutera and their connections), a history whose outline allowed me to analyze the period between the years 1930 and 2022. This is a work that deals first with nothing more, of the lives of Afro-Brazilian workers who, in the search for new horizons, ended up joining the process of reoccupation of the north/northwest regions of Paraná. In this historical process, their presence was erased and their voices silenced by official history records. The methodology applied with the use of Oral History is also a way of listening to them. I also brought documents collected by members of the Araújo family, mainly the legacies of Dona Senhorinha Rosa da Costa, my grandmother, as sources that serve to tell the history of minority groups. So, I analyzed the letters, photographs, birth, baptism, marriage and death certificates; burial receipt and employment contract. In this work I do not seek to demonstrate only the route that involves Bahia, São Paulo and Paraná. I also aim to describe the journey, which is full of anguish and achievements, and I could see that it (the journey) is not just a journey that ends somewhere, but rather, a journey that brings with it many departures and arrivals.

Keywords: Afro-Brazilians; Migrations; North of Paraná, Workers.

LISTA DE SIGLAS

BA – Bahia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas MG – Minas Gerais

PPGH – Programa de Pós-graduação em História PR – Paraná

SP – São Paulo

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

LISTA DE IMAGENS – FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - O Pilão de dona Maria Aparecida Pereira de Araújo.	39
Fotografia 2 - O Pilão da tia Rosa.....	40
Fotografia 3 - O Pilão da dona Senhorinha Rosa da Costa.	40
Fotografia 4 - Arma no Coldre. Loanda 27 maio 1952.	51
Fotografia 5 - Abridores de ruas. Loanda 02/06/52.....	52
Fotografia 6 - Homens negros cavando em volta de uma árvore para arrancá-la. ...	53
Fotografia 7 - O Bilhete. Paranavaí (1968).	55
Fotografia 8 - Certificado de batismo de Isidório. Olímpia-SP, setembro de 1935...	56
Fotografia 9 - Recibo de Sepultamento de Manoel Araújo. Olímpia – novembro de 1939.	60
Fotografia 10 - Caderneta Oficial de Firmínio. Olímpia - SP 1939.	62
Fotografia 11 - Os cadernos de Valdemar Joaquim da Costa. Olímpia- SP, 1956. .	74
Fotografia 12 - Óbito de Antônio Izidório. Paranavaí – abril 1985.....	77
Fotografia 13 - O Cortejo de Ana Victória de Jesus. Olímpia SP – década de 1950.	79
Fotografia 14 - O Cordão de São Francisco. Paranavaí – 1955.	81
Fotografia 15 - A mortalha de Regina. Paranavaí, 1977	83
Fotografia 16 - Paróquia Nossa Senhora de Fátima - Sumaré.	91
Fotografia 17 - O altar das obrigações (2022).	94
Fotografia 18 - A rezadeira Maria Barboza (2022).....	97
Fotografia 19 - Residência de Maria Barbosa, Paranavaí – PR, 2022.....	99

LISTA DE IMAGENS – GRÁFICOS

Imagem 1 - Aspecto Geográfico do Estado do Paraná.....	14
Imagem 2 - Árvore Genealógica de Iaiá Sutura com seus descendentes	25
Imagem 3 - Paranavaí- Paraná.....	67
Imagem 4 - Botuporã – Bahia.....	69

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: HISTÓRIA E MEMÓRIAS DOS FILHOS DE IAIÁ SUTERA: NOS PASSOS DE SENHORINHA ROSA.....	29
1.1 SOMOS NÓS: PROTAGONISTAS DESSAS HISTÓRIAS	48
1.2 DONA REGINA E SEU FIRMINO: HISTÓRIAS E ANDANÇAS	56
CAPÍTULO 2: HISTÓRIAS E IDENTIDADES: NASCER, VIVER E MORRER ENTRE OS FILHOS DE IAIÁ SUTERA.....	66
2.1 OS FILHOS IAIÁ SUTERA E A RELAÇÃO COM OS NOMES	70
2.2 HISTÓRIAS DE MORTES E EXPERIÊNCIAS DE VIDA: CONHECENDO A FAMÍLIA	73
CAPÍTULO 3: MATRIFOCALIDADE E O PROTAGONISMO FEMININO ENTRE AS FILHAS E FILHOS DE IAIÁ SUTERA	87
3.1 FLAUZINA.....	88
3.2 LAVANDO O CRUZEIRO	91
3.3 A REZADEIRA	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
ENTREVISTAS:	102
FONTES:.....	103
REFERÊNCIAS E FONTES	104
ANEXOS	112

INTRODUÇÃO

Até a minha geração, nas aulas de história, quando o assunto era a escravidão ou o período colonial brasileiro, o prazer de estudar dava lugar para um imenso constrangimento. O que sentia era que as aulas de história foram feitas para me convencer que o tronco, o chicote, a senzala, a roça, a cozinha, a obediência e a gratidão deveriam ser os nossos patrimônios.

O que eu sentia era que fomos feitos para ser escravizados. Pois não existia história dos negros antes da escravidão. Tudo começava para nós com o tráfico de escravos. Segundo tal visão, éramos os que aceitaram a escravidão para qual “o índio”, ser “indolentes por natureza”, não era compatível.

A professora compensava neste momento dizendo que “vocês são mais fortes” e “era uma necessidade” para que o Brasil pudesse existir. E existe “graças ao empenho dessas três raças que contribuíram para a formação desse país”! Tudo parecia ficar lindo quando, no final, éramos posto em pé de igualdade no “formato por três raças”. Porém, o nó na garganta e a humilhação pela forma como essa relação se dera não era suprido pelo mau acalento da frase, “portanto, somos todos iguais”.

Como poderíamos ser todos iguais, se tudo de belo e bom que a humanidade havia criado antes era, exclusivamente, branco e se passava na Europa? Não havia dúvida de que eles - os brancos - inventaram tudo e que não havia nada de racional fora do continente deles. O imaginário que se construía era que a África era sem história e os pretos não existiam antes da escravidão. Não, nos meus livros e aulas de história. Crítica ao sistema eurocêntrico, sobre esse retrospecto histórico vivido pela educação nacional, ainda, em 2007, escreveu Andrei, 2007¹:

Quando pensamos na história da África, conforme ela é ensinada nas escolas brasileiras, pensamos imediatamente na escravidão dos povos negros. E paramos aí, como se essa escravidão fosse natural e, até apontamos como argumento o fato de que os africanos teriam sido partícipes e cúmplices do processo de venda e captura. Ao colocarmos a História do continente africano desta forma, instituímos como único horizonte de referência histórica para as crianças e jovens negros, a servidão, a morte, a humilhação e a barbárie. O que estamos lhes dizendo é que seus ancestrais “foram fracos porque foram capturados e escravizados”, que eram “bárbaros sem cultura, que não tinham nenhuma história digna deste nome”, pois, ela não aparece em nenhum momento nos livros didáticos. É fraco consolo dizer que os negros tiveram influência na cultura brasileira, quando apontamos como influência a cocada, o samba, o acarajé, a capoeira e o candomblé. Comidas, danças, carnavais e “feitiços”, são apontados como a “contribuição negra, em contraste absolutamente desigual com as “instituições” da lei romana, da democracia

¹ ANDREI, Elena Maria (Org). Cultura afro-brasileira: Civilizações Africanas. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. (Caderno Uniafro; Vol.3).

grega, da fé cristã, da ciência europeia. (ANDREI; 2007, p.8).

Uma história assim tentava me convencer de que eu deveria ser grato à escravidão. Porque teria sido por meio desse processo de subjugação de milhões de seres humanos, durante quase IV (quatro) séculos, que fomos inseridos na história, e, segundo essa visão, nos permitiu ter contato com seres superiores, autoconstruídos e semelhantes aos deuses que nos apresentaram. Na escola, também se construiu o privilégio branco.

A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo. Uma pesquisadora proeminente desse tema Ruth Frankenberg define: a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo. (FRANKENBERG, 1999b, pp. 70- 101Apud PIZA, 2002, pp. 59-90).

Semelhante a essa história, foram outras que ao longo da vida escolar foram sendo a mim apresentadas. Entre essas histórias a do estado onde cresci, o Paraná, a escola nos ensinou que a terra era fértil e roxa. Mas, nós, a molecada do bairro, jogávamos futebol nas bancas de areia branca que se formavam nas esquinas do bairro e era na voçoroca que engolia ruas e casas próximas da nossa escola que treinávamos escalada em seus paredões. A fragilidade do solo que permitia o surgimento dessas imensas valas, demonstrava que a vocação agrícola dessa parcela do estado paranaense não acompanhava o enredo que nos era apresentado nas aulas falando de erva mate, soja e do café. Esse último, sim, conhecíamos bem. Porém, decadente, parecia mais pujante nas histórias dos nossos pais. Na minha infância e adolescência, entre as décadas de 1980 e 1990, vimos os cafezais onde os nossos pais trabalhavam serem transformados em pastagens, laranjais e pelo avanço do cultivo da mandioca.

Na escola, que já foi ameaçada pela voçoroca, aprendíamos que o símbolo maior do estado era a araucária, que segundo a narrativa oficial eram “abundantes nessas terras de temperaturas mais amenas”. Porém, Paranavaí, está posicionada logo acima do Trópico de Capricórnio, que separa grande parte do Norte/Noroeste do estado, criando uma zona tropical no Paraná. Nesta região, entre o inverno e o verão, a temperatura pode variar entre 9º e 36 graus Celsius. Como o inverno é curto, as temperaturas altas prevalecem na maior parte do ano, e portanto, não propícia ao desenvolvimento dessas arbóreas de clima temperado.

Imagem 1 - Aspecto Geográfico do Estado do Paraná²



Fonte: Enciclopédia Global (2022).

No bairro, havia algumas araucárias, porém, raramente se colhia um fruto delas. Mas, predominavam, nos quintais, as espécies tropicais. Favorecidas pelo clima³, foram das mangueiras, bananeiras, goiabeiras e laranjeiras que nos deliciávamos pelos quintais.

No Paraná das araucárias, da gralha azul, inaugurado por portugueses e expandido pelos imigrantes poloneses, ucranianos, russos, tchecos, alemães, italianos e japoneses, não havia sequer espaço para coisas como senzalas, pretos, mucamas, forros e cativos. Levemente, numa menção a um período de tropeirismo, relatava-se que alguma mão de obra escrava teria sido explorada, mas que tal, não prosperara. E assim, se fazia uma história do Paraná, sem negros. Tal apreensão é compartilhada também por Dybax (2016):

O Estado do Paraná por muitos anos negou e tornou invisível aos olhos da história oficial a presença negra em suas terras. Considerado historicamente um estado europeizado, descobriu-se após o levantamento básico realizado pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura várias Comunidades Remanescentes de Quilombolas, um Estado Negro. (Dybax, 2016, p.78).

A presença física a solidez dos territórios das dezenas de comunidades

² Fonte: Enciclopédia Global. Aspectos Geográficos e Socioeconômicos do Estado do Paraná. In: <https://www.megatimes.com.br/2011/11/parana-aspectos-geograficos-e-sociais.html>. Acesso em: 09-11-2022.

³ Em Paranavaí, o verão é longo, quente, abafado e de céu quase encoberto; o inverno é curto, agradável e de céu quase sem nuvens. Durante o ano inteiro, o tempo é com precipitação. Ao longo do ano, em geral a temperatura varia de 14 °C a 32 °C e raramente é inferior a 9 °C ou superior a 36 °C. (<https://pt.weatherspark.com/y/29639/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Paranava%C3%AD-Brasil-durante-o-ano#:~:text=Ao%20longo%20do%20ano%2C%20em,superior%20a%2036%20%C2%B0C>). Acesso em 09-11-2022.

tradicionais negras espalhadas por todas as regiões do estado não foram o suficiente para que, antes do trabalho do grupo de pesquisa criado pelo Estado, fosse o Paraná reconhecido como um estado de presença negra. Também, não poderia ser diferente, o trato histórico, com migrantes negros de origem quilombola nas mesmas condições às das Filhas e Filhos de Iaiá Sutura.

Assim, cresci e compreendi que a história que me apresentaram, sobretudo na escola, era bem diferente da que eu vivia.

O Piolho

Quando criança, não tive televisão. E a razão para isso era muito simples e objetiva: não tínhamos dinheiro para comprar uma. Na tentativa de ganhar o aparelho, em 1993, escrevi uma carta para o programa de televisão chamado “A Porta da Esperança”⁴, exibido pelo canal SBT, porém não a enviei. E a dona Senhorinha acrescentou mais um item à sua coleção.

Conforme anexo – A⁵:

A carta da Esperança

Sumaré de de 1993

Para a Porta da Esperança (SBT)

Ailson do Carmo de Souza.

Porta da Esperança eu quero ganhar uma televisão e uma bicicleta

Mas eu sou pobre meus pais trabalham na boia fria e o dinheiro que eles ganham não dá pra comprar uma TV nem uma bicicleta.

E é por (iso) isso que eu quero ganhar essas duas coisas.

E também porque quando eu ia na casa do meu tiu ele desaligava a tv na minha cara, antes que (e) eu chega-se na porta.

E também porque eu quero ganhar a bicicleta porque quando eu passo para dar uma volta de bicicleta eles falão: porque você não compra uma.

A vontade de assistir desenhos, filmes e novelas era ainda maior em mim e em meus irmãos do que nas pessoas que tinham televisores em casa. Corríamos rua acima e rua abaixo procurando uma casa com televisor ligado e porta aberta para a gente assistir. E nem precisava de porta aberta, bastava uma fresta para colocar o olho e se deliciar. Às vezes, as portas se fechavam mais cedo do que de costume e

⁴ No quadro Porta da Esperança, Sílvio Santos fornecia aos participantes uma ajuda como tratamentos médicos, remédios, ajuda financeira, entre outras coisas. Muitos consideram esse o primeiro quadro assistencialista da televisão brasileira. Os telespectadores enviavam cartas contando as suas histórias e aquilo que faltava em suas vidas ou então algum sonho que tinham vontade de realizar. Depois de escolhidas as cartas, os participantes iam ao programa, lá existiam duas portas e no momento em que eram abertas via-se um empresário ou representante de uma empresa para solucionar o problema ou realizar o sonho. Porém, nem sempre os sonhos eram realizados, quando a porta se abria e não havia ninguém do outro lado, mas claro que isso era mais raro. O programa ficou no ar por 12 anos e foi o motivador para criação de outros quadros de caráter assistencialista. Sílvio Santos permanece com seu programa até hoje (2022) no SBT. (Kowalski. 2013. p.14).

⁵ Acervo da Família Araújo/o autor. (1993)

as “TV’s” eram desligadas, de propósito. Ofendia, mas a gente voltaria sempre que desse. Quando não dava, o caminho de casa era a única certeza. E não eram raras as vezes em que dona Senhorinha me surpreendia.

Minha avó tinha um “piolho invisível”. Era só entrar em casa e ela dizia “neném, minha cabeça tá coçando. Tá mordenho, e eu peço pra essas meninas oiá, mas elas nunca acham nada. Oiá aqui pra vó”. E eu achando que era melhor caçador de piolho que minhas irmãs e primas me punha na missão de achar o tal piolho.

Eu abria os seus cabelos e ela sempre arrumava algum assunto que servisse de gatilho para que ela começasse a falar dos “tempos da Bahia” e de quando ela viveu no estado de São Paulo. Eu ouvia todas as histórias com muito interesse, pois ela se transformava em minha televisão. Mas, tenho que confessar que as histórias da Bahia eram mais interessantes que as de São Paulo. As “histórias” da Bahia tinham, “morro branco”, “um parente que achou um carbonato no garimpo e ficou rico”, “um tio cego que pedia esmolas guiado pelo menino João”, “a fazenda do vô da vó Senhorinha”, “marcas no rosto do vô dela”, “bolas de fogo que saiam do mato e cruzavam o céu” e a parte que mais me agradava era a saga da saída da família do sertão para São Paulo, caminhando por vários dias de Macaúbas, na Bahia, até a estação de trem mais “próximo” em Montes Claro, Minas Gerais. Essa última parte eu só entendia que era muito longe porque minha avó dizia que eram muitos dias caminhando.

Sobre São Paulo, ela nos apresentou os nomes de São Joaquim da Barra, Olímpia, Barretos, Severina e Sertãozinho. Não tinha ideia do que cada nome desses significava, mas sabia que eram importantes. E que nesses lugares ela sofreu muito.

Por muitas vezes, ela dizia, durante a caçada ao piolho invisível, que teve que limpar um poleiro de galinhas para morar. Que raspou de faca a madeira para tirar as fezes das aves e fazer desse lugar sua habitação até que uma das casas da colônia desocupasse. E foi no estado de São Paulo que ela viu três filhos morrerem sem ter a chance de chegarem à vida adulta. Lá ficaram Aparecido, Balduino e Valdemar. A vida nas lavouras paulista era dura, fazendo com que a dureza do percurso da Bahia para São Paulo, iniciado com uma peregrinação até Montes Claros, fosse um autêntico prenúncio do que estava por vir na vida de dona Senhorinha, de seus familiares e de tantos outros afro-brasileiros, que nas mesmas condições, puseram-se em trânsito na busca de uma nova vida ou quem sabe, apenas de um lugar, para dar continuidade às histórias que não poderiam morrer. Penso que nada foi sem propósito. E suspeito que o “eu historiador” seja um projeto de dona Senhorinha e do seu piolho

nunca encontrado.

Entre as décadas de 1940 e 1960, o estado do Paraná viveu o auge da produção cafeeira. “Extensão da agricultura paulista, este foi o ápice de um processo colonizador e da reocupação deste espaço um dos seus marcos na década de 1920” (ROMPATTO e FERREIRA, 2016, p.121) e que atrelado aos interesses externos, como o capital inglês, “culminou no loteamento de extensas áreas pelas companhias de terras⁶, desta forma criando diversas propriedades rurais, vilarejos e diversos municípios no norte e noroeste do estado” (FERNANDES, 2016, p.180). E como destaca Fernandes (op cit), concomitante a esta produção cafeeira, cresce também a demanda por produtos de consumo doméstico e serviços causados pelo grande fluxo migratório para o Norte do Paraná. Souza destaca que:

O Período de 1929 e 1956 foi muito importante para a região norte do Paraná. Nessas quase três décadas o processo de colonização da CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná – atingiu números muito expressivos. Grande parte da cobertura florestal foi derrubada, centenas de cidades foram fundadas e grande parte do território foi parcelada e vendida a preços e formas de pagamentos relativamente acessíveis, o que provocou um movimento migratório volumoso e impactante. (SOUZA, 2016, p.140).

Ainda segundo Leticia Fernandes, “esses migrantes foram atraídos pela possibilidade de adquirir terras e por frentes de trabalho” (FERNANDES, 2016, p.180). Entre os grupos, a autora cita paulistas, mineiros, sulistas, estrangeiros e nordestinos, sendo este o terceiro maior grupo.

No estudo intitulado “*Novos olhares sobre a presença nordestina no município de Maringá e no Norte do Paraná*”, Fernandes destaca que entre os que chegaram em Maringá⁷, os originários do estado da Bahia se destacam dentre os nordestinos como tendo o maior contingente, seguidos por “Pernambuco, Ceara, Alagoas e Paraíba” (LUZ, 1988, p.177-180. Apud FERNANDES, 2016, p.180).

No artigo “*Os Processos de casamento da Igreja Nossa Senhora Aparecida de Loanda⁸ e Trabalhadores Migrantes no Extremo Noroeste do Paraná*”, ao analisar os dados dos processos nupciais do ano de 1955, Adriana Medeiros constata que “a maioria dos nubentes tinham origem no Estado de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco” (MEDEIROS, 2016, p.177). Mais uma vez, a Bahia se destaca como um

⁶ Neste contexto destaca-se a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), antiga Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

⁷ Município distante 74 Quilômetros do município de Paranavaí. Maringá também é um dos municípios onde os descendentes de Iaiá Sutura fixaram residência no norte do Paraná.

⁸ Município do Noroeste do Paraná distante 71 quilômetros do município de Paranavaí.

dos estados que mais contribuiu cedendo trabalhadores para esta região.

Integrando essa grande massa de trabalhadores migrantes um componente imprescindível para se entender a formação da nação brasileira e as relações sociais e étnicas. Como apontado por Jesse Souza, “o brasileiro tem suas origens numa ordem escravocrata” (SOUZA, 2017) e as relações que estabelecem estão pautadas nessa origem.

Neste sentido, a região Norte do Paraná é considerada o um espaço para o qual confluíram levas de trabalhadores nordestinos (majoritariamente negros), mas também os de origem e/ou ascendência de japoneses, italianos, alemães, russos, poloneses, portugueses entre outros estrangeiros, já entre os brasileiros, ainda se notam paulistas, mineiros, gaúchos, catarinenses, paranaenses de outras regiões.

Toda essa diversidade foi possível encontrar num pequeno fragmento do norte do Paraná que é o distrito de Sumaré, em Paranaíba, no Paraná. Local da principal concentração dos descendentes de Iaiá Sutura.

Nessa perspectiva, entendo que escrever ou reescrever parte de uma história da população afro-brasileira, independente do período em que esse recorte se dê, é um esforço que vai além de um trabalho acadêmico. É para mim, enquanto homem afro-brasileiro e membro do grupo familiar em estudo, um compromisso e uma possível contribuição para com a comunidade afro-brasileira da qual pertenço, em especial, do município de Paranaíba-PR. Esse compromisso se dá pela responsabilidade de colocar no papel parte das nossas alegrias, conquistas, sonhos e sorrisos. Mas, também as nossas lágrimas, sangue e suor: as nossas lutas. E quanto a isso, adverte Conceição Evaristo que “A nossa escrevivência⁹ não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonhos injustos” (EVARISTO, 2017).

E esta escrevivência tem a sua própria trajetória. As primeiras reflexões que este pesquisador teve sobre o tema desta pesquisa foram expressas a partir de um trabalho sobre história oral desenvolvido pelo Prof. Dr. Maurílio Rompatto na Unespar/Fafipa em Paranaíba, no Paraná, durante a graduação em História entre os anos de 2002 e 2006. Na ocasião, sendo um dos alunos do curso, entrevistei uma das

⁹ Esse termo – “Escrevivência” –, criado por Evaristo, pode muito bem ser compreendido como conceito que discute sobre as trajetórias históricas de afro-brasileiros, criadas a partir do processo diaspórico no Brasil, a partir da qual, as vivências desses ditos indivíduos divulgam, entre o acontecimento e a narração do fato, uma realidade sobre um modo novo, particular de produzir literatura (MACHADO, 2014).

minhas primas, Rosa de Fátima Araújo, e a partir dessa entrevista encontramos um possível caminho para historiar a trajetória de um grupo de quilombolas saídos do interior da Bahia e que foram se incorporar ao processo de colonização do Norte/Noroeste do Paraná. Este grupo é a minha família. E como parte desse “objeto” também me sinto parte da história que escrevo levando este trabalho, em grande parte, a compor aquilo que Foucault (1983) chamou de escrita de si¹⁰.

Para a construção deste trabalho, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa que busca registrar e valorizar as experiências do grupo familiar aqui estudado. Buscamos compreender as suas movimentações históricas, sua inserção nesse espaço e o seu processo de construção e reprodução cultural no contexto paranaense. Para tal, buscamos evidências tanto na materialidade dos documentos e registros guardados pelos descendentes da matriarca Iaiá Sutera, quanto nos elementos objetivos das falas. Considerando imprescindível um mergulho nas tradições e costumes do grupo, valendo-se do privilégio de já estar inserido na comunidade, busquei durante a íntegra dessa pesquisa, na parte que a história oral foi fundamental, contemplar o que poderíamos chamar de fundamentos da tradição oral que é entendida por Meyhi e Holanda como:

Seguramente a mais difícil, intrincada bonita forma de expressão da história oral é a tradição oral. Não se limita apenas à entrevista, a tradição oral trabalha com o pressuposto do reconhecimento do outro em suas possibilidades mais dilatadas. Viver junto ao outro, estabelecer condições de apreensão dos fenômenos de maneira a favorecer a melhor tradução possível do universo mítico do segmento é um dos segredos da tradição oral. Parente da etnografia, a boa resolução da pesquisa em tradição oral implica minuciosa descrição do cotidiano e de suas inversões.

A complexidade da tradição oral reside no reconhecimento do outro nos detalhes autoexplicativos de sua cultura. Noções de tempo, lógica da estrutura, de parentescos, soluções de alimentação e ordenamento social, critérios de tratamento da saúde, visões de vida e morte, bem como a organização do calendário e dos processos de celebração – rituais e demais cerimônias – são partes inerentes à compreensão de grupos que sempre são exóticos ao conhecimento comum. (MEYHI e HOLANDA, 2019, p.40\1).

¹⁰ A escrita de si mesmo aparece aqui claramente em sua relação de complementaridade com a anacorese: ela atenua os perigos da solidão; oferece aquilo que se fez ou se pensou a um olhar possível; o fato de se obrigar a escrever desempenha o papel de um companheiro, suscitando o respeito humano e a vergonha; é possível então fazer uma primeira analogia: o que os outros são para o asceta em uma comunidade, o caderno de notas será para o solitário. Mas, simultaneamente, é levantada uma segunda analogia, que se refere à prática da ascese como trabalho não somente sobre os atos, porém mais precisamente sobre o pensamento: o constrangimento que a presença de outro exerce na ordem da conduta. a escrita o exercerá na ordem dos movimentos interiores da alma; nesse sentido, ela tem um papel muito próximo da confissão ao diretor espiritual sobre a qual Cassiano dirá, na linha da espiritualidade evagriana. * que ela deve revelar. sem exceção. todos os movimentos da alma (omnes cogitationes). (FOUCAULT, 1983, p.145).

Como já salientamos, essa pesquisa conta com as narrativas sobre as vivências produzidas dentro do período de 1930 ao ano de 2022, e entendemos que as narrativas que aparecem possibilitam a construção de um trabalho mais rico e autêntico a partir das escutas realizadas e das vozes presentes.

Consideramos para esta construção historiográfica, a partida, desde a Bahia, no início da década de 1930, quando encontramos os primeiros indícios de movimentação com seu Firmino, sendo esse o filho mais velho de Sutura. Buscamos compreender as dificuldades que provocaram a saída dessas pessoas de sua terra natal rumo ao desconhecido e aos desafios que são inerentes do processo migratório, considerando as questões que envolvem as relações étnico raciais e o fator autoridade. Consideramos assim porque tratamos de um grupo familiar negro no Brasil que vivia um período pós-abolição da escravidão, quando da partida, cuja migração se dera em direção às regiões de populações mais brancas do país, que são o Sudeste e o Sul do Brasil.

Entendendo que o romper com seu local de nascimento e sair em busca de melhores condições de vida é um desafio em qualquer tempo, especialmente, se esse desenraizamento for em direção ao desconhecido. O novo espaço que se apresenta, nesse “desconhecido”, o Paraná, também seria - e é - construído por suas mãos pretas por aqueles que ainda haveriam de nascer.

Assim, buscamos historicizar a vida da família de Iaiá Sutura e caracterizar sua cultura transplantada e reconfigurada, constituindo assim, no processo de reocupação e colonização do Norte do Paraná, uma nova leva, agora composta por sujeitos afro paranaenses. Diferentes de outros que já habitavam o território do Estado do Paraná, os Filhos de Iaiá Sutura trazem consigo elementos culturais desenvolvidos na região nordeste do Brasil.

O estado do Paraná vai se constituir, etnicamente, também a partir dessas movimentações e reocupação do Norte/Noroeste, forjando-se e reafirmando a sua característica de um território culturalmente diverso. Nesse contexto, entendemos ser premente desfazer a ideia de supremacia cultural criada pelo pensamento eurocentrista, de acordo com Silva (2015, p.31), entender que “rever a história é trazer à memória a gênese do povo brasileiro, a base da sua formação como nação”. Pois, ainda segundo o autor, é preciso assumir que existe uma dívida e é necessário que se reconheça as nossas raízes africanas, e, portanto, “somos parte de uma sociedade multicultural” (Ibid. p. 32).

Neste trabalho buscamos compreender um pouco melhor e de maneira sintetizada como se deu o processo de adaptação dos Filhos Iaiá Sutura, na conjuntura histórico-social que viveram nos estados de São Paulo e principalmente, no Paraná, palco principal, no período abarcado por este estudo, entre os anos de 1930 a 2022, mas que tem outros marcadores não tão objetivos, não subordinados à exploração mercadológica, como o nascer, viver e o morrer.

Humilhado e profundamente desonrado, o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria – a cripta viva do capital. Mas, - é esta a sua manifesta dualidade -, numa reviravolta espetacular, tornou-se o símbolo de um desejo consciente de vida. Força pujante, flutuante e plástica, plenamente engajada no ato de criação e até de viver em vários tempos e várias histórias ao mesmo tempo. (MBEMBE, 2018, p.19).

Nesse estudo pressupõe-se que o tempo das Filhas e Filhos de Iaiá Sutura Simiana da Conceição e uma busca por esta pujança em várias histórias como apontado acima pelo filósofo Achille Mbembe. Pensador Camaronês (op citi), inclui a escrita da história no seu pensamento sobre a necropolítica¹¹. Em entrevista à Festa Literária das Periferias-FLUP 2020 - disse que:

Nós precisamos mudar a história. Não apenas mudar, mas enriquecer a história. Não apenas mudar, mas enriquecer a história, porque como ela é contada agora é uma história de empobrecimento. (MBEMBE, 2021, FLUP 2020).

Para tanto, iniciaremos o percurso seguindo os passos de dona Senhorinha¹² Rosa da Costa (1924-2013), neta da matriarca e principal fornecedora de fontes e memórias para esta pesquisa e este pesquisador.

Ao prefaciar o livro “Território Migrantes: Transterritorialização e identidade em Francisco Beltrão”, livro de autoria de Marcos Leandro Mondardo, o professor Jones Dari Goetter escreveu que “Não há trajetória sem drama”. E certificamos isso no transcorrer desta pesquisa, tanto nas narrativas orais quanto nas abstrações através dos documentos escritos e fotografias que compõem o acervo familiar dos descendentes de Iaiá Sutura. Lá se encontram as trajetórias e seus dramas. Entre lágrimas, sorrisos e descobertas, partimos nesta viagem prazerosa e dramática, certo

¹¹ Em 2003, Achille Mbembe publicou um ensaio de grande repercussão intitulado “Necropolítica”. A partir de uma crítica ao conceito de biopolítica introduzido por Michel Foucault, o texto propõe uma análise do exercício da soberania que confere centralidade à experiência do colonialismo e do apartheid. Diante do colonialismo e do apartheid, o exercício da soberania não pode ser descrito apenas como a manutenção do equilíbrio entre a vida e a morte, ao “fazer viver e deixar morrer”. Neste contexto, o poder soberano se manifesta fundamentalmente por mecanismos de produção sistemática da morte como a guerra, o homicídio e o suicídio, ou seja, como necropolítica. (ALMEIDA, 2021, p.1).

¹² Nomenclatura e termo de tratamento usado para se referir à esposa do senhor de escravos.

que ela é, antes de tudo, um reencontro deste pesquisador consigo e com os “Meus”. Em respeito à toda ancestralidade em meu ser, reconheço que essa “pena” não é conduzida apenas por mim. Escrevo e descrevo uma experiência coletiva da qual também eu faço parte. Portanto, essa é a nossa escrevivência.

Porque laiá Sutura?

Busquei diversas referências, muitas delas, quer dizer, a maioria delas ligadas à cultura popular para identificar a origem e o sentido do termo utilizado entre a família Araújo para se referir às mães mais velhas. Dentre as referências encontradas, a que melhor apresentou o sentido do termo foi dada pela página do site Educa Ioruba. O texto de Olùkó Vander (2020) apresenta *laiá* como sendo uma maneira não formal ou uma corruptela da palavra “*Íyá*” que é um substantivo da língua Iorubá, equivalente a palavra mãe ou mamãe da língua portuguesa. Portanto, laiá Sutura é o mesmo que mamãe Sutura. E essa é a designação para a matriarca mais velha entre os “Araújo”, da família que pisaram em solo paranaense. É Sutura a matriarca mais velha, e não a única. Porque há outras matriarcas entre as filhas de laiá Sutura. Mas Sutura é a que liga a todos pelos laços de sangue e ou afeto.

É como veremos mais adiante, esta é uma história onde a presença feminina é imponente o bastante para que se possa discutir a existência de uma cultura de matriarcado.

E para falar de Sutura na escrita desta pesquisa, optamos por escrever o substantivo que aparece nesta escrita (*laiá*) com da forma mais usual na língua portuguesa escrita e falada no Brasil. Sendo assim, a forma da escrita aqui aplicada é *laiá*. A mesma forma que encontramos no nome da canção “*laiá ioiô*” de Josué de Barros (1930), na música de capoeira de mesmo nome (*laiá ioiô*), de composição de Edson Show para o grupo Abadá Capoeira¹³, no samba “Terreiro de *laiá*” composição de Ernesto Pires, gravada por Carmem Miranda, em 1930. Ainda na discografia afro-brasileira, encontramos “*laiá*” na composição do sambista contemporâneo Zéca Pagodinho (1986). A referência se encontra na música “Quando eu contar” de codinome “*laiá*”.

Para além da música, o termo *laiá* é apresentado com a grafia aqui aplicada em obras como a crônica “*laiá de Marimbas*”, publicada em 1922, pelo escritor Lima

¹³ Letras. Disponível em <https://www.lettras.mus.br/abada-capoeira/72933/>. Acesso em 05-08-2022.

Barreto¹⁴. O mesmo ocorre no trabalho historiográfico *“Iaiá de ouro”: Feitiçaria e escravidão no Recife oitocentista*¹⁵, de autoria da professora e doutora Valéria Costa.

É também desta forma “Iaiá” que o literato afrobrasileiro Machado de Assis batiza sua personagem principal na Obra Iaiá Garcia, romance publicado em 1878. Sobre essa obra escreveu Araujo (2022)¹⁶:

Por ser um livro da fase romântica de Machado de Assis, em que há características como o sentimentalismo acentuado e a idealização do amor, não existe verossimilhança em Iaiá Garcia. Ao contrário de outros escritores do romantismo, Machado de Assis confere às personagens femininas uma forte personalidade que vai aumentando com o desenrolar na narrativa. Desta forma, as mulheres do livro Iaiá Garcia são diretas, intensas e são as condutoras da história. (ARAÚJO, 2022, s/p.).

A despeito das personagens da obra tratarem-se de mulheres brancas, a criação literária é fruto da imaginação de um homem negro, filho de uma escravizada. A análise feita pelo crítico literário Felipe Araújo (2022) sobre a obra de Machado de Assis, descreve uma força feminina típica do que se observa em uma organização familiar matrifocal, modelo familiar tipicamente negro, como veremos mais adiante na análise da família de Iaiá Sutura.

Por outro lado, também encontramos a forma *YaYá* como na nomenclatura do Terreiro Cacunda de Yayá, como é apresentado na dissertação de mestrado *“Iniciação religiosa e processos educativos no Terreiro de Candomblé Jeje Ilê Asé Gunidá”* de Renato Silva Costa¹⁷. Na primeira menção na escrita de Costa (2017) a palavra aparece sem o acento grave da última letra:

Para entender a chegada da nação Jeje Savalu no Pará devemos nos reportar a criação do terreiro Cacunda de Yaya em seis de janeiro de 1920. Este terreiro foi dirigido por Sinfrônio Pires, descendente de africanos e sua esposa Constança Pires (Mãe Tança). (COSTA, p. 37, 2017).

Apontando que não há um consenso na grafia do termo, na mesma página dessa obra, o autor volta a citar o nome do terreiro e aplica grafia diferente da que utilizou anteriormente: “Pai Carlinhos é descendente da casa de Jeje Ilê asé Omin Karê Lewi de Mãe Pureza, falecida na Bahia, neto de santo de Mãe Tança de Nanã e

¹⁴ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. Lima Barreto: toda crônica. Rio de Janeiro: Agir, 2004, vol. II (1919-1922).

¹⁵ Revista Z Cultural. V.8. 2019. Disponível em: http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/08/%E2%80%9CIAI%C3%81-DE-OURO%E2%80%9D_-FEITI%C3%87ARIA-E-ESCRavid%C3%83O-NO-RECIFE-OITOCENTISTA-%E2%80%93-Revista-Z-Cultural.pdf. Acesso em 06-08-2022.

¹⁶ ARAÚJO; Felipe. Iaiá Garcia. In: <https://www.infoescola.com/livros/iaia-garcia/>. Acesso em: 22-11-2022.

¹⁷ COSTA, Renata Silva da Iniciação religiosa e processos educativos no terreiro de Candomblé Jeje Ilê Asé Gunidá / Renata Silva da Costa; orientação de Maria Betânia B. Albuquerque, 2017.

Pai Sinfronio herdeiros do terreiro Cacunda de Yáyá” (COSTA, 2017. p.37). Desta vez a palavra aparece com acentos graves sobre as duas letras “a”.

De início, a nossa opção era muito parecida com as utilizadas por Costa, grafamos Yaiá. Porém, ao avançarmos na pesquisa percebemos que a forma mais usual era a que consideramos mais simplificada, utilizando a letra “i” e não “y”, como no último exemplo.

Não foi possível identificar se antes desse trabalho, existem (há) outras referências de escrita onde as designações laiá Sutera ou laiá Marcelina apareçam como utilizamos nessa pesquisa. Ao que parece essa designação só existe na fala dos Filhos de Sutera. É essencialmente oral, verbal. Tal designação que se confunde com os nomes das matriarcas (laiá) nunca fora antes redigida junto aos nomes delas (laiá Sutera ou laiá Marcelina), pelo menos não há registros de uma escrita que contemple “laiá Sutera”. Optar por esta ou aquela forma foi uma deliberalidade deste pesquisador. Da mesma forma, a opção por grafar em letra Maiúscula e posicionando antes do nome das matriarcas o “substantivo” laiá. Assim foi feito, como uma forma de respeito à memória dos descendentes das mulheres/mães e senhoras da formação e estruturação deste grupo familiar.

Entre os Filhos de laiá Sutera, o costume de chamar as mulheres, mães de laiá os acompanhou até as terras paranaenses e perdurou até a morte de laiá Marcelina, filha de Sutera, na década de 1980. Após Marcelina, o termo “iaiá” ficou cunhada na memória do grupo como uma referência que se confundia com o nome da matriarca filha de Sutera. Entre os descendentes de Marcelina, o termo *laiá* é entendido como uma referência direta a ela, sem que se precise explicar que se trata de Marcelina. Porém, para outros descendentes de Sutera, não descendentes de Marcelina, laiá é a Sutera e Marcelina é a tia Su¹⁸.

A partir dsse percurso da escrita, apreendemos que “laiá” é uma maneira informal, respeitosa e carinhosa de se tratar uma mulher e mãe que entre as mais velhas, agregou conhecimento e exerceu autoridade e liderança no seio familiar.

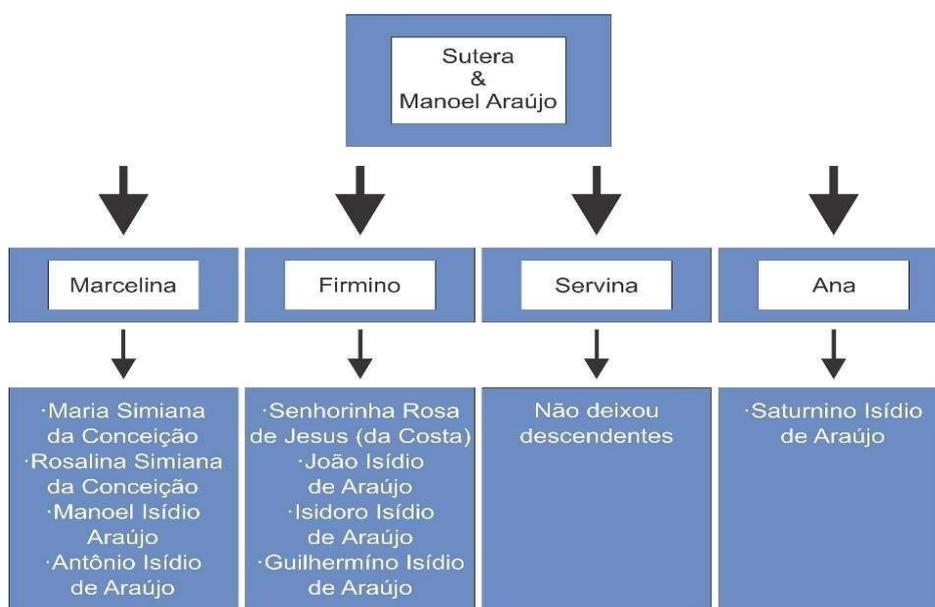
Sutera Simiana da Conceição apresenta essas características. É a mais velha dentre todos de sua família a chegar ao estado do Paraná tendo migrado já idosa, com aproximadamente 70 anos de idade. Sutera é o elo de seus descendentes que

¹⁸ Não encontramos nenhuma referência que disse sobre a razão do apelido de Marcelina ser Su. Por outro lado, também não encontramos nada que referenciasse este codinome com o nome de Sutera. Acreditamos que não há relação do apelido de Marcelina com o nome de Sutera.

formam núcleos em Paranaíba-PR, Maringá-PR, Presidente Prudente-SP e Carapicuíba-SP. E é por meio de Sutera que esses grupos se conectam com outros núcleos familiares não descendentes de Sutera como em Paranapoema-PR, São Joaquim da Barra-SP e Botuporã-BA, cidade desmembrada de Macaúbas-BA.

Na imagem abaixo mostraremos um esquema em formato de árvore genealógica da descendência de Sutera.

Imagem 2 - Árvore Genealógica de Iaiá Sutera com seus descendentes



Fonte: o autor (2022).

Em aspectos metodológicos, queremos deixar evidente que este trabalho não possui o objetivo de tratar de uma pesquisa sobre o período conhecido no meio historiográfico como pós-abolição, mas sim, de uma pesquisa cujo recorte temporal revisita tal período. Este trabalho é construído a partir da narrativa da trajetória dos filhos, netos, bisnetos, sobrinhos e tataranetos da matriarca Sutera. Mas, também com a colaboração dos seus agregados por filiação, apadrinhados em uma rede de relações onde os laços vão muito além de uma herança genética. E por essa tão entranhada rede de saberes, se faz necessário alcançar essa trajetória em todas as suas possíveis dimensões. E a dimensão temporal é fundamental e também determinante para uma pesquisa que se pretende historiográfica. Portanto, as primeiras décadas do século XX, anos compreendidos pelo que se convencionou chamar de período pós-abolição, é também a temporalidade em que estão os filhos de Iaiá e desta pesquisa cujo marco inicial é o movimento registrado no ano de 1932, com a partida da família de Firmino.

O movimento negro é também a “mobilidade negra” e vice-versa. Sendo assim, pode se apreender que o movimento espacial da população negra é uma ação de resistência e o exercício de uma conquista, a liberdade de poder levar os seus corpos para outros espaços, é também um ato reivindicatório do que ainda está para ser conquistado, a plenitude dessa sua liberdade. É sobre as movimentações de ex-escravos no período pós-abolição que Lucia Helena de Oliveira e Silva (2001) centra sua pesquisa de doutorado intitulada “Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888 -1940)”. Obra que também é uma referência para a nossa pesquisa, a análise de Silva trata de demonstrar a complexidade das relações e estratégias vividas e elaboradas pelos afro-brasileiros egressos da escravidão e seus descendentes na luta para sobreviverem em um país que buscava se (re)inventar, porém ignorando o seu passado escravocrata, por meio da estratégia da eliminação da população negra.

A partir de 13 de maio 1888, com o advento do encerramento jurídico da escravidão no Brasil, deu-se início a um período de grandes transformações na sociedade brasileira. O marco do 13 de maio é inicial de grandes transformações sociais. O fim da escravidão inaugurou um período que passou para a historiografia como o “pós-abolição”. Marcado por grande injustiça social, falta de planejamento estatal e de movimentações internas onde os ex-escravizados foram os mais afetados (RIOS & MATOS, 2004).

Inegavelmente, a abolição da escravatura é a grande ruptura com o sistema praticado durante mais de três séculos, onde americanos, africanos e afro-brasileiros tiveram sua mão de obra explorada, seus corpos aviltados, vidas reduzidas e histórias interrompidas. A escravidão patrocinou a base estrutural da formação do Estado brasileiro, dando a tônica das relações sociais vividas e praticadas a partir de então. É o que aponta Souza (2017), a elegendo como um dos eixos principais de sua análise sobre a sociedade brasileira em “Elite do atraso”:

No Brasil, desde o ano zero, a instituição que englobava todas as outras era a escravidão, que não existia em Portugal, a não ser de modo muito tópico e passageiro. Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão. (SOUZA, 2017, p.28.).

Sobre essa agitação nos anos posteriores a 1888, Rios & Matos (2004), em seus estudos, “*O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*” apontam que não houve um programa de organização por parte do governo para a integração dos ex-cativos à sociedade na qualidade de cidadãos. Os egressos da

escravidão e seus descendentes teriam que lidar ainda com uma sociedade dominada por uma elite branca e racista. Como consequência da exclusão social, política e econômica dos ex-escravizados a maioria dos libertos passou a viver à margem e como marginais, sem acesso aos elementos primordiais à formação da sua cidadania como saúde, educação e acesso à terra, privilégios de gozo da parcela branca da população brasileira.

Portanto, o período “pós-abolição” inaugurou também uma nova etapa na luta dos negros e negras do Brasil pela liberdade. Nessa nova etapa, a liberdade está associada à cidadania e termos como direito, dignidade, reconhecimento e inclusão passaram a ser as armas na luta dos movimentos sociais negros na reivindicação de uma cidadania plena desde o 13 de maio de 1888 até o momento presente, onde este estudo de pesquisa se insere como manifestação pelo direito à memória, representatividade acadêmica e histórica. Sendo assim, a dissertação foi construída em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado de “História e Memória: nos passos de senhorinha Rosa”, buscamos apresentar a gênese dessa pesquisa. O objetivo é mostrar que esta pesquisa é parte de todo o processo histórico das Filhas e Filhos de Iaiá Sutura e tem no acervo realizado por Senhorinha, uma das netas de Sutura, a base material para essa realização na sua coleção de documentos. Ainda buscamos demonstrar a relação desses afrobrasileiros com o processo de reocupação ou colonização do norte do Paraná no subtítulo “Somos nós, protagonistas dessa história”. No fechamento do capítulo apresentamos a trajetória de “Dona Regina e Seu Firmino” que são o elo entre Sutura, a matriarca mais antiga, e Senhorinha, a colecionadora dos documentos.

Entramos no segundo capítulo: “Nascer, viver e morrer” com o objetivo de apresentar aspectos culturais dos Filhos de Iaiá Sutura. Abordamos a relação desses com os nomes, o que consideramos um aspecto do nascer. Apresentamos a forma como os sobrenomes se transformaram e as diversas formas que tomaram. Também identificamos traços de uma cultura que resiste ao tempo na “tradição inconsciente” de levar aos filhos os nomes dos avós. Esse capítulo se encerra como nosso esforço para demonstrar que o nome não morre com o indivíduo e que a forma de encarar a morte é um jeito de viver.

O terceiro capítulo fala de matrifocalidade e do protagonismo feminino. Embora esteja implícito este protagonismo nos capítulos anteriores, é em “Matrifocalidade e

protagonismo feminino entre as Filhas e Filhos de Iaiá Sutura” que evidenciamos, de forma explícita, o papel dessas mulheres na construção da identidade, da cultura e do território através do seu trabalho e liderança no seio familiar. Uma liderança que transborda o espaço familiar chegando a agregados, apadrinhados, e a outros, estrategicamente incorporados como “A Rezadeira” Maria Barbosa.

CAPÍTULO 1: HISTÓRIA E MEMÓRIAS DOS FILHOS DE IAIÁ SUTERA: NOS PASSOS DE SENHORINHA ROSA

Este é um trabalho que dá enfoque na trajetória dos descendentes de Iaiá Sutura. Neste capítulo, partindo da realização de entrevistas abertas com os membros da família Araújo, buscamos compreender o percurso desses afro-brasileiros que integraram a sociedade paranaense e, mais especificamente, paranavaense. Para tanto, lançamos mão do cruzamento de informações advindas dessas narrativas com os documentos guardados pelos próprios filhos de Iaiá Sutura, que trazem em suas trajetórias, as relações estabelecidas intra e extra grupal, as estratégias e os conflitos. Por isso, à medida em que este trabalho almeja alcançar uma parcela da história, que não foi escrita, trabalha também com a memória e o testemunho. E assim ratificamos a importância do que assinala Ngozi:

Histórias importam. Muitas Histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas, também histórias podem ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias podem reparar essa dignidade perdida. (NGOZI, 2009).

Thomson (2002), por sua vez, chama a atenção para importância de se trabalhar com a história oral no estudo da migração e reafirma um posicionamento que vem a corroborar o ideal do trabalho que se apresenta ao afirmar que:

Uma questão relacionada, que requer mais pesquisa, diz respeito ao impacto da história oral sobre o campo mais amplo da história da migração, e mais em geral sobre os estudos de migração. Nos Estados Unidos, por exemplo, Matthew S. Magda declara que “a história oral tem tido, entre as várias especializações na profissão histórica, talvez seu maior impacto na história étnica e do trabalho”. (MATTHEW, 1987, p.152. THOMSON, 2002, p. 360).

Somam-se às memórias outras referências importantes de serem mencionadas aqui, pois compreendem o contexto em que se localiza a nossa pesquisa, tais como a literatura produzida acerca da temática como a tese de Doutorado de Medeiros (2017) com a “História de trabalhadores nortistas no Norte/Noroeste do Paraná”. E de igual inspiração a tese de doutorado “Construindo uma nova vida: migrantes paulistas afrodescendentes na cidade do Rio de Janeiro”, trabalho de Lucia Helena de Oliveira e Silva (2001) e “História do Paraná: migrações políticas e relações interculturais das regiões norte, noroeste e oeste do estado”, de organização de Maurílio Rompatto (2016).

Analisar e efetuar revisão de bibliografias, sobretudo as ligadas à historiografia paranaense e que tocam em questões como a presença das populações negras e/ou

nordestina no estado, o Paranismo¹⁹ como um movimento excludente e silenciador de grupos étnicos minoritários²⁰ e as concepções eurocêntricas, a formação do Estado, migrações e os conceitos de representação e identidade, de “democracia racial”, além de outras, são necessárias/é necesssário para adentrarmos mais a fundo nos meandros dessa história, ou melhor, dessas histórias guardadas entre as memórias ou “arquivadas” numa rica documentação²¹ colecionada por dona Senhorinha Rosa.

O acesso à referida documentação foi possibilitado pela própria dona Senhorinha, no ano de 2011, quando o pesquisador, seu neto, pediu para separá-las no intuito de realizar um trabalho para um curso de extensão²² do qual participara na Universidade Estadual de Londrina(UEL). Na ocasião foi montada uma pasta com grande parte do acervo de Senhorinha. Isso foi considerado então, um “grande feito”, já que o zelo e o cuidado de Senhorinha por tais documentos não permitia que ninguém os tirasse da sua casa. Somente sob sua supervisão.

Na época, não tinha nenhuma noção do que aquele ato, de guardar e praticamente colecionar uma parte das lembranças de sua avó significaria num futuro próximo, pois isso veio a salvar parte das memórias da família que se encontram registradas nesse acervo. Isso nos possibilita ir além na própria noção que temos sobre o que significa guardar documentos para comunidades minoritárias.

Embora, para outras pessoas, fora do grupo familiar, tais documentos não tivessem a mesma expressão que para os membros da família, guardá-los tornou-se uma grande responsabilidade, pois eram o resultado de anos de dedicação e zelo da matriarca Senhorinha Rosa e isso tudo vincula este filho da família Araújo como parte

¹⁹ Entre as décadas de 1920 e 30, artistas, intelectuais e literatos se uniram para criar uma identidade regional que incentivasse o sentimento de pertencimento, o que era ser um paranaense e quais eram os elementos do estado. [...] O termo “Paranismo” surgiu em 1927, em um manifesto publicado pelo político, historiador e jornalista Romário Martins, um dos líderes do Paranismo, pelo qual procurou definir o que era o movimento paranista. (TRISKA, 2021).

²⁰ No início da década de 1950 foram publicados vários estudos que buscavam entre seus temas, definições em torno do que seria o Paraná e também, sobre o surto de desenvolvimento que estava ocorrendo no período, principalmente no norte do estado. Essas publicações, principalmente marcadas pela grande influência do “Paranismo”, ideologia forjada na década de 1920, que dentre os seus objetivos artísticos e políticos, estava a construção de uma história regional e de uma sociedade para o plano local, baseada em uma visão “branca” e particular da sociedade e do próprio Estado do Paraná. (OLIVEIRA, 2007, p.1 Apud FERNANDES, 2016, p.183).

²¹ Para melhor compreensão do que seja esta “documentação” criamos um inventário no sentido de dar maior organicidade e termos maior conhecimento do seu conjunto para este trabalho. Todo o conjunto de documentação é composto por 105 fontes, destas, para a produção deste trabalho, foram utilizadas 21 delas.

²² Curso de extensão em Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, organizado pelo Núcleo de Estudos Afro-Asiático (NEAA) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e coordenado pela Professora Dr.ª Rosane da Silva Borges 2010-2011.

dessa trajetória e como pesquisador, nesse momento, em especial, com suas inquietações historiográficas.

A pasta que contém o acervo ficou na minha casa, e, às vezes, dona Senhorinha, perguntava se os documentos estavam sendo cuidados. Essa era uma forma dela “renovar o contrato” de permissão de uso, possibilitando a sua utilização. Na última ocasião em que perguntou sobre os documentos, dona Senhorinha

Rosa terminou dizendo que “era pra cuidar, por que o que tinha ali, não acharia pra comprar”²³. Afirmando o que diz Chesneaux (1995, p.24) “o passado e o conhecimento histórico podem funcionar a serviço do conservadorismo social ou das lutas populares. A história se insere na luta de classes; ela nunca é neutra, nunca está acima da peleja.”

Contudo, no início de 2012, a saúde da matriarca debilitou-se a ponto de afetar a sua lucidez e mobilidade, vindo a falecer, em 2013. Naquele momento, ela era a pessoa mais velha entre os descendentes conhecidos de Iaiá Sutura. Em uma “faxina” feita na casa de Senhorinha, após a sua partida, muitos dos documentos colecionados se perderam, mas com certeza a maior perda foi a da própria matriarca, antes de tudo como a pessoa em si, mas, também pelo arquivo vivo que se tornara para os seus familiares, uma legítima guardiã das memórias e das histórias da família Araújo.

A história falada constitui um fio de Ariadne muito frágil para reconstituir os corredores obscuros do labirinto do tempo. Seus guardiões são os velhos de cabelos brancos, voz cansada e memória um pouco obscura, rotulados às vezes de teimosos e meticulosos (veilliesse oblige!): ancestrais em potencial. São como as derradeiras ilhotas de uma paisagem outrora imponente, ligada em todos os seus elementos por uma ordem precisa e que hoje se apresenta erodida, cortada e devastada pelas ondas mordazes do “modernismo”. Fósseis em sursis! Cada vez que um deles desaparece, é uma fibra do fio de Ariadne que se rompe, é literalmente um fragmento da paisagem que se torna subterrâneo. Indubitavelmente, a tradição oral é a fonte histórica mais íntima, mais suculenta e melhor nutrida pela seiva da autenticidade. “A boca do velho cheira mal” – diz um provérbio africano – “mas ela profere coisas boas e salutares”. Por mais útil que seja, o que é escrito se congela e se desseca. A escrita decanta, disseca, esquematiza e petrifica: a letra mata. A tradição reveste de carne e de cores, irriga de sangue o esqueleto do passado. Apresenta sob as três dimensões aquilo que muito frequentemente é esmagado sobre a superfície bidimensional de uma folha de papel. (KIZERBO, 2010, p.38-39).

Com o gesto de abrir seu “baú” de memórias, de alguma forma, dona (a avó) Senhorinha passou o bastão da responsabilidade e tradição de cultivar as memórias familiar. Não somente a este neto, que se propõe a escrever, mas, certamente essa “tradição estratégica” se encontra gravada na memória de todos que conviveram com

²³ Das memórias deste pesquisador.

ela, o amor pelo vivido que vai além da “simples” experiência. Senhorinha mostra, que talvez, as respostas à problemática (que afeta os afro- brasileiros), despertando o sentimento de que somos um povo sem história, esteja em nós mesmos. Nas marcas dos nossos corpos, no registro de algum cartório, no pelourinho, nos livros de histórias maus contados, nos baús das vovós griots de cada família e principalmente em nossas memórias, individuais; como na caçada do piolho, ou coletivas; na crença e nos poderes de uma rezadeira.

Um dos problemas que afeta a população negra brasileira está ligado ao sentimento de pertencimento, que se alterna, sempre de forma negativa: como pertencente a um povo sem história; cujos registros que poderiam estabelecer os seus vínculos com a terra de origem foram destruídos. Outra vez este sentimento apresenta-se com uma história não desejada, cuja referência inicial tem seu marco no imaginário coletivo a partir do século XVI, com o sequestro e apresamento de milhões de africanos para a exploração colonial.

Uma exploração que necessita de outro olhar histórico e uma ressignificação. Isto não significa escrever uma história que não ocorreu, mas a escrita de uma história sob outra perspectiva, reconhecendo que as práticas marginais são tão históricas quanto as reconhecidas pelos grupos detentores do poder e que o não reconhecimento das produções históricas e sociais por parte das elites, não as invalida. E sobre tal perspectiva escreveu Certeau (2003).

O desígnio que um grupo elabora traduz-se imediatamente por uma constelação de referências. Elas podem existir apenas para ele, não ser reconhecida exteriormente. Nem por isso são menos reais e indispensáveis para que haja comunicação. [...] Uma linguagem, uma vez falada [...], implica pontos de referência, fontes, uma história, uma iconografia, em suma uma articulação de autoridades. [...] (CERTEAU, 2003, p.34).

Nesta perspectiva, se inserem as produções histórico-sociais dos migrantes negros e de seus descendentes, cuja ação fora ocultada por um ideal de "estado branco" construído, de acordo com o Paranismo. Como trabalhado por Batistela (2012), o Paranismo foi um movimento regionalista encabeçado pelas elites intelectuais do estado que a partir de sua emancipação, em 1853, procurou dar ao Paraná características próprias com a invenção de tradições, impingindo estilos e símbolos. A obra “História do Paraná”²⁴ de Alfredo Romário Martins é o expoente

²⁴ Em História do Paraná, Alfredo Romário Martins foi evidentemente influenciado pelas ideias, em voga na época, “científicas” sobre o meio e a raça. Aliás, conforme observou Renato Ortiz (1994: 15-16), a interpretação da história e da realidade brasileira, no final do século XIX e início do século XX, estava intrinsecamente ligada a esses dois conceitos chaves. (BATISTELLA, p.03. 2012).

desse movimento, inaugurando uma historiografia que passou a influenciar as elites locais e a “dizer o que seria o Paraná”. No ideário Paranista, o Paraná constituía-se o que Wilson Martins (1955) chamou de “Um Brasil diferente” (entenda-se, branco).

Compondo e reestruturando a ideologia paranista, esse pensamento buscava impingir um perfil ideal de Paraná, onde indígenas, negros e/ou nordestinos “não se encaixavam” ou não tinham importância histórica para a formação do estado, portanto, passíveis de serem historicamente ignorados.

Pierre Bourdieu (2012) diz que no intuito de entender as representações e significações no constructo histórico-social das familiaridades que compunham a formação das cidades e da sociedade, entrando no jugo da identidade daqueles que representam espaço/tempo e meios de sobrevivência, assim como as praxes de sobrevivência e transformação mediante a territorialidade e reterritorialidade, resignação do que se deixou para trás e aquilo que pretendia construir em novas terras.

Nessas novas terras há incorporação a um processo de construção social, um espaço, como entendido por Santos (1986). E é no espaço, que os homens constroem as relações e geram os sentimentos de pertencimento, uma identificação territorial de reterritorialização mediante o espaço que se conquista, cultiva, um conjunto sistemático de busca social daquilo que foi deixado para trás e precisa ser revivido. Assim, entendia Santos:

Ora, o espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais (SANTOS, p. 71, 1986).

Não obstante, por falar de famílias e familiaridades afro-brasileiras, é imprescindível salientar as condições da família Araújo que ao vir para o Sudeste/Sul, estão em busca não apenas de um novo território, mas também de sobrevivência e de um direcionamento social que poderá ser alcançado no cotidiano das lavouras, melhorando assim, a própria condição econômica.

Segundo Silva, é relevante ressaltar que os migrantes não eram apenas força de trabalho movida pela macroestrutura de um sistema econômico em transformação, foram agentes de seu próprio movimento e moldaram o processo migratório com suas estratégias e aspirações. Salienta que:

A migração, enquanto processo, responde às necessidades materiais de sobrevivência (comida, roupa, remédios) e também às necessidades de manter vivas as ilusões (de melhoria, de ascensão social, de projetos de vida. (SILVA, 1997, p. 05).

É justamente no projeto de vida dos Filhos de Iaiá Sutura e nas suas trajetórias que adentramos para compreender parte das movimentações das pessoas negras no pós-abolição e a sua inserção no espaço social do Brasil que se reinventava não só economicamente, mas também socialmente.

Esses são alguns dos desafios que buscamos tratar na pesquisa. Os outros são os que a própria história nos propõe.

Devido ao grande período de degradação, destruição e “demonização” das culturas e tradições dos povos de origem africana, a história do negro no Brasil se fez e se faz de uma permanente reconstrução de sua identidade. Como conceitua Gomes (2005): “A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural”. Buscamos evidenciar isto, cientes de que a identidade negra não se faz instantaneamente, segundo o autor supracitado:

Como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividades e onde se elaboram os ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente esse processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir de outras relações que o sujeito estabelece (GOMES, 2005, p.43).

Nesse sentido, essa pesquisa se apresenta como mais um recontar da história do Paraná. Sendo este recontar uma ferramenta de reconstrução da história dos afro-brasileiros do Paraná. Uma colonização negra do Paraná que nasce junto ao processo de reocupação do norte/noroeste do estado.

Historicizar as vidas negras do Norte do Paraná é uma forma de contribuição para que os descendentes dos povos africanos erradicados no Paraná e no Brasil possam ter uma base necessária para a continuação da sua (re) construção cultural e histórica em um contexto que é também multiétnico.

Stuart Hall, apresenta uma maneira interessante de nos inserirmos nessas preocupações que não são apenas de cunho intelectual, mas sobretudo, aportam possibilidade de visualização de uma perspectiva sócio-histórica permanente de percepção entre o passado e o presente. Segundo ele:

Os mitos se concentram e se destilam. As histórias dispersam e descentram. Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são singulares, mas diversas. Em nossa parte do Atlântico Negro, os nativos foram dizimados pelo trabalho pesado e pela doença nos primeiros cem anos de colonização. A terra não pode ser “sagrada”, pois foi violentada: não ficou vazia, foi esvaziada. Todos ali pertenceram a outro lugar em determinado momento. Longe de ser a continuidade de nossos passados, nossas histórias são marcadas por rupturas violentas e abruptas. Em vez da evolução gradativa da associação civil, tão central ao discurso liberal da

modernidade ocidental e da nação, nossa “associação civil” foi inaugurada por um ato brutal de vontade imperial (HALL, 2016, p.49).

Assim percebemos que nos referimos à mobilidade negra entre espaços, cujo exemplo pode ser notado quando apresentamos a trajetória das Filhas e Filhos de Sutura Simiana da Conceição, ou como convenciamos denominá-la de Iaiá Sutura, que se destaca em uma conjuntura de múltiplas manifestações. Partindo da matriarca, uma mulher que viveu o pós-escravidão na região da Chapada Diamantina, no interior da Bahia, de onde jamais saíra. Teve seis filhos conhecidos com a pessoa de Manuel Araújo, e desta união descendem os migrantes negros cujas trajetórias se constituem como protagonistas desta pesquisa.

Sutura criou seus filhos em uma propriedade que os pertencia, situada no município de Macaúbas, área desmembrada e atualmente pertencente ao município de Botuporã, próxima à divisa do estado da Bahia com Minas Gerais. Na atualidade a área é conhecida como comunidade do Preá, habitada por familiares de Sutura, os residentes reivindicam o reconhecimento e titulação como povo remanescente de quilombo. A agricultura de subsistência²⁵ é uma marca da comunidade²⁶.

Forma de economia na qual o casal Sutura e Manuel criaram seus filhos e a primeira geração de netos. Mas ainda notamos as transformações no processo de uso da terra e nas formas de trabalho, algo que se mostrou ativo e logo se fez necessário à migração, no segundo e terceiro decênio do século XX, obviamente, essas transformações causaram e ainda vem causando impactos na diversificação social de seus descendentes e territorial na busca de novos espaços, o que contribuiu sobremaneira para a migração de parte da família, levando-os mais para o sul do Brasil, num primeiro momento a São Paulo e posteriormente ao Paraná. Numa busca por reconstruções.

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado. A diferença entre o inacabado que não se sabe como tal e o inacabado que histórica e socialmente alcançou a possibilidade de saber-se inacabado. Gosto de ser gente porque, como tal, percebo afinal que a construção da minha presença no mundo, não se faz no isolamento, isenta da influência das forças sociais, que não se compreende fora da tensão entre o que herdo geneticamente e o

²⁵ A agricultura de subsistência é uma modalidade que tem como principal objetivo a produção de alimentos para garantir a sobrevivência do agricultor, da sua família e da comunidade em que está inserido, ou seja, ela visa suprir as necessidades alimentares das famílias rurais (FRANCISCO, 2022).

²⁶ Durante o desenvolvimento dessa pesquisa o que possibilitou o contato direto com os familiares residentes na comunidade quilombola do Preá foi o rastreamento do CNPJ da Associação dos Agricultores familiares da Comunidade do Preá. O CNPJ nos levou à contadora da Associação e através dela contactamos a Presidente da Associação Josiane Costa.

que herdo social, cultural e historicamente, tem muito aver comigo mesmo. (FREIRE, 1996, p, 53).

Nesse refazer histórico dos migrantes negros, e, no caso estudado, dos Filhos de Iaiá Sutura, observamos a busca por edificar um novo território. Sendo que nesta ação produziu-se uma história que é parte da história da população negra do Paraná e integra-se à história nacional como resultado de um conjunto de políticas que durante cinco séculos estiveram voltadas para a exploração da mão de obra africana e dos seus descendentes afro-brasileiros, (n)os condicionando aos estamentos mais baixos da sociedade e (n)os inferiorizando em todos os sentidos.

Para a construção desta pesquisa, salientamos a importância de demarcar que não cabe hierarquização étnica ou cultural no processo de construção de qualquer sociedade plural e que as contribuições dos mais diferentes grupos étnicos que compõem as sociedades e, nesse caso, a paranaense, têm o mesmo valor histórico e cultural, sendo suas diferenças, marcadores de identidade (BASTIDE, 2009, p. 13). Porém, o que Fanon (2008) nos mostra é outra realidade produzida sobre o pensamento eurocêntrico:

O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, enegrecer a reputação de alguém; e, do outro lado: o olhar claro da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca. Uma magnífica criança loura, quanta paz nesta expressão, quanta alegria e, principalmente, quanta esperança! Nada de comparável com uma magnífica criança negra, algo absolutamente insólito. Não vou voltar às histórias dos anjos negros. Na Europa, isto é, em todos os países civilizados e civilizadores, o negro simboliza o pecado. O arquétipo dos valores inferiores é representado pelo negro. (FANON, 2008; p.160).

As visões e valores europeus foram transplantados e aplicados em suas colônias. Como consequência do eurocentrismo²⁷, uma parte da historiografia advinda do patriarcalismo, não raras vezes, produziu estereótipos, inverdades e distorções que, ao longo do tempo, não considerou as experiências, a importância, o conhecimento e a participação dos negros na construção da nação brasileira. Essas ações excludentes praticadas pelos grupos hegemônicos, portanto, detentores do controle estatal e de outras instâncias de poder, compõe aquilo que Mbembe (2016) chamou de necropolítica. Para Benicio et al (2018), a necropolítica de Mbembe é entendida como:

uma tecnologia de produção e gestão da morte na contemporaneidade, partindo de uma releitura das noções de biopoder, biopolítica e racismo de

²⁷ Eurocentrismo corresponde a uma expressão que emite a ideia no mundo como um todo de que a Europa e seus elementos culturais são referência no contexto de composição de toda sociedade moderna.

estado, trazidas por Michel Foucault, de estado de exceção e estado de sítio, a partir de diálogos com Giorgio Agamben e Hannah Arendt, e de violência colonial, discutida por Franz Fanon. A necropolítica, portanto, constitui-se como um indicador tático para analisar a violência hoje, especialmente o fenômeno da destruição massiva de pessoas e a criação de mundos de morte que ilustram a continuidade da colonialidade e do imperialismo no âmbito da democracia liberal, na qual certos grupos populacionais são posicionados como “mortos- vivos”, por meio de processos e práticas de desumanização, coisificação e indignificação de suas existências. (MBEMBE, 2016. Apud BENICIO et al, 2018, p.195).

Especificamente, no campo da historiografia, é bem verdade que isto tem sido aos poucos e cada vez mais sendo trabalhado, buscando superar paulatinamente, com análises, que em geral são propostas pela nova historiografia, com vertente que se propõe decolonial. Porém, enquanto persistirem as razões materiais com as desigualdades geradas pelo racismo e pela exclusão social oriunda deste, o olhar crítico e denunciante dos que observam e produzem uma “história vista debaixo” continuará sendo indispensável e presente num processo ético de resgate e defesa da dignidade humana. Sobre esta abordagem historiográfica, destaca Sharpe (1992) duas funções que ela comprovadamente preenche:

1 –A primeira é servir sempre como um corretivo à história da elite, para mostrar que a Batalha de Waterloo envolveu tanto o soldado Wheeler, quanto o Duque de Wellington, ou que o desenvolvimento econômico da Grã-Bretanha, que estava em plena atividade em 1815, envolveu o que Thompson descreveu como “a pobre e sangrenta infantaria da Revolução Industrial, cujo trabalho e perícia ela teria permanecido uma hipótese não testada”.

2 – A Segunda é que, oferecendo essa abordagem alternativa, a história vista e baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais da história. (SHARPE, 1992, p. 53-54).

Portanto, torna-se premente na reconstrução da história do grupo a contínua e necessária desconstrução desses estigmas e a remoção dessas barreiras culturais. Marcas essas que se desdobram em consequências sobre o desenvolvimento educacional da população negra retornando em forma de índices desfavoráveis. Fazendo uma análise prospectiva mais ampla sobre a condição do negro, Munanga (2005) alerta para a permanência da construção do processo de subalternização das minorias. Nesse ponto, ele destaca o sistema educacional e a reprodução de um modelo vigente há muito tempo. O autor entende que:

Sem minimizar o impacto da situação socioeconômica dos pais dos alunos no processo de aprendizagem, deveríamos aceitar que a questão da memória coletiva, da história, da cultura e da identidade dos alunos afrodescendentes, apagada no sistema educativo baseado no modelo eurocêntrico, oferece parcialmente a explicação para esse elevado índice de repetência e evasão escolares. Todos, ou pelo menos os educadores conscientes, sabem que a história da população negra quando é contada no livro didático é apresentada apenas do ponto de vista do "Outro" e seguindo uma ótica humilhante e pouco

humana. Como escreveu Joseph Kizerbo, um povo sem História é como um indivíduo sem memória, um eterno errante. Como poderia ele então aprender com facilidade? As consequências de tudo isso na estrutura psíquica dos indivíduos negros são incomensuráveis por falta de ferramentas apropriadas. Mas elas existem certamente - e devem, como bem mostra Franz Fanon no seu livro *Pele Negra, Máscaras Brancas*, prejudicar o sucesso escolar do aluno negro e de outros submetidos ao mesmo tratamento. (MUNANGA, 2005, p.15).

Nessa mesma direção, impera também sobre este trabalho a importância de se identificar o que, e o quanto dessa migração há nos Filhos de Iaiá Sutura. As abordagens que podemos notar em Thomson (2002, p. 36), compreendendo que a migração é importante para, aos poucos, irmos situando o nosso debate em um conjunto maior de compreensões desses processos, para o autor assim “[...] como apenas um evento em uma experiência migratória que abarca velhos e novos mundos e que continua por toda a vida do migrante e pelas gerações subsequentes”, é que vamos reconhecendo que no processo migratório há uma permanente adaptação e reconstrução de diversas práticas culturais e identitárias, nas quais a questão da alteridade é crucial.

E neste sentido, encontramos entre os Filhos de Iaiá Sutura a presença de um artefato manual, na sua feitura e utilização, cuja presença e importância o torna um símbolo. Referimo-nos aos imponentes pilões. Uma marca do grupo a partir do qual todos, em algum momento, foram alimentados pelo que saiu de um pilão. Utensílio sempre presente nas culturas de origem africana, o pilão acompanhou essa trajetória e é instrumento importante para a contribuição desses povos com o desenvolvimento das sociedades americanas, como aponta Ribeiro:

Ele atribuiu a expansão do cultivo do arroz às sementes trazidas de Cabo Verde, e ainda a preferência dos escravos por inhame e comidas de origem africana, a argamassa e o pilão para o processamento do alimento, e o triunfo da dieta alimentar africana entre a população de escravos (RIBEIRO, 1962: 152-56 apud Apud CARNEY e MARIN,).

Muitas culturas africanas vinculam-se fortemente ao pilão. Este objeto cruzou o mar também com os cativos, e, transplantado para o Brasil com os povos da diáspora africana, o pilão, é utilizado há centenas de anos para triturar, amassar e moer, ou seja, para pilar alimentos e transformá-los em algo novo. Sua importância para os povos de origem africana é expressa material e imaterialmente. O pilão está no centro do evento que abre o calendário festivo do candomblé. A Festa do Pilão²⁸ denota a importância deste utensílio que se faz presente, inclusive, na cosmovisão

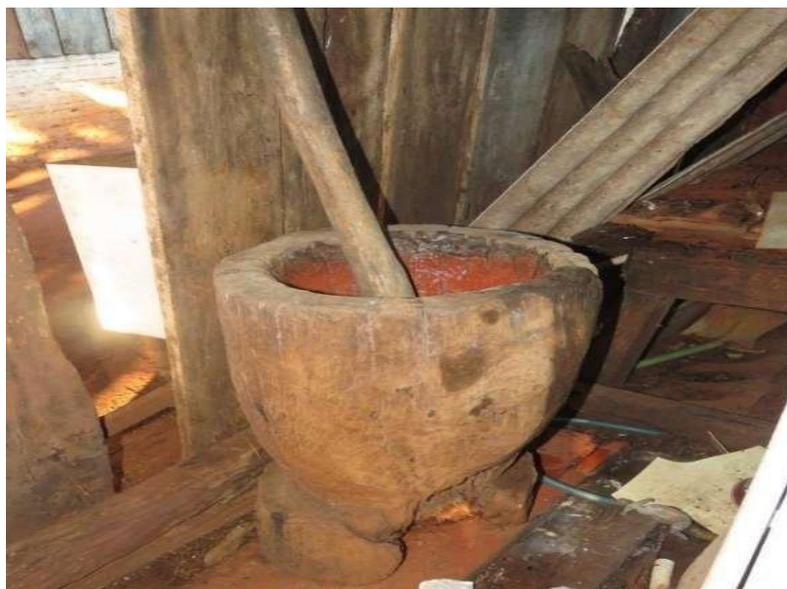
²⁸ A Festa do Pilão diz respeito ao banquete oferecido por Oxaguiã ao seu pai Oxalá (BUENO e SANTANA, 2009, p.3).

dos africanos e dos afro-brasileiros cuja origem está relacionada aos desejos de um orixá.

Conta o mito que Oxaguiã gostava de guerrear e de comer, e não se conformava quando não havia inhame. E sua comida preferida era o inhame amassado. Como era muito difícil preparar esta iguaria, Oxalá sempre castigava as cozinheiras, responsáveis pelos constantes atrasos para a guerra. Oxaguiã consultando os babalaôs e fazendo as oferendas para Exu, trouxe para a humanidade um utensílio que ajuda a preparar o inhame pilado, o pilão. Ficou tão famoso que é conhecido como o Orixá Comedor-de-Inhame-Pilado (GAUDENZI, 2008, p.177 Apud BUENO e SANTANA, 2009, p.3-4).

Entre os Araújo, essa peça de madeira maciça e com variados formatos²⁹ sempre se apresentou como o centro de processamento de alimentos, especialmente os cereais, alimentando as pessoas e seus animais. Assim, o pilão se fez presença garantida em todas as casas da família.

Fotografia 1 - O Pilão de dona Maria Aparecida Pereira de Araújo.



Fonte: O autor - Sumaré-Paranavaí-PR. (2019).

²⁹ Acredita este pesquisador que os pilões da família Araújo têm formatos variados porque ao longo do tempo com o distanciamento das atividades rurais, sobretudo a partir da década de 1970, e a escassez de madeira devido aos desmatamentos, os forçou a reaproveitar o que pudessem para manter a tradição. O pilão de dona Senhorinha é praticamente um bloco de madeira cerrada. Escavado por seu esposo Sabino, a peça é mantida na residência onde Senhorinha viveu e está sob a guarda de seu neto Roberto em Sumaré.

O pilão da tia Rosa foi emendado com uma filha de lata, outro indicativo da dificuldade para ser substituído. O utensílio que vivia de tomar pancadas na sua função, era tratado com muito carinho por suas donas e “Ai de quem tombasse bruscamente o pilão”! Derrubar o pilão era um crime, e, se da queda ele rachasse, um pecado contra sua dona.

Fotografia 2 - O Pilão da tia Rosa.



Fonte: O autor - Sumaré-Paranavaí-PR. (2019).

Esse instrumento deveras simbólico para as culturas de raiz africana, o pilão, denota um modo de vida entre os Filhos de Iaiá Suteira. E mesmo em tempos em que a sua utilidade já se torna dispensável, ainda é cultivado com nostalgia e respeito. A exemplo do pilão de dona Senhorinha, uma peça de mais de 50 anos que ainda em 2022, é guardada por seu neto Roberto, na casa onde a matriarca viveu.

Fotografia 3 - O Pilão da dona Senhorinha Rosa da Costa.



Fonte: O autor/ Sumaré-Paranavaí-PR. (2021).

Assim, o pilão vai ganhando novos significados para esses afro-brasileiros, que avançam no tempo e no espaço produzindo e reproduzindo cultura ao passo que se reconstróem em novos territórios. Para melhor compreensão, faz-se necessário

entender o que afirma o geógrafo Rafael dos Anjos, de que:

Os povos africanos não foram responsáveis somente pelo povoamento do território brasileiro e pela mão de obra escrava, eles marcaram a nossa formação social e cultural, que, ao longo desses séculos, foi preservada, recriada, mesmo com as políticas contrárias do sistema. (ANJOS, 2005, p. 104).

Na obra “Rebeliões na Senzala”, Clovis Moura (1988, p. 87) descreve o quilombo como sendo uma “unidade básica de resistência à escravidão”, onde independentemente de seu tamanho “estável ou de vida precária”, o autor afirma que o quilombo é um fenômeno inerente à escravidão. “O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse”. Esses espaços de oposição ao sistema, por muitas vezes destruídos, ressurgiam porque “Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava” (ibidem). Nesse contexto conflituoso, o pilão aparece como indício relacionado à identidade dos fugitivos. Da maneira como Moura apresenta, para a oficialidade do estado sobre um Brasil colônia, o pilão era um elemento de identificação dos mocambos, algo relacionado à identidade dos habitantes dos quilombos. Moura diz:

As autoridades entendiam por quilombo "toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles" (Resposta do Rei de Portugal a consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740). (MOURA, 1988 p.87).

O pilão, ao ser citado pelo Rei de Portugal, sendo este um utensílio de processamento da produção agrícola está relacionado diretamente à produção, dependendo diretamente da fixação das pessoas ao lugar. Desta forma, a presença deste dá a entender que o pilão cumpria a função de fixação das pessoas no lugar, sendo um utensílio que não apareceria em situação de acampamento provisório. Também não seria algo que um fugitivo, em trânsito, levasse consigo.

O pilão é pesado e se relaciona com uma produção agrícola, é para quem se estabeleceu. “Ainda que não se achem pilões” é uma expressão que denota a rigorosidade da ordem. É para se considerar ofensivo qualquer acampamento de pretos, ainda que provisório. Nesse sentido, a presença dos pilões, são indícios da intenção de construção ou da tomada de um território.

Desta feita, e de acordo com o exemplo acima citado, tudo leva a crer que a presença dos pilões na família de Sutura também seja uma ação consciente de edificação de um território.

A edificação dos territórios negros, como apontado na passagem da obra de Moura (1988), anteriormente citado, foram [e são] processos marcados por conflitos e

rupturas, nas quais novas ressignificações culturais ocorrem. Neste sentido, a população negra vive a necessidade de desconstruir, reconstruir e ressignificar o seu papel na sociedade e na história, tendo reservado grande participação para a produção historiográfica brasileira. O espaço eleito como estratégico e fundamental para essa reconstrução foi o da educação, um “problema nacional” (GONÇALVES & PETRONILHA, p.145, 2000). Nesse contexto, nascida das reivindicações históricas do movimento negro, a lei 10.639/03 tem se apresentado como um importante instrumento nesta construção. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana diz que:

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro- brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados. (BRASIL, 2004, p.3).

Porém, a obrigatoriedade do ensino da história dos africanos e de seus descendentes não será suficiente para descolonizar o currículo escolar sem que haja uma produção acadêmica que a subsidie, como exemplifica Silva:

A invisibilização do Negro, a difusão de um imaginário negativo em relação ao negro e de significados positivos em relação ao branco é estratégia de discurso racista observada como forma de discriminação no interior das escolas, via livros didáticos e literatura infanto-juvenil (apud PINTO, 1993; ROSEMBERG, 1998; TELLES, 2003; SILVA, 2006, 2008), atualmente também em diversos espaços sociais, notadamente nos meios midiáticos. (SILVA, 2011, p.22).

Na condição de homem negro, essas deficiências fazem parte da minha própria experiência de vida, a partir disso, a presente pesquisa traz, como já evidenciado, a preocupação e foco nas minorias históricas. Em sua gênese, uma intrínseca relação entre o pesquisador e o seu objeto, furtar-se de aparecer nessa História não é possível, mesmo que eu quisesse não conseguiria, pois ela se apresenta como um *continuum* da minha vida, da vida dos/as Filhos/as de Iaiá Sutura e quiçá da vida da maioria dos brasileiros, aliás de brasileiros negros.

A relação entre pesquisador e o seu objeto de pesquisa é também um fato observado por Silva (2001), em que pesquisando migrantes paulistas afrodescendentes na cidade do Rio de Janeiro, inicia sua apresentação da seguinte forma:

- Posso ir mãe?

Era essa a expressão que eu falava quando via meu avô saindo para visitar seus amigos, ex-ferroviários e também militantes negros. Durante toda a minha infância, passei com meu avô Cypriano pelas ruas da cidade de Campinas, e aprendi com ele a História da cidade de seus habitantes que eram descendentes de escravo. Das minhas impressões do tempo de criança, a imagem mais viva que tenho em minha memória é a dignidade com que meu avô e seus amigos se portavam, a despeito da vida simples que levavam. Impressionante também era a polarização, a preocupação com a história não contada daqueles que haviam construído o país e eram desprezados. (SILVA, 2001, p.3).

Partindo da compreensão de que as regiões mais novas do estado do Paraná, como é o caso da região Noroeste, que é um espaço de colonização tardia, possui pouca historiografia voltada a relatar a história da população negra migrante que foram ou são verdadeiros atores da sua construção. Para isso, comungamos com o pensamento de Alfredo Bosi, quando diz:

A colonização é um processo ao mesmo tempo material e simbólico: as práticas econômicas dos seus agentes estão vinculadas aos seus meios de sobrevivência, à sua memória, aos seus modos de representação de si e dos outros, enfim, aos seus desejos e esperanças. (BOSI, 2001, p.577).

Pensamos que os pontos elencados por Bosi se aplicam a todos os indivíduos envolvidos no processo colonizador. Porém, o tratamento histórico às contribuições entre os grupos dominantes e os não dominantes tendem a ser desiguais, assim, acrescenta-se ainda, as eventuais construções historiográficas que possam tocar na História desta região(Norte/Noroeste do Paraná), mas que acabam desprestigiando determinadas categorias (mulheres, negros, nordestinos, indígenas), muitas vezes relegando a outro plano dentro do processo de construção do lugar, ou as inferiorizando no processo historiográfico, com base em uma memória frágil ou propositalmente fragilizada dessas pessoas por parte de quem vem a escrever sobre suas histórias. Nesse sentido Lima (2011) descreve que:

A memória construída sobre a sociedade paranaense, ao longo do século XX, fez com que as crianças com idade escolar e inúmeros adultos acreditassem que o Paraná realmente representasse, na expressão de Wilson Martins, “*um Brasil diferente*”. Por outro lado, professores de educação básica, em especial os de História, relatam frequentemente a dificuldade que têm para encontrar material que trate da experiência dos negros nessa região. O efeito disso, em longo prazo, é o reforço de uma História oficial que negligencia e, em alguns casos, nega veementemente a participação dos africanos e seus descendentes na formação histórica da sociedade paranaense. (LIMA, 2011, p. 91).

Diante do acima exposto, imperou a necessidade de um olhar mais intrínseco sobre a movimentação da grande massa de trabalhadores, com frequência negros, advindos do Nordeste que migraram para o Sul. Faz-se necessário um olhar para sua bagagem cultural e de suas histórias de vida, pois como destaca Rompatto:

Ainda que tenham contribuído com o desenvolvimento dessa frente pioneira, os nordestinos foram relegados por uma historiografia consolidada, que propagou um discurso elitista e amplamente assimilado por veículos de comunicação e pela população local. (ROMPATTO, 2016, p.7).

Não estamos dizendo que os negros e os nordestinos são os mesmos sujeitos históricos dos quais tratamos aqui, coincidentemente, Iaiá Sutura veio da região Nordeste, que comporta um expressivo contingente de negros, todavia, compreendemos que tanto negros quanto nordestinos acabaram se tornando *personas* não gratas no interior dos grandes processos de mobilidade humana endógeno no Brasil.

Esta pesquisa ressalta a necessidade de se apresentar os relatos e fatos da experiência de pessoas notadamente importantes para a construção da sociedade paranaense, negligenciados e/ou invisibilizados pela historiografia e por outras áreas de conhecimento, ou mesmo pelo poder público estabelecido, que na grande maioria das vezes, é composta por homens brancos nessas paragens do Brasil.

Uma historiografia (oficial)³⁰ que no presente expõe sua carência de conhecimento sobre esse contingente quando no cumprimento de diretrizes educacionais que se pretendem mais inclusivas, mas sobretudo, porque essas diretrizes são resultadas de transformações sociais e das conquistas históricas dos movimentos sociais organizados que refletem, por exemplo, sobre a universidade pública e seus cursos de pós graduação. Sobre o elemento central da análise das políticas educacionais e o movimento histórico e político desses movimentos sociais, sobretudo, o movimento negro, diz Rocha (2011) que:

A reivindicação do movimento social negro e de educadores comprometidos com a luta antirracismo pela alteração da abordagem dada ao negro no currículo e conseqüentemente pela inclusão dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira no âmbito escolar vem de longa data. (ROCHA, 2011, p.33).

Nesse mesmo sentido, Gomes (2012), ao discutir a atuação do movimento negro na educação, relembra as ações das organizações de militância negra, a quem atribui “uma atuação reeducadora de si mesmo, da sociedade e do Estado, com conseqüências transformadoras sobre o sistema da educação”. Nesse processo histórico, alguns atores se destacam, como é o caso da Federação Negra Brasileira (FNB):

³⁰ Aqui fazemos referência a um tipo de produção que se quer histórica, que é feita por advogados, médicos, jornalistas, e tantos outros bacharéis que se aventuram em narrar histórias, enquanto memória oficial de grandes personagens públicos ou dos chamados “colonizadores” brancos. Tradição essa que está sendo problematizada e desconstruída pela academia e historiadores profissionais.

É sempre importante retomar o papel da Frente Negra Brasileira. Essa associação de caráter político, informativo, recreativo e beneficente surgiu em São Paulo, em 1931, com intenções de se tornar uma articulação nacional. Composta por vários departamentos promovia a educação e o entretenimento de seus membros, além de criar escolas e cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos. Visava, também, a integração dos negros na vida social, política e cultural, denunciando as formas de discriminação racial existentes na sociedade brasileira daquele período. (GOMES, 2012, p.732).

Assim, essa análise é também uma denúncia às práticas historiográficas "ditas oficiais", e um brado dos silenciados na busca por direito de fala e justiça, pela determinante contribuição da população negra na construção, não somente econômica, sendo os braços que derrubaram a mata e edificaram a lavoura, como se costuma dar ênfase, mas também na cultura, ao recriarem nos espaços em que ocuparam suas experiências de vida e laços de sociabilidade. Conforme a análise de Silva:

O ocultamento da diversidade no Brasil vem reproduzindo, tem cultivado, entre índios, negros, empobrecidos, o sentimento de não pertencer à sociedade. Visão distorcida das relações étnico-raciais vem fomentando a ideia, de que vivemos harmoniosamente integrados, numa sociedade que não vê as diferenças. Considera-se democrático ignorar o outro na sua diferença. O ocultamento da diversidade produz a imagem do brasileiro cordial, que trata a todos com igualdade, ignorando deliberadamente as suas nítidas e contundentes diferenças. Imagem esta difundida desde os anos 1930 nas obras de Freyre (1936) e nos anos 1950, reforçada pelas teses, argumentos, estudos, entre outros de Cassiano Ricardo (1959). Tais pensamentos têm constrangido a participação nos espaços públicos daqueles chamados de excluídos, e ao mesmo tempo têm atribuído sua ausência a pretendida falta de qualidades e competência. (SILVA, 2007, p.498\499).

Não podemos perder de vista que são esses laços que constituem a própria estratégia de locomoção, fixação, reprodução e vida. No pensar de Silva (1997, p. 4), "Eles não são agentes passivos dos fatores de expulsão ou atração, mas participam ativamente de um processo, que não é exatamente o processo migratório, mas sim, o de reprodução das suas condições de vida". Uma estratégia negra, herdada dos antepassados e posta em prática pela família Araújo, desde os tempos da sua escravização e que os acompanhou na passagem pelo interior do estado de São Paulo, posteriormente, levando-os a integrarem o processo de colonização do norte paranaense.

A Bahia deixada para trás, não é apenas uma referência de unidade da federação, mas é um referencial de memória. Uma Bahia negra, construída em bases sólidas de histórias de superação e reações do período escravocrata. Segundo Simone Weil, essas são questões subjetivas ao historiador, pois toca nas relações

idiossincráticas dos diferentes sujeitos históricos, e que estão diretamente ligados a ele no processo de sua trajetória. O autor apoia-se na ideia do enraizamento, para ele.

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro. (WEIL, 2001, p.43).

A territorialidade mantida nos laços de um processo de desterritorialidade certamente marca a apreensão da vivência, não se deixa para trás apenas pessoas, mas um local, os costumes, a religiosidade, as vidas vividas, para além de tudo isso, se deixa para trás o espaço habitado, logo se deixa um lugar de vivências, de culturas e memórias que fazem parte da construção social de uma determinada sociedade, comunidade ou, como é o caso aqui, de uma família, dos/as Filhos/as de Iaiá Sutura. Compreendemos esse processo, no mesmo *continuun* do tempo, conforme afirma Chesneaux que:

O Passado é, ao mesmo tempo, um lastro e uma armadilha, porque ele é, antes de mais nada, um direito [...] O direito à memória coletiva significa o direito de definir, no passado o que pesa e o que ajuda. Devemos fazer tábula rasa do passado, certamente. Contra as referências armadilhas à história. Mas, ao mesmo tempo, devemos colocar o passado a serviço do presente para ajudar a inaugurar o porvir. (CHESNEAUX 1995, p. 65-66).

É um espaço-tempo dos fortes, no claustro da nostalgia, as lembranças da terra de partida temperam os sentimentos, sendo que as boas e as más memórias se confundem em importância para os que as guardam, servindo de elemento de autorreconstrução na construção de um novo território. Segundo Santos

O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também é um dado simbólico. A linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos e ajuda a criar esse amálgama, sem o qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos. (SANTOS, 2007, p.82).

E para a compreensão desta territorialidade faz-se necessário um olhar mais aproximado sobre aqueles que construíram grande parte do legado histórico social brasileiro. Ou seja, um olhar sobre a “história vista de baixo”, ressaltando o conceito thompiano de experiência, por meio do qual o autor nos lembra que os homens “experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura”. (THOMPSON, 1981, p.182).

Portanto, este é um mergulho na trajetória e nos costumes da família Araújo. E

por meio das suas memórias e documentos buscamos desvelar as características dos migrantes e de seus descendentes que contribuíram para que o Paraná, estatisticamente, conte com mais de 34% de sua população declarando-se preta ou parda (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD/IBGE, 24/11/2020), culturalmente e assumidamente torna-se o estado que se configura na atualidade como o que possui maior número de negros dentre os estados da região sul do País.

Na busca por demonstrar essa trajetória, primamos por destacar as memórias dos Filhos de Iaiá Sutura, contar a suas histórias e poder assim compreender como se construíram ao longo do percurso e como construíram ou transformaram o percurso ao longo do tempo.

Impera antes de tudo entender o que os motivou, no sentido lato do termo “motivo”, de saírem do interior da Bahia e migrarem em direção ao sul. Para tanto, aprofundamos nossa análise das narrativas para entender o que motivou pessoas em condições semelhantes às dos descendentes de Iaiá Sutura a deixarem a sua terra natal e migrarem em direção ao sul. Sobretudo, trabalhadores nordestinos na conjuntura estudada.

Ainda nessa análise, buscamos nas fontes; relatos dos descendentes da nossa personagem central e da documentação do “acervo” familiar compreender as razões pessoais que levaram essas pessoas a tomarem outros rumos deixando para trás mais que uma terra, um mundo de relações e vivências irrompendo fronteiras e edificando novos territórios. No entendimento de Santos (2007):

O território compõe um ‘conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial’, ou seja, sua base material/natural e/ou produzida e seu “uso”, que se constituiria através da “base técnica e das práticas sociais”. Aqui, Santos concebe o território para além da técnica, assumindo as práticas sociais, da política e, assim, de poder da sociedade que incide e o (trans) forma. Além disso, traz (como o faz para o espaço) a dialética entre o novo/velho e, mercado/Estado, as modernizações (seletivas) e as épocas (o tempo). E buscando assimilar as especificidades, Santos (2002 p. 47) afirma que “enquanto o dinheiro, na sua forma pura, busca se impor como um dado absoluto”, o território e sempre impuro porque misto, [é] o resultado de todas as relações entre as existências dos homens e as suas bases físicas e sociais. Por isso, “trata-se de uma forma impura, um híbrido [!], uma noção que por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é o nosso quadro de vida”. (SANTOS, 1996, p.15 Apud. MON, 2008, p.39).

Por toda essa ligação dos indivíduos com o seu território é que consideramos essa renúncia tácita: um verdadeiro desenraizamento, com tudo o que o sentido etimológico da palavra revela “ser arrancado pela raiz” e na expectativa do transplante,

levam consigo suas raízes para as terras paranaenses. Nutrindo a esperança de uma nova vida, refazem o seu território com o que o novo espaço oferece. Essa é uma história de desenraizados, sendo esse trabalho de pesquisa obra de um filho desses desenraizados.

1.1 SOMOS NÓS: PROTAGONISTAS DESSAS HISTÓRIAS

Uma carroça subia pela rua e a molecada corria atrás para pegar uma carona. No comando, um senhor negro e robusto, de chapéu na cabeça e um bigode muito bem-feito. Poucos metros depois que os clandestinos se agarravam na carroça o condutor dizia “Pêa!”, era o sinal para descer. Ninguém se ofendia, mas pelo contrário, ficávamos felizes pelos poucos metros que ele, “Ti Tôim”, nos permitiu ficar dependurados na parte de trás do seu veículo. Era assim, às soltas, que até meados dos anos 90 do século XX, cresciam as crianças do distrito de Sumaré. Assim eu, um filho de migrantes negros de raízes nordestinas, cresci no Paraná.

Os relatos acima são fragmentos de memória que os trago comigo e os compartilho com os da minha geração (nascidos entre 1975 e 1985), em Sumaré, e possivelmente, de outras crianças pelos mais variados rincões do Paraná rural, quiçá de todo o Brasil. E creio que, de alguma maneira, todas as memórias envolvendo os Filhos de Iaiá Sutura, as que procuramos tratar nesse trabalho e as que não alcançaremos, são de alguma maneira “um falar de mim mesmo”. E essa tarefa é um árduo ofício, como aponta De Certeau:

Falar de nós mesmos, da nossa origem e trajetória, nem sempre é algo fácil de se fazer, mas tal esforço torna-se imprescindível, uma vez que o lugar social do qual falamos marca, indelevelmente, nosso discurso, conforme colocou De Certeau: “é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões lhes serão propostas, se organizam”. (CERTEAU, 2011, p.67 apud. DIALLO. 2017. p.16).

Essa ocupação negra do território paranaense se fez, historicamente, tanto nos tempos da escravidão, quanto nos períodos pós-abolição. Sobre as primeiras presenças negras no Paraná, o marco se posiciona no século XVI, como apresentou Ianni:

No Paraná, o africano esteve presente no Litoral ou no Planalto, nas cidades, vilas e freguesias, na mineração, na pecuária, na agricultura de subsistência, no cultivo da erva-mate ou no café, “o Paraná dos séculos XVII, XVIII e XIX era uma sociedade fundada na força de trabalho escravo. (IANNI, 1988, p.149).

No pós-abolição, o destaque fica por conta das movimentações internas dos ex-escravizados entre as províncias. Para o nosso estudo, destaca-se o momento

compreendido entre as décadas de 1940 e 1960, tempo de intenso crescimento econômico e de grande movimentação de trabalhadores em direção às áreas do Norte e Noroeste do Paraná.

Um processo que convencionamos chamar de reocupação e não de ocupação por entender que a área onde esse processo se realiza no século XX, já havia passado por outros processos de ocupação e reocupação ao longo da história, sendo que o estudo no qual se insere esta pesquisa não se deu de forma totalmente pacífica com a ocupação dos chamados “espaços vazios”. Houve a presença prévia de posseiros³¹ e vários povos indígenas. Sobre essa presença histórica na região noroeste do Paraná escreveu Rompatto:

A região noroeste do estado do Paraná foi ocupada e (re) ocupada em vários momentos da história. Na pré-história a região é marcada pela presença humana de populações de caçadores e de coletores, tais como os Humaitá e os Umbu (MOTA, 2005, p. 13). De 1610 a 1632 os padres jesuítas reuniram índios Guarani em reduções na região que à época pertencia à província espanhola Del Guairá. Por volta de 1632 estas reduções são destruídas por bandeiras oriundas de São Paulo, que tinham por objetivo apresarem os Guarani e levá-los como escravos para São Vicente-SP. No final do século XVIII a região voltou a ser explorada pelo homem branco que buscava por ouro e diamantes. Durante todo o século XIX a região foi incursionada por expedições oficiais e particulares em busca de riquezas e de um caminho para Mato Grosso. É dessa época também a fundação de colônias indígenas e de colônias militares por parte dos governos do Império e da Província do Paraná, que tinham por meta proteger o homem branco na conquista dos territórios dos Kaingang. (ROMPATTO, 2011, p. 2).

Portanto, a reocupação do Norte/Noroeste do Paraná, também conhecida na historiografia como a colonização do Norte Paranaense, ou mesmo do Norte Pioneiro, atraiu para esta região grande massa de trabalhadores nacionais e estrangeiros, sobretudo pessoas oriundas das regiões sul, sudeste, norte e como evidencia este estudo, os migrantes nordestinos.

Segundo Fernandes:

Entre os migrantes de diferentes localidades que aportaram no norte do Paraná constam paulistas, mineiros sulistas, estrangeiros. Ainda, dentre os grupos migrantes destaca-se a presença de nordestinos, que registram terceiro lugar como local de procedência entre os não naturais deste estado. (FERNANDES, 2016, p.180 apud PERARO,1978, p.117).

Uma ampla pluralidade que veio reconstituir ou recriar nesse novo espaço “suas experiências de vida e estabelecem novas redes de sociabilidade” (FERNANDES, 2016). Apesar de como foi retratado, historicamente, os migrantes oriundos do nordeste brasileiros foram atores fundamentais no processo de

³¹ (...) os posseiros que são aquelas pessoas que detêm de fato a posse de uma gleba de terra, mas não é o dono de direito, não possuindo assim documentação e registro em cartório. (SILVA, 2018).

reocupação do norte/noroeste paranaense e imprimiram as suas marcas na sociedade que forjavam, como apontou Medeiros em sua tese de doutorado sobre os trabalhadores “nortistas”³²:

A historiografia tradicional por preocupar-se com questões ligadas a produção de riquezas obtidas com o café e a especulação imobiliária, elegeu o café e o pioneiro como personagens centrais de suas narrativas. Ao tratarem da história da ocupação da terra a partir dos interesses do capitalismo, evidenciam uma tecnologia rudimentar que outrora ocupou-se do local. Ressaltando o progresso como símbolo dos novos tempos, esta historiografia reforçou o papel desenvolvido pela classe dominante e tentou apagar ou subordinar a história dos trabalhadores que vieram ao longo desse processo. E ainda, permanecem na região. (MEDEIROS, 2017, p. 90\1).

Dentre esses trabalhadores, um grande percentual de negros veio compor o contingente que deu forma ao Norte/Noroeste do Paraná. Trabalhadores rurais, os migrantes nordestinos e ou “nortistas”, como identificou Medeiros (2017), trabalharam na derrubada das matas, na abertura das estradas, das ruas e na formação das primeiras lavouras. Não obstante, participaram ativamente na formação social do campo e das novas cidades paranaenses.

Em sua tese de doutorado sobre os trabalhadores nortistas no noroeste do Paraná, Medeiros (2017) apresenta várias fotografias de trabalhadores que atuaram na abertura da cidade de Loanda, situada a pouco mais de 80 quilômetros da cidade de Paranaíba. As imagens pertencentes ao acervo de um dos “fundadores da cidade”, Sebastião Delfino Machado, revelam o que também não passou despercebido ao olhar da autora da tese; a presença majoritária de trabalhadores negros no serviço de abertura das estradas e derrubadas das matas, na década de 1950. Imagens que colocam em xeque a ideia de um Paraná branco.

Aqui abrimos um espaço para discorrermos sobre a importância da imagem para a história, para a historiografia e para o grupo aqui estudado. Partimos do questionamento e definição sobre imagens cunhadas por Rodrigues:

Mas o que é imagem? Numa síntese de definições – sejam elas filosoficamente oriundas de Platão e de outros mestres, sejam elaboradas por especialistas em semiótica, comunicação e outras ciências –, a imagem (do latim Imago) é uma representação visual, construída pelo homem, dos mais diversos tipos de objetos, seres e conceitos. Pode estar no campo do concreto, quando se manifesta por meio de suportes físicos palpáveis e visíveis, ou no campo do abstrato, por meio das imagens mentais dos

³² De acordo com o linguajar regional nortistas eram os trabalhadores que haviam saído da região nordeste, mas também de norte de Minas Gerais. Entretanto, o grande diferencial indicados por eles, é que o termo nortista era utilizado para se referir aos trabalhadores que realizavam os “piores serviços”, mais pesados e mal remunerados. Assim, compreendemos que os nortistas eram os trabalhadores mais pobres, que chegavam a região em busca de trabalho “sem um centavo furado no bolso” e eram subordinados a um sistema marcado pela violência e vigilância constante, não era raro encontrar nesse estrato, negros e negras.

indivíduos. (RODRIGUES, 2007, p.68).

Nesse processo, a fotografia, a princípio, uma técnica físico-química de captura de imagens, exerceu um grande papel na produção de imagens por causar uma mudança de paradigma. Kossoy defende a fotografia como uma forma de expressão cultural, na qual foram registrados do tempo, aspectos como: religião, costumes e habitação. Ou seja, acontecimentos sociais de diversas naturezas, foram objetos documentados por meio da imagem (Kossoy, 2001).

A partir da fotografia, as imagens não precisariam ser uma produção exclusiva do talento artístico humano, mas poderiam ser uma cópia “fiel” do que se pretendia eternizar. Pelo seu alto grau de fidelidade àquilo que se passou diante de suas lentes, as fotografias se constituem documentos de grande valor na análise histórica. No caso em estudo, neste ponto, evidencia-se a forte presença de trabalhadores negros no processo de reocupação do Norte e Noroeste do Paraná, sendo ainda a fotografia, pelas mesmas capacidades de fidelidade ao instante registrado, uma grande causadora de transformação de costumes e tradições como vimos com as fotografias mortuárias.

Na descrição da imagem, a fala de Medeiros: “Quase todos negros, com roupas rasgadas” (Fotografia 5, p. 58), são reveladoras da presença negra no processo de fundação das cidades do noroeste do Paraná. E não se trata apenas do registro da presença nas fotografias, mas de uma presença majoritária entre aqueles que executavam os serviços mais pesados.

Fotografia 4 - Arma no Coldre. Loanda 27 maio 1952.



Fonte: Acervo Sebastião Delfino Machado/ FACINOR. (1952)

A imagem de um acampamento de trabalhadores traz uma constatação importante para a compreensão do processo de reocupação das terras do norte paranaense e para se entender as relações tanto étnico-raciais como econômicas e de trabalho no Brasil. Sobre a imagem apresentada escreveu Medeiros:

A diferença entre os três sujeitos (o empresário, o empreiteiro e os trabalhadores) pode ser observada nas roupas: os trabalhadores vestem blusas de mangas curtas, calças retas e botas por dentro da calça, proprietário e empreiteiro blusas de manga longa e botas de cano alto. (MEDEIROS, 2017, p.108).

A presença de crianças negras³³ na frente de trabalho é uma representação da continuidade de um processo iniciado com o advento da escravização do povo negro. A fotografia registrada 64 anos após o término oficial da escravidão ainda evidencia a hipocrisia de uma abolição que, orquestrada sem um projeto de inclusão para a população negra, os manteve na linha de frente da exploração e no contexto da fotografia, o processo de expansão capitalista fomentado e vivenciado pelo estado do Paraná na expansão de suas fronteiras agrícolas.

Fotografia 5 - Abridores de ruas. Loanda 02/06/52.



Fonte: Acervo Sebastião Delfino Machado/ FACINOR. (MEDEIROS, 2017. p.109).

³³ Crianças e adolescentes negras são as maiores vítimas, em números, do trabalho infantil no Brasil. Representam 62,7% da mão de obra precoce no país. Quando se trata de trabalho infantil doméstico, esse índice aumenta para 73,5%, sendo mais de 94% meninas. O estudo “Trabalho Infantil nos ODS”, lançado pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) em outubro de 2022, chama a atenção para a “forte correlação entre renda familiar, raça, gênero e trabalho infantil, o que torna alguns grupos de meninas e meninos mais vulneráveis a essa violação de direitos”. O trabalho infantil doméstico tem como perfil majoritário meninas negras e pobres, moradoras de periferias. “Ser menina com essas especificidades pode representar uma barreira ao seu desenvolvimento e ao acesso a direitos – o trabalho infantil doméstico é prova disso”, aponta o estudo. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI 2017. Em: <https://fnpeti.org.br/noticias/2017/11/20/negros-sao-maioria-no-trabalho-infantil/#:~:text=Crian%C3%A7as%20e%20adolescentes%20negras%20s%C3%A3o,sendo%20mais%20de%2094%25%20meninas>. Acesso em 28-11-2022.

Explorador do sistema escravocrata, as fotografias apresentadas evidenciam que, o Estado do Paraná sempre esteve no seio da história nacional, articulado com todo o processo de formação da sociedade brasileira, e, no período aqui apresentado, beneficiário de uma abolição formal e superficial. Mais uma vez, o negro, com seu trabalho, está na base de sustentação para o capital empreender.

Mostrando que a história do Paraná não foge à regra da história nacional, mas muito pelo contrário, se fez com base nas estruturas escravocratas ainda presentes na sociedade brasileira.

Embora tenha havido este relato, a tese de Medeiros não traz um enfoque, e nem mesmo, aprofunda as discussões sobre questões étnico-raciais relacionadas a esses trabalhadores e principalmente à presença negra, certamente pelo fato de este não ser o objeto central do seu estudo. A maior contribuição de sua pesquisa sobre a presença negra no noroeste do Paraná, no nosso entendimento, são essas fotografias. Aqui, para fins do nosso estudo, outras fotografias apresentadas durante a tese continuam a evidenciar a presença majoritária de pessoas negras entre os trabalhadores que Medeiros (2017), respeitando sua autoidentificação, os caracteriza como nortistas.

Na foto a seguir, dois trabalhadores, ambos negros, aparentemente jovens, com olhar baixo, ocasionado pela forte luz do sol, mas sem parecer preocupar-se com isso, vão encarando o obturador. Enxada na mão, cavando em torno de uma árvore grossa, que possivelmente foi removida do local após ser destocada por eles.

Fotografia 6 - Homens negros cavando em volta de uma árvore para arrancá-la.



Fonte: Acervo Sebastião Delfino Machado/ FACINOR – Loanda/PR. (MEDEIROS, 2017, p. 109).

Na fotografia acima, oriunda do acervo familiar de Sebastião Delfino Machado, uma pessoa considerada pioneira da cidade de Loanda, é evidenciado, que a mão de obra na derrubada das matas e abertura das propriedades rurais e cidades era representada por pessoas negras. Um trabalho árduo e sobretudo praticado sob forte vigilância, como no olhar atento do condutor do veículo capturado pelas lentes do fotografo, na imagem apresentada. Possivelmente, um capataz. Além de vigiado e penoso, o trabalho exercido por esses trabalhadores poderia custar muito mais que o suor do seu rosto, como relata dona Aparecida:

- O Jesus! Não tinha rua aqui, não Maria. Como é que chama?
- Trilho! [Maria Araújo].
- Aqui pra entrar, tinha aqueles picadão pra entrar, pra subir pras casernas, lá pros matos. Aqui tinha muito era, aqui morreu foi muita gente aqui. Pra poder derrubar mata. Aqui morreu muita gente. Aqui era uma mata, mata de tora de madeira. Nego serrava com serra, cortava com machado, era isso que era aqui.
- Morreram de quê?
- De acidente. De derrubar mato, cerrar pau. Essas coisas. É, era triste! Depois foi abrindo". (Entrevistas: Aparecida Araújo. Sumaré, 2021).

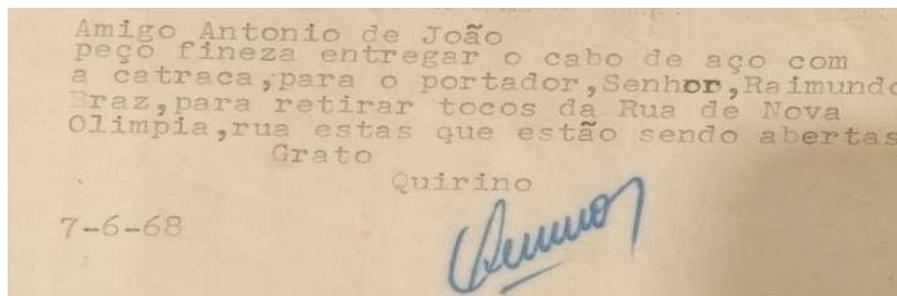
Não cremos que seria possível nomear cada trabalhador que tenha atuado nesse processo de transformação do espaço, que deu origem a atual configuração do norte/noroeste do Paraná como o fez a história oficial, apresentada pelos detentores do capital, dos documentos e da escrita com seus registros em nomes de ruas, praças e até cidades.

Porém, não é possível aceitar, pacificamente, o anonimato de toda uma geração, sem que se possa, ao menos parcialmente, individualizá-los por meio dos relatos minerados das memórias dessas pessoas que constituem arquivos vivos, como dona Aparecida, filha e esposa de homens que atuaram nessas frentes de derrubada das matas. Sua memória testifica as condições de trabalho dessas pessoas e coloca, de alguma maneira, seus familiares nas fotografias apresentadas por Medeiros, ao passo, que dá voz aos eternizados na imagem da fotografia.

Na documentação colecionada por dona Senhorinha, encontramos outra indicação referente à identidade desses trabalhadores. Um bilhete solicitando a entrega de um cabo de aço e de uma catraca, instrumentos utilizados para içar ou arrastar objetos pesados, nesse caso, os troncos de árvores. O bilhete, endereçado ao senhor Antônio de João, membro da família, é de 1968, e refere-se à abertura das ruas de Nova Olímpia, município da região noroeste do Paraná. O ano do bilhete é o

mesmo da instalação do município³⁴. O bilhete deixa muito evidente que as ferramentas solicitadas são “para retirar tocos da Rua de Nova Olímpia, ruas estas que estão sendo abertas”.

Fotografia 7 - O Bilhete. Paranaíba (1968).



Fonte: Acervo da Família Araújo

As imagens são reveladoras de uma realidade carente de um olhar mais específico e projetado de um ângulo diferente do praticado pela historiografia oficial do Paraná. Apesar do tratamento dado por esta história oficial, esses trabalhadores, como bem demonstrado na tese apresentada por Medeiros (2017), também foram, de alguma maneira, incorporados ou souberam incorporar-se, estrategicamente, ao processo de formação social e econômico que se seguiu,

Depois de um tempo, alguns conseguiram se fixar nas cidades da região. Loanda, Santa Isabel, Paranaíba, São Pedro do Paraná. Outros (Deusdete, Terezinha, Francisco) tentaram por um tempo a vida em outros lugares: Minas Gerais, Rondônia, São Paulo. E por algum motivo (seja familiar ou idade avançada), acabaram voltando para as pequenas cidades da região Norte do Paraná “onde é mais tranquilo” (MEDEIROS, 2017, p.112).

As imagens também revelam, em partes, a realidade da população negra na história do Norte do Paraná que é também protagonizada por esses trabalhadores. Gente que abriu as estradas, derrubou as matas e deu forma aos campos e cidades, são protagonistas de trajetórias dignas de serem compreendidas. Gente que para além do papel de figuração imposto naquele tipo de história oficial economicista, são pessoas dotadas de uma rica bagagem cultural, o que os tornam sujeitos principais de suas próprias trajetórias e agentes determinantes do processo de construção e reconstrução do tecido social ao qual se inseriram. Um povo dotado de uma história não contada, tiveram sua perspectiva invisibilizada sem considerar suas peculiaridades.

³⁴ Elevado à categoria de município com a denominação de Nova Olímpia, pela Lei Estadual n.º 5.704, de 13-11-1967, desmembrado de Cidade Gaúcha. Instalado em 15-12-1968. (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/nova-olimpia/historico>. Acesso em 17 abr, 2022).

Na carta de Sabino³⁵, escrita em 1956, ele já indica a presença de familiares no Paraná e o evento da morte de Firmíno, no ano de 1955, em Paranavaí, são circunstâncias que convergem para o entendimento de que as pessoas negras oriundas do nordeste, como os Filhos de Iaiá Sutura, são os trabalhadores que abriram as ruas e derrubaram as matas no processo de reocupação do norte e noroeste do Paraná.

“Era nós”!

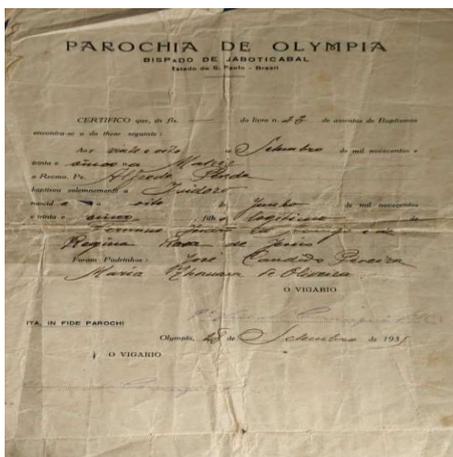
1.2 DONA REGINA E SEU FIRMINO: HISTÓRIAS E ANDANÇAS

A família de Regina Rosa de Jesus e Firmino Izidio de Araújo, bisavôs maternos desse pesquisador, viviam nas terras do pai de Firmino, na Zona rural de Macaúbas. Segundo relatou Guilhermino:

O meu pai deixou minha mãe lá, e o finado João, e a finada Senhorinha - a finada Senhorinha é dois anos mais velha que o véio João . Largou a minha mãe, ficou 7 (sete) anos aqui em São Paulo sem ir lá buscar eles. Veio trabaia. Aí falou pra minha mãe que esperasse lá que ele voltava pra buscar elas. Ficou 7 anos trabaiano aí no estado de São Paulo e só mandava dinheiro. Aquele tempo era (.) [esquecimento] (.) chamava salvo conduto, não, mintol! Era telegrama. Agora lembro, era telegrama. [.] E a minha mãe ficou 7 anos lá com o João e finada Senhorinha, trabaiano na roça e morando com os pais dela lá. (ARAÚJO. G.I; Paranavaí 2021. Grifo autor).

Uma transição que, certamente, ocorrera antes de 1935, porque não há relatos de que a senhora Regina estivesse grávida durante a mudança e como demonstra o documento a seguir, o terceiro filho de Regina e Firmino, Isidoro nasceu em Olímpia, no estado de São Paulo.

Fotografia 8 - Certificado de batismo de Isidório. Olímpia-SP, setembro de 1935.



Fonte: Acervo da Família Araújo (1935)

³⁵ Sabino Joaquim da Costa, foi o esposo de dona Senhorinha Rosa da Costa. Sabino, assim como Senhorinha, nasceu em Macaúbas-BA em 06/06/1920 era 4 anos mais velho que sua esposa. Além de esposo de senhorinha, eram primos, sendo o Avô materno de Sabino irmão de Iaiá Sutura

Quando saiu da Bahia, pela primeira vez, na segunda metade da década de 1920, o senhor Firmino deixou para trás: a esposa Regina, a filha Senhorinha e o filho João. Nas memórias dos membros da família, para sair era necessário ir a pé até a cidade de Montes Claros, em Minas Gerais, para “pegar o trem”. Sobre este momento, Almeida faz o seguinte resumo:

O contexto histórico da década de 1920 à 1926 é de conturbação, o poder federal governou sobre estado de sítio, no sertão a guerra corria livre entre os coronéis utilizando jagunços e cangaceiros e por outro lado a Coluna Prestes se movimentava pelo interior do Brasil. A união federativa necessitava de meios de avançar rapidamente pelo território impondo o seu poder e garantindo-se. O avanço da ferrovia entra como papel de grande importância na facilitação da circulação e comunicação entre a capital e o sertão. Armada com o ideal de brasilidade, de progresso e integração avança pelo território. E os trilhos chegam a Montes Claros em 1926, transformando a pacata cidade em um centro de comércio, transporte de cargas e passageiros (ALMEIDA, 2012, p.7).

Por sete anos, teria Firmino trabalhado para ter condições de voltar à Bahia e poder levar consigo a família para o estado de São Paulo. As terras onde viviam em Macaúbas, segundo Guilhermino, eram ótimas para criar os filhos, mas não davam muita chance para se ganhar a vida. E nas minhas memórias, resalto o saudosismo de dona Senhorinha quando falava do lugar onde nasceu e viveu até os onze anos de idade. A frase “meu avô”, era uma constante em suas palavras, referia-se ao pai de sua mãe, citado por Guilhermino, na entrevista. Provavelmente, porque este avô teria sido um grande referencial paterno para ela durante o período da sua infância em que Firmino esteve ausente. Durante este tempo, fora seu pai quem prestou a assistência à família de Regina e Firmino. Os tempos não eram bons e a família passou por muitas privações, indicadores dos motivos da partida.

O destino mais comum era o estado de São Paulo, neste caso, o interior paulista. Muitos parentes estavam indo para Olímpia, Severina e São Joaquim da Barra e é provável que tenham se movimentado por outros municípios da região Noroeste do estado de São Paulo, a exemplo de Ribeirão Preto e Barretos.

São Paulo não era o paraíso que muitos sonhavam. Nas memórias deste pesquisador, os relatos da Vó Senhorinha, contando que seu pai teria passado fome, algumas vezes, nos anos em que esteve separado da família. Por muito tempo Firmino não mandou uma carta. Durante os seis anos, Firmino teria mandado duas cartas apenas, e na última, avisou que iria buscá-los.

Um ano após a chegada da última carta, Firmino chegou a Macaúbas para levar consigo a esposa e filhos para São Paulo. Ao chegar à Bahia, Firmino traz com ele

notícias de outros parentes que há muito tempo partiram. Traz também a esperança de uma vida melhor para Regina, Senhorinha e João.

Para a partida, dona Regina matou frangos, fez pirão, farofa e preparou as *matulas*³⁶. A partida não poderia ser diferente, foi um momento deveras emocionante. Senhorinha, nos seus momentos *griot*, contava, abastecia a memória de seus netos, informando que foi muito difícil para ela se separar de seu avô. Mas a partida era necessária.

Na partida foram Regina, Firmino, Senhorinha (com 11 anos), João (com 8 anos) e uma prima chamada Augusta. Esta, segundo os relatos, tinha 16 anos, quando partiram. A viagem seria a mais longa de suas vidas. E longa não somente pela distância, mas pelos desafios a enfrentar. A primeira parte da viagem era uma caminhada que se prolongou por vários dias. Seria necessário viajar de São Sebastião, de Macaúbas a Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, uma caminhada de aproximadamente, 578 quilômetros (dados atuais) por estradas de chão. Soma-se a isto outros desafios como o sol da Chapada Diamantina, o pouso incerto, e a alimentação, estes aspectos, entre outros, fazia o conjunto de desafios.

Firmino partiu com sua família e a sobrinha Augusta, todos a pé. Caminharam por dias, pousando à beira da estrada. Os alimentos que levaram não foram o suficiente. E como foi contado por Senhorinha, nos momentos de caça ao piolho, eles não morreram de fome porque encontraram um grande umbuzeiro com muitos frutos, sob seus galhos também se abrigaram por uma noite e levaram dos seus frutos para a viagem. Em outra ocasião, ainda sem alimentos, foram amparados por uma senhora, que se compadeceu do, ao ver as crianças. O objetivo desta primeira parte da viagem era chegar à Estação Ferroviária de Montes Claros³⁷, para de lá partirem de trem para o estado de São Paulo, mais precisamente, para a estação de Severínia³⁸, onde desembarcaram.

A família foi trabalhar e viver na propriedade cafeeira de um senhor chamado José Cândido³⁹, como relatou o senhor Guilhermino quando lhe foi perguntado o

³⁶ Aqui empregamos o sentido que empregado para designar provisão, comida. Especificamente: as marmitas para a viagem.

³⁷ Entre os anos de 1914 e 1926 foi construído um ramal da estrada de Ferro de Corinto (MG) para Montes Claros (MG), tornando esta cidade o final da linha principal da Estrada de Ferro Central do Brasil. Local de onde partiram Ana, Firminio e sua Família.

³⁸ Até 1954, de acordo com o Site da Prefeitura de Severínia, o município pertenceu como distrito do município de Olímpia, tendo neste o ano de sua emancipação político/administrativa.

³⁹ José Candido Pereira foi patrão e compadre de Firminio Isídio de Araújo. O nome de José Cândido é muito presente nas memórias Guilhermino expressas na entrevista que concedeu para esta pesquisa

porquê dele ter nascido na área rural:

Porque meu pai era lavrador e nunca gostou de cidade. Só tocava café de meiero. É, e nós foi criado no sitio e estudado no sítio, até o último ano que eu estudei foi o quarto ano naquela época. Aí depois que ele arresorveu vim aqui pro Paraná, aí que nois viemo pro Sumaré. Que os ceis num eram nascidos ainda. A sua mãe nem sonhava ainda, era menina ainda. Eu alembro disso tudo, eu sei do começo ao fim [.] Era meiero de café, era de ameia: se dessecem saco, cinquenta nosso e cinquenta era do patrão” [.] Então, nós tinha um pedaço de uns 2 alqueros que eles chama paiada, pra pranta mí e arroiz porque no café só dava uma carreira e dava pouco. Então nois tinha direito a uma cabeça de boi, de vaca, pra tirar leite e uma cavalo pra poder arar, né. Então, tinha direito, né. O pasto era junto com o do patrão e tinha os piquetis. O finado Isidoro que tirava leite, apartava nossa vaca, e o bezerro do patrão era tudo junto, mas nois tinha o piquetão. O bezerro nosso ficava separado. Agora, quando ia vender, ai o patrão ia vender a garrotaiada dele e poia o nosso no meio e vendia junto. Era que nem o café: nois coia o café, secava tudo no terrerão e poia tudo numa tuia, media pesava. O dia que o seu Zé Cândido vendia o café, o meu pai falava assim ‘o cumpadi, o meu vai vender junto com o seu”. Então nois pesava tudo igual e o caminhão que vinha buscar levava pra lá. E o seu Zé Cândido, que era o patrão nosso, ele recebia o dinheiro, trazia o valor e dava pro finado meu pai. Aí, desse dinheiro ele pagava a venda que nois comprava por meis (objeção), por ano (ênfatiza). Quando cabava a cuiêta vendia o café e falava ‘hoje é dia de pagar a venda’. Meu pai ia lá mais o finado Zé Cândido. Tinha um carroção de boi, com quatro boi e montado em cima, chegava lá somava as contas, o véi estava com dinheiro, pagava. Agora dali, só mais um ano, pagava aquela e fazia outra. E nois ia pra cidade comprar roupa e sapato. (ARAÚJO. G.I; Paranaíba 2021. Grifo autor).

O carro chefe da economia brasileira era o café e a região que englobava Severina, Ribeirão Preto, Olímpia e São Joaquim da Barra era um dos principais centros produtores deste desejado produto. Guilhermino evidencia em seus relatos que, na fazenda, existia uma colônia com muitas casas e muitas famílias de trabalhadores onde nasceu.

Enquanto viviam nesta propriedade, no ano de 1939, o casal Firmino e dona Regina tiveram um filho que não sobreviveu, um menino, batizado com o nome de Manoel Araújo. Faleceu com apenas 8 (oito) dias de idade, sendo sepultado no cemitério do então distrito de Severínia, como demonstra o documento a seguir:

e ainda aparece em situações muito delicadas para os Araújo como responsável pelo pagamento do sepultamento de Manoel Araújo (figura: Nº 10), o filho de Firmino e de Dona Regina que morreu aos 8 dias de nascido. Nas memórias deste pesquisador o nome José Cândido era recorrente nas memórias de dona Senhorinha.

Fotografia 9 - Recibo de Sepultamento de Manoel Araújo. Olímpia – novembro de 1939.



Fonte: Acervo Família Araújo (1939).

A despeito do sofrimento aqui relatado, durante a entrevista com o senhor Guilherme, ficou evidente para este pesquisador a admiração que o mesmo nutria pela pessoa do patrão José Candido, falando desse com empolgação. Porém, a morte de Manoel, um recém-nascido é suficiente para compreender que a passagem pelos cafezais paulistas não se deu sem traumas para seus pais. Como nos informou “ele [José Cândido] era padrinho do Isidoro”, seu irmão. Sobre o fenômeno do compadrio, escreveu Souza:

Nesse sentido, as relações de compadrio constituíam situações em que os grupos hierarquicamente desiguais e diferentes compartilhavam valores semelhantes. Assim, por exemplo, embora o trabalhador rural não se tornasse padrinho de um filho do proprietário das terras onde vivia e morava, era comum aos fazendeiros tornarem-se padrinhos de batismo ou de casamento dos filhos de seus subordinados, simbolizando uma parentela fictícia e ritual naquela relação, de forma a acentuar compromissos, evitar constrangimentos e aumentar a rede de proteção, prestígio e poder na hierarquia social. (SOUZA, 2009, p.7).

Porém, com as fontes entre a documentação colecionada por dona Senhorinha, nos permite aprender que as perdas e os sofrimentos podem ser amenizados com esta estratégia de aliança nas terras de José Cândido, mas a mesma “sorte” a família de dona Regina e seu Firmino não teriam em outras colocações⁴⁰.

Em artigo publicado por Lucia Helena de Oliveira e Silva, com o título de

⁴⁰ Colocação: é o termo que os familiares usam para designar o contrato de trabalho com moradia no local da execução da atividade. Por exemplo: se diz que “arrumou colocação em uma fazenda”, portanto vai se mudar e trabalhar naquele local (Grifo nosso).

“Diásporas Internas Depois da Emancipação” (2011). A autora elege a mobilidade dos libertos como a estratégia de vida a ser analisada e é enfática ao apontar que “a mobilidade de libertos ocorreu no Brasil e nos lugares onde houve escravidão”. (p.1).

Apointa para os clássicos exemplos de Estados Unidos da América e Brasil. Ressalta a pesquisadora que nos Estados Unidos, mais precisamente, no sul do país, o pós-abolição foi marcado pela criação de leis segregacionistas como as famigeradas Jim Crow, vigentes no país entre os anos de 1876 e 1986. Em seu mais de um século de vigência, as legislações segregacionistas aliadas com a violência da intolerância, foram as responsáveis pela migração de milhares de afro-americanos em direção às grandes cidades da região norte do país. (SILVA, 2011).

Sobre a realidade brasileira, aponta Silva (2011) que “No Brasil, as condições foram menos dramáticas”, (p. 4) mas com grande impacto sobre as regiões que receberam estes contingentes, e destaca o vertiginoso crescimento da cidade do Rio de Janeiro, cuja população teria crescido 95,8% entre 1872 e 1890, e ainda 56,30% entre 1890 e 1906 devido ao recebimento de migrantes nordestinos e do vale do Paraíba, em São Paulo (DAMAZIO, 1987 apud SILVA, 2001).

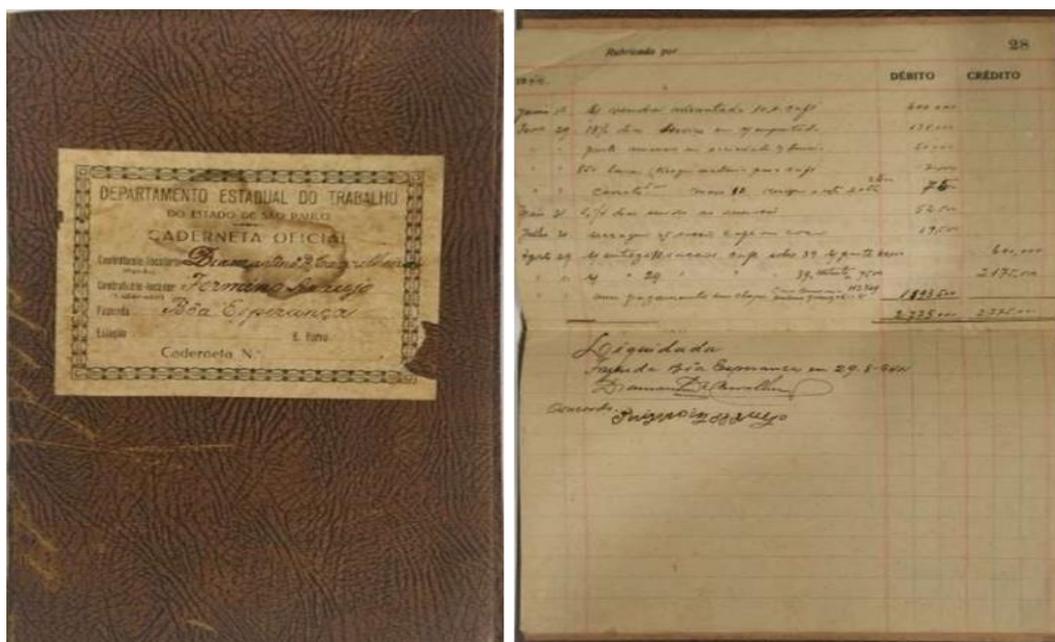
Apointando para as razões que poderiam motivar o deslocamento de trabalhadores negros do campo, Silva destaca que: “Não houve nada parecido com o processo de violência racista de uma Ku Klux Klan, mas é preciso lembrar que a violência e a expulsão sempre pautaram as relações trabalhistas no campo”. (SILVA, 2011. p.05).

Sobre essa violência, consideramos digno de nota⁴¹ o observado em um dos documentos que nos foi apresentado por meio de um dos membros da família Araújo⁴². Trata-se da Caderneta Oficial, uma espécie de carteira de trabalho que pertenceu ao senhor Firmino Araújo. Tem por contratante-Locatário (patrão) Diamantino R. Carvalheira e a locação do contratado é a fazenda Boa Esperança.

⁴¹ Apenas nota, pois ainda não é o objetivo desta pesquisa aprofundar a análise desses documentos nesse momento, mas, considero importantes as observações aqui apresentadas para demonstrar a forma “sutil” e engenhosa de violência pela qual passaram esses trabalhadores.

⁴² A “Caderneta Oficial” pertencente ao senhor “Fermino Araujo” ficou durante muitas décadas na posse de seu filho João Izídio de Araújo e após a morte desse, passou aos cuidados do seu sobrinho neto Carlos Henrique de Souza que cedeu para este pesquisador.

Fotografia 10 - Caderneta Oficial de Firmínio. Olímpia - SP 1939.



Fonte: Acervo Família Araújo. (1939).

O documento foi emitido pelo Departamento Estadual do Trabalho, órgão vinculado à Secretaria de Justiça e Negócios do Interior do Estado de São Paulo, em 03 de agosto de 1939, na cidade de Olímpia. A assinatura do contratado aparece, pela primeira vez no documento, em 1º de outubro de 1942, em razão de uma parceria, por meio da qual “Fermínio Araújo⁴³” tomava para o trato seis mil pés de café. Na tentativa de escrever o seu nome no documento, Firmínio imprime uma caligrafia sofrida e abaixo da linha demarcada, faltam letras e habilidade com a pena trêmula. O resultado é a certeza de que aquele indivíduo tinha muito mais habilidades com a enxada do que com a caneta. Provavelmente iletrado, mas isso não importava para quem o contratava, e talvez, considerasse melhor assim.

Não sabendo ler e escrever, as relações contábeis também ficariam prejudicadas para o meeiro. No contrato de 1942, o documento apresenta a razão de 70% do resultado da produção para o Locador (patrão) e 30% para o locatário (trabalhador); apresenta a produção agrícola do locatário, senhor Firmínio e família e apresenta também o consumo do parceiro e família junto à administração da fazenda, “coincidentemente”, o valor exato do que conquistou com a sua produção fazendo com

⁴³ A Caderneta Oficial traz o nome de “Fermínio Araújo”, porém os outros documentos da família como certidão de casamento, Rg e CPF e salvo Conduto da sua filha de Senhorinha e outros documentos dos filhos João, Guilhermino e Isidoro dizem Firmínio Isídio de Araújo. Na assinatura da caderneta é perceptível a tentativa e escrever o seu nome do meio, ignorado pelo redator do documento.

que débito e crédito se equivalessem, em exatidão.

Na página 28 da Caderneta, após a descrição contábil, a palavra “Liquidada”, seguida do local Fazenda Boa Esperança, e da data “29-8-1944” assinado pelo próprio patrão: Diamantino R. Carvalheira, e em seguida a palavra “Concordo” (com a grafia do “contador”), precedendo a sofrida e ilegível assinatura de Firmino.

Mesmo superando a falta de oportunidade e o prediletismo reinante na mente dos empregadores por trabalhadores brancos⁴⁴, com esse indício de defraudação, o caso de Firmino denota que as “*heranças do cárcere*” ainda eram utilizadas pelos detentores do poder para manter a população negra à margem dos seus direitos e da cidadania.

A violência apontada por Silva (2011) não provocaram apenas a expulsão do campo para as cidades, mas ainda, fez com que estes trabalhadores e trabalhadoras, negros e negras, se movimentassem na busca por outros campos, como quando partiram para o estado de São Paulo, reiniciando rumo às novas fronteiras agrícolas abertas no Norte e Noroeste do Paraná.

O sofrimento causado por diversos tipos de violências se apresenta como um grande responsável pela movimentação desses afro-brasileiros. Essa “realidade severina⁴⁵”, de acordo com a análise dos documentos e registros das memórias que trago das vivências familiares, foi uma dura realidade vivida por toda a família de dona Regina se estendendo à sua filha dona Senhorinha Rosa (minha avó).

Senhorinha Rosa era a filha mais velha de Regina e herdeira dessa infame angústia de ter que sepultar os próprios filhos. Foram três os que não chegaram à idade adulta; um recém-nascido, outro na infância e um adolescente. Apesar dos grandes desafios, e provavelmente, por causa deles, dona Senhorinha provou ser resistente como a Sinhá Vitória⁴⁶ e tantas outras mulheres do sertão. E aqui fazemos

⁴⁴ Aqui referimo-nos à Ideologia do Branqueamento: crença pseudocientífica na ideia de que para a nação brasileira se desenvolver era necessária ser majoritariamente branca. Para tal, era preciso “diluir”, através da miscigenação, a população negra existente promovendo o cruzamento inter-racial e a importação de brancos. Esse pensamento foi o promotor das legislações que privilegiaram a importação da mão de obra europeia em detrimento da população negra egressa da escravidão e ao mesmo tempo fechava o país para a entrada de africanos. Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890: Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á ação criminal do seu país, **excetuados os indígenas da Ásia, ou da África** que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem estipuladas. (Grifo nosso).

⁴⁵ Uma referência à Obra de João Cabral de Melo Neto “Vida e morte Severina” (1954-1955). Esta obra entre outras abordagens enaltece a capacidade de resistência e adaptação do sertanejo aos mais hostis ambientes.

⁴⁶ Da Obra literária “Vidas Secas” de Graciliano Ramos: Sinhá Vitória é a esposa de Fabiano. Mulher

uma pequena pausa para render-lhe essa homenagem, pois essa pesquisa se inspira, em grande parte, na sua sabedoria e labor.

Foi a partir do trabalho desenvolvido durante décadas por dona Senhorinha Rosa da Costa, uma dedicada filha do sertão, descendente de Sutura Simiana da Conceição, que possibilitou essa pesquisa. A matriarca Senhorinha exerceu a função semelhante à de *griot* entre seus familiares. O *griot* se fazia uma verdadeira instituição na cultura africana ocidental. Era a pessoa que absorvia e posteriormente, tinha a responsabilidade de transmitir o conhecimento do grupo para as novas gerações via oral.

Os griots eram os cantores, poetas, musicistas e principalmente contadores de histórias.

O termo Griot, de origem francesa, recobre uma série de funções no contexto da sociedade africana. Numa sociedade em que os conhecimentos eram tradicionalmente transmitidos pela palavra – de forma oral – o griot tinha uma posição de destaque, pois lhe cabia transmitir a tradição histórica: era o cronista, o genealogista, o arauto, aquele que dominava a palavra (...) o griot ou dieli está próximo do doma, o grande conhecedor das coisas. É uma autêntica biblioteca pública, tal como o chamou. (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 195. apud GINO, 2015, p.4).

Segundo Oliveira (2008, p. 13), em seu artigo “Entre o Estético e o Político: evolução do pensamento literário de Henrique Cunha Jr”, o autor afirma em sua análise sobre a obra do pensador negro que:

Os griots, nas tradições orais de África, são um dos símbolos de todos os narradores, dos que contam contos, cantam décimas; são sábios, avós, mães e todos os demais personagens cênicos ou não, que, em muitas sociedades, são depositários de histórias, de testemunhos ou de tradições que eles contam. (OLIVEIRA, 2008, p.13).

Enquanto viveu (1924-2013), dona Senhorinha colecionou e produziu diversas memórias da família. Dentro do legado produzido por esta matriarca da família, destacam-se os ensinamentos transmitidos, oralmente, para seus filhos, netos, sobrinhos, primos e agregados. Não obstante, ela colecionou vários documentos como cartas, fotografias, contratos de trabalho e documentos pessoais: carteiras de trabalho, identidades, registros de nascimento e óbitos de parentes e agregados. Mais

cheia de fé e muito trabalhadora. Além de cuidar dos filhos e da casa, ajudava o marido em seu trabalho também. Esperta, sabia fazer contas e sempre avisava ao marido sobre os trapaceiros que tentavam tirar vantagem da falta de conhecimento de Fabiano. Sonhava com um futuro melhor para seus filhos e não se conformava com a miséria em que viviam. Seu sonho era ter uma cama de fita de couro para dormir. (Guia do Estudante, 2022). GUIA DO ESTUDANTE. ‘Vidas Secas’ – Resumo da obra de Graciliano Ramos. 2021. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/vidas-secas-resumo-obra-de-graciliano-ramos>). Acesso em 10 out 2022.

do que isso, Senhorinha nos contava histórias que ela ouviu e que ela viveu. Muitas histórias sobre a Bahia, a respeito de uma viagem e sobre gente com quem ela viveu. Uma coleção de memórias que também trazia muita dor e angústias e fé nos relatos das mortes de entes queridos. Da sua maneira, ela com muito jeito buscou transmitir para às futuras gerações esse conhecimento. Sendo que esse processo de transmissão parte das minhas memórias de pesquisador e caçador de piolho.

CAPÍTULO 2: HISTÓRIAS E IDENTIDADES: NASCER, VIVER E MORRER ENTRE OS FILHOS DE IAIÁ SUTERA.

Neste capítulo, faremos um apanhado sobre a questão dos nomes que a população negra traz consigo, e de como adquiriram sobrenomes de origem europeia.

Perseguimos as estratégias de sobrevivência dos Filhos de Iaiá Sutura, abordando as transformações dos sobrenomes dos Filhos de Iaiá Sutura, buscando entender as razões históricas para que o mesmo nome tome forma e sentido diferente, até entre irmãos, como é o caso do sobrenome Isídio, Izídio ou Isidro ou ainda Izidro, e ainda, buscar entender quais fatores provocaram essas transformações no sobrenome da família.

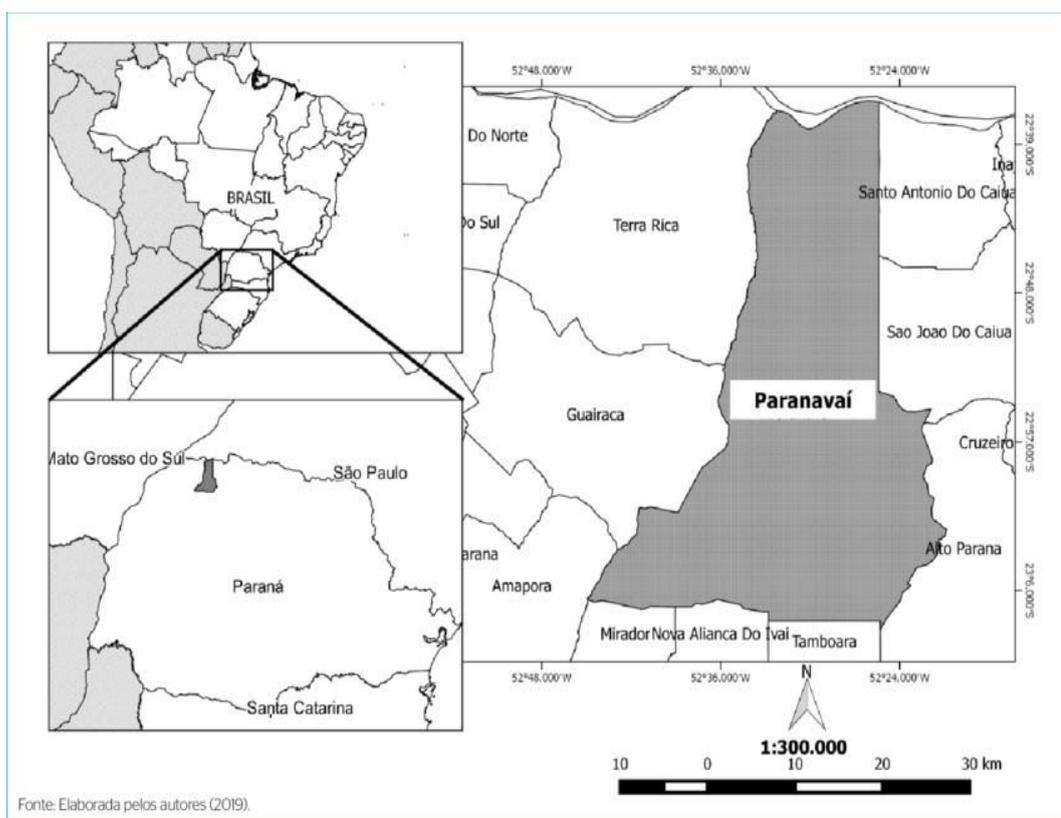
De início, intento explicar o porquê de a Matriarca trazer o “Iaiá” antes de seu nome, Sutura, nos textos desta pesquisa, atentando à fala da bisneta de Sutura, Maria Araújo, quando esta se refere à matriarca.

Buscar entender as razões históricas do motivo pelo qual nem todos os descendentes trazem o sobrenome Araújo; porque as mulheres mais antigas não herdaram o sobrenome Araújo, sendo que nem mesmo a matriarca tem esse sobrenome. Analisar casos como os da dona Rosalina e de sua irmã Maria, que mesmo sem herdarem o sobrenome Araújo, o transmitiram para seus descendentes. Assim, compreender os caminhos que levaram uma parte considerável da Família a ter o sobrenome Araújo, quando por regra de Direito, naturalmente, não deveriam tê-lo.

Aqui buscamos compreender de que maneira os Filhos de Iaiá se relacionam com os nomes, pré-nome, apelidos ou codinomes, no processo de construção da identidade. E assim, destacamos os apelidos de Tutu, Zezé, Babá, Zuza, Gileu, Biga, Pipia, Guelê, Dida, Ném, Crádu, Fulô, Dunga, Iú, Sú, Dico e Túcha, entre tantos outros.

Nos passos para entender essas peculiaridades do grupo, levantando uma questão que também é de alteridade, empenharemos no sentido de entender as formas de linguagens dos membros da família. Entender porque uma frase como “Vou à casa da tia Senhorinha” pode ser dita e compreendida da seguinte forma: “Vô pra cás di t’cha Ném” ou ainda “Vô pra cás t’cha ném”, na construção de uma linguagem e de uma identidade próprias do grupo familiar ora em estudo.

Imagem 3 - Paranavaí- Paraná⁴⁷



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Fonte: Researchgate.net (2022).

O presente capítulo narra as experiências das Filhas e Filhos de Iaiá Sutura, a partir das vivências de uma de suas netas, Dona Senhorinha Rosa da Costa. Nossa personagem central é filha da senhora Regina Rosa de Jesus e de Firmino Isídio de Araújo. Este é filho de Sutura Simiana da Conceição.

Iaiá Sutura, nasce no estado da Bahia, é o ponto comum na genealogia da família aqui estudada, Sutura é o elo entre os afro-brasileiros que nessa pesquisa assinam, poderiam ou deveriam assinar com o sobrenome: Araújo. E essa inconstância com relação à transmissão do nome de família é justificada por diversos fatores. Entre eles, as regras de direito civil que, ao longo do tempo, desfavoreceram a passagem de sobrenomes pela via feminina. Nesta regra, as mulheres passavam a ter o sobrenome do marido quando se casavam e os filhos, assim, transmitiam o nome do pai⁴⁸. Desta maneira, dona Senhorinha, passou a ter o nome assinado como Senhorinha Rosa da Costa, a partir de 1944, quando se casa com Sabino Joaquim da

⁴⁷ Fonte: Researchgate.net. Localização do município de Paranavaí no estado do Paraná e no Brasil. In: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-do-municipio-de-Paranavai-no-estado-do-Parana-e-no-Brasil_fig1_350352400. Acesso em 03-07-2022.

⁴⁸ Art. 240. A mulher assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família (Lei 3.071 de 1916-Código Civil).

Costa. É importante salientar isso porque explica o fato de que, neste trabalho em vários momentos, se fala da família Araújo e menciona-se pessoas que não trazem no seu, o nome da família.

Quando se diz que os seus descendentes são aqueles que assinam, poderiam ou deveriam assinar com o sobrenome Araújo, é porque o processo de aquisição de sobrenomes por parte dos afro-descendentes foi um processo violento e ao longo do tempo, a história da manutenção desses sobrenomes têm revelado uma outra forma ou face dessa violência histórica. Começa por notar que nem todos aqueles que compõem a árvore genealógica de Iaiá Sutura herdou o sobrenome da maioria dos seus descendentes.

O sobrenome Araújo é predominante entre os aqui chamados Filhos de Iaiá. Além do sobrenome Araújo, a família de Sutura carrega como sobrenome “de Jesus”, “Izídio”, “Isidro” e ao longo do tempo, foi adquirindo novos sobrenomes, ao agregar novos membros. Por outro lado, os sobrenomes que levaram consigo desde a Bahia foram se perdendo ou ganhando novas formas com aquisição de documentos durante o processo migratório e o tempo em si.

Porém, independentemente da forma como se escrevem os nomes, as Filhas e Filhos de Iaiá Sutura, ao longo de suas experiências de vida, criaram e mantiveram estratégias de vínculos que lhes permitiram preservar os laços familiares para além do nome que carregam ou da forma como se escreve. Estratégias que incluíam a formalidade da escrita, mas que as sobrepujaram internamente, pois o nome pelo qual se era conhecido e respeitado vale mais do que a forma como ele era escrito por pessoas não letradas, a grafia era algo que poderia ser “ignorado”. Assim, observou-se, que o senhor Firmino – Nanão é Isidoro e a Marina e Lucia são Izidro.

Partindo de dona Senhorinha objetivou-se conhecer o grupo ao qual pertence, os descendentes de Iaiá Sutura Simiana da Conceição. Quando dizemos “vida” tentamos dar a esta palavra um sentido amplo considerando as memórias produzidas e deixadas por Dona Senhorinha, aquelas que ela legou aos seus descendentes, as memórias que os seus familiares compartilharam com ela e também aquelas que a matriarca selecionou ao longo da sua vida como importantes através do trabalho de colecionar documentos familiares e outros registros. Esse trabalho de arquivar documentos, realizado por essa matriarca, revela a importância que ela dava a cada um desses registros. É possível perceber que a importância que ela dava a estes documentos, os consideravam dignos de serem preservados para a posteridade, ou

seja, eram memórias documentadas em forma de cartas, documentos pessoais, bilhetes, recibos, cadernos, folhetins e fotografias.

As memórias legadas pela matriarca e a documentação colecionada durante a sua vida são os pontos de partida desta pesquisa que busca descrever as vivências dessa família afrobrasileira, trabalhadora e migrante. Uma família extensa, que por volta dos anos de 1930, inaugurou um empreendimento de vida na busca por melhores condições de viver nas lavouras paulistas. A guinada ao Sul, os leva a integrarem-se, como consequência ou por estratégia, ao processo de reocupação do norte e noroeste do Paraná. Nessa perspectiva, buscou-se organizar as narrativas e a documentação para se compreender uma história, até então não contada, a história dos afrobrasileiros que fizeram parte do processo de reocupação da região norte e Noroeste do estado do Paraná.

Com este trabalho buscamos demonstrar a trajetória daqueles que também contribuíram para fazer do Paraná, o estado de maior população negra do sul do Brasil, ou seja, os migrantes afro-brasileiros entre os trabalhadores “nortistas” da tradicionalmente conhecida "Colonização do Norte do Paraná". E entre tantos trabalhadores e trabalhadoras, Senhorinha, o ponto central desta pesquisa. Essa mulher negra e nordestina é o elo histórico que une a História, enquanto produto do movimento humano, praticado, neste caso, pelas Filhas e Filhos de Iaiá, e ela sendo um deles, e a História enquanto processo laborativo de uma pesquisa e escrita, como colecionadora de documentos. Senhorinha é ao mesmo tempo história, memória e identidade.

Imagem 4 - Botuporã – Bahia



Fonte: Wikipedia (2022).⁴⁹

⁴⁹ Imagem disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Botupor%C3%A3#/media/File:Bahia_Municip_Botupora.svg. Acesso em 03-07-2022.

2.1 OS FILHOS IAIÁ SUTERA E A RELAÇÃO COM OS NOMES

Entre outras coisas a construção da identidade também passa pelo nome com o qual nos apresentamos. E o nome é algo altamente histórico. Permite posicionar o indivíduo no tempo “ele precisa posicionar-se em relação a sua história [...] Precisa posicionar-se diante de uma escolha anterior ao seu nascimento, diante de algo que não teve participação alguma na decisão” (AMORIM e AMORIM, 2010). Isso, por óbvio, também ganha alta relevância jurídica. Porém o nome é antes de tudo uma questão de cidadania. E principalmente, quando tratamos da população afro-brasileira, que, por razões da escravidão, não teve acesso aos seus nomes de origem e nem de se autoneamar.

Assim, para a população afrobrasileira o nome traz consigo outras significações. A importância de afirmar a cidadania através do nome aparece em trabalhos como “Uma mulher negra com nome e sobrenome: Benedita Souza da Silva Sampaio”, de Ana Paula Procópio da Silva e Magali da Silva Almeida (2020). As autoras abrem o trabalho com uma frase emblemática da escritora Lélia de Almeida Gonzalez, que afirma que “negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido... ao gosto deles”. Desta forma, o nome tem para a população afro-brasileira uma importância de marco, uma fronteira que atravessamos para adentrar o território da cidadania. É um primeiro passo importantíssimo nesse percurso que é uma continuidade do processo de abolição.

Sobre essa busca por liberdade, escreveu Consuelo Dores Silva na obra: “Negro, qual seu nome?”, que “A busca do negro pela liberdade é exaustiva, pois lhe reafirma a sua negação como pessoa humana. Esta é, pois, a tragédia do negro da Diáspora.” (SILVA, 1995, p. 54). Para esta mesma autora, o nome marca a nossa singularidade, tornando-se o abismo entre o ‘eu’ e o ‘outro’.

Esta singularidade se fez presente no decorrer desta pesquisa. Ao analisar os documentos colecionados por dona Senhorinha, foi impossível passar pela questão dos nomes dos descendentes de Iaiá Sutura sem parar para dar uma atenção maior para aquilo que, aos olhos desse pesquisador, apresentou-se como algo não aleatório. Muitos nomes eram repetidos de geração em geração. Mesmo sabendo da existência dessas pessoas, somente ao analisar os documentos foi possível perceber que não era apenas coincidência, mas era uma ação consciente dos membros desse grupo familiar. E essa consciência pode ser percebida também pelo fato dos nomes nem sempre serem nomes comuns e pelo fato de estarem, na maioria das vezes, em

linha direta de descendência.

Começando pela matriarca dona Senhorinha, que foi homenageada no batismo e registro da primeira filha de seu filho Cláudio. A neta da matriarca nascida na primeira metade da década de 1980 recebeu o nome de Senhorinha Isabel da Costa. O segundo nome da filha de Cláudio é ainda uma homenagem à avó materna da filha de Cláudio com Flauzina.

Desta forma foi identificado na família três homens com o nome de Firmino, sendo o primeiro, o pai da dona Senhorinha e o segundo, um neto dele, Firmino Isidio de Araújo, nascido em Paranaíba, na década de 1960 e conhecido na comunidade de Sumaré como Nanão. O terceiro Firmino é o filho do Nanão, Fabio Firmino de Araújo, nascido no final da década de 1980, também em Paranaíba.

A mãe de dona Senhorinha se chamava Regina Rosa de Jesus, e também uma das filhas da Senhorinha, trazia esse nome em homenagem à avó. Regina do Carmo de Souza. Regina do Carmo buscou homenagear a sua sogra Elisa, dando os nomes às filhas: Elizete e Elizangela.

Mantendo essa espécie de tradição implícita, Elizangela registrou seu filho mais novo como Ronald Antônio, sendo o primeiro nome uma referência ao pai do menino que se chama Ronaldo e o segundo ao avô materno, seu Antônio Carlos. A filha mais nova de dona Regina do Carmo, Emely fez o mesmo e registrou seu filho mais velho com o nome de Álvaro Antônio, em homenagem ao avô paterno e ao materno. Em 2022 nasceu a última neta de Regina do Carmo de Souza e recebeu o nome de Lilian Regina.

Dentre os descendentes de dona Regina do Carmo de Souza, foi possível anotar ainda que sua neta Pietra buscou em uma das bisavós o nome de sua filha Elisa. Percebe-se que a busca dessa referência é feita, prioritariamente, nos avós. Como que numa tentativa de manter um elo com um passado.

A exceção, casos de herança colateral, ficou por conta de dois Balduinos. O mais antigo é tio do mais recente. Um irmão do senhor Sabino, citado pelo senhor Cláudio e chamado pelo entrevistado de tio Badú, “empresta o nome” a um dos filhos de Senhorinha e Sabino que nasceu em 1947, e morreu no estado de São Paulo, ainda criança, por volta de 1956.

Outro fenômeno que anotado foi a transformação de sobrenome ao longo do tempo. O maior exemplo dessa mutação está no sobrenome Isídio, que é compartilhado por grande parte dos descendentes de Suter. Segundo o senhor

Guilhermino o correto é como escrevemos acima “Izídio”: “É o certo é “Izídio” (G. Araújo). Porém, esse sobrenome apresenta versões com “z” e com “s”. O senhor Guilhermino, nosso entrevistado, assina Guilhermino Izidio de Araújo. Por sua vez, o irmão dele traz nos documentos o sobrenome João Izidro de Araújo.

Detectamos ainda em um sobrinho de Guilhermino e João, o nome de Firmino Isidoro de Araújo, mas como este tem o pai de nome Isidoro, tendemos crer ser mais uma homenagem ao pai do que uma mutação do sobrenome. Porém, Firmino não tem o sobrenome que suas irmãs que apresentam em rede social Facebook, como Lucia Izidro e Marina Izidro. E uma outra versão detectada foi a do senhor Antônio Isidoro de Araújo, este é o esposo de dona Maria Aparecida, seus filhos assinam como o pai. Assim é o caso do Jailto Izidoro de Araújo⁵⁰.

As mutações dos sobrenomes foram detectadas, em sua grande maioria, entre os moradores de Sumaré. Embora os descendentes de Sutura residentes em Carapicuíba e na Região metropolitana de São Paulo assinem Ezidio, com “E”. Esses são descendentes de Saturnino Ezidio de Araújo, neto de Sutura⁵¹.

Embora não tenhamos encontrado elementos que possam afirmar a verdadeira razão para essa multiplicação de versões do sobrenome que em tese deveria ser Isídio. Cremos que a condição de não letramento dos membros mais antigos do grupo, somada com a falta de documentos daqueles que saíram do território da Bahia, tenha contribuído para a proliferação de diferentes versões do mesmo sobrenome.

Dentre os fenômenos culturais relacionados, o nome entre os descendentes de Iaiá Sutura inclui uma tendência reverenciosa ao nome daqueles que já se foram. Percebemos que dizer o nome de quem já morreu, sem pronunciar o substantivo “finado” é uma “contraversão que se assemelha a um pecado”.

A mãe, a avó, a tia ou qualquer outra pessoa mais velha estão prontas para repreender os jovens com seus costumes modernos de referirem-se a quem morreu sem antecipar o nome com o termo “finado”. Assim, a título de exemplificação, o seu Jonas, falecido há 15 anos, não pode ser chamado, em hipótese alguma, de apenas Jonas ou mesmo Seu Jonas, como ele era tratado em vida. Ele precisa ser chamado de: finado Seu Jonas. Esse costume ficou muito latente nas falas, por exemplo, de

⁵⁰ Em anexo exemplares de documentos de Antônio Isidoro de Araújo, Guilhermino Izidio Araújo e exposição das redes sociais Facebook apresentada mostra essa mutação de sobrenomes.

⁵¹ Em anexo trazemos imagens das redes sociais (Facebook) dos descendentes de Iaiá Sutura nas conexões de amizade onde os nomes aparecem possibilitando a visualização dessas mutações dos sobrenomes.

Maria Araújo:

A Finada Maria de Nem, não era? E passar, ela passava assim, pelado quanto o muro, assim que era de mariquinha do finado Aristides. Passava assim pra pegar a circular para ir para Paranavaí. Ela ia toda pomposa! Ela gostava se arrumar, né. A finada Maria gostava de se arrumar. [...] Ela era muito caprixosa. A finada Regina também. A Finada Regina quando era moça se arrumava muito bem. [...] O casamento da finada Regina foi três dias de festa. [...] Um casamento igual o da finada Regina não tem mais não (Maria Araújo, 2021).

Tinha o pasto e tinha os piquetes e era o finado Isidoro quem tirava leite. [...] O meu pai ia lá mais o finado Zé Cândido, tinha um carroção de boi. [...] O finado João morava lá na cachoeira. (GUILHERMINO, 2021).

O Termo “finado”, antes do nome, é uma obrigatoriedade que ninguém percebe no dia a dia, mas que denota respeito ao falecido. O morto ganha aspectos de santificado pela passagem para o plano espiritual. Dizer finado antes do nome de quem morreu é uma obrigação sacra um sinal de respeito e diferenciação necessária entre vivos e mortos. Percebemos que o nome é livre para uma pessoa viva e o “finado” antes do nome, além do respeito ao morto, é um marcador de distanciamento da pessoa que pronuncia com a morte. É uma forma de separar esse plano do outro, o qual “eu respeito, mas não quero contato”.

2.2 HISTÓRIAS DE MORTES E EXPERIÊNCIAS DE VIDA: CONHECENDO A FAMÍLIA

Entre os dramas presentes na história das Filhas e dos Filhos de Iaiá Sutura, acreditamos que nada supera a experiência com o fenômeno da morte. Portanto, a partir desse ponto, passamos a conhecer alguns dos acontecimentos trágicos vivenciados pelas Filhas e Filhos de Iaiá Sutura e compreender como lidaram com esse acontecimento inevitável.

Considerando toda a diversidade cultural, desde os primórdios da humanidade, encontramos formas de ritualização do cadáver e da morte. Isso atesta que, o ser humano sempre se preocupou com este aspecto oculto da vida que é a morte e o destino da sua alma. Buscando compreender o comportamento humano frente a este grande ponto de interrogação, as ciências promoveram ao longo dos anos diversos estudos, analisando os ritos de passagem que os diversos grupos humanos desenvolveram no processo de sublimação. A inevitável “Morte” é acontecimento que se fez presente nas “caçadas ao piolho invisível” e se encontra registrada nos documentos colecionados por dona Senhorinha.

Fato misterioso que se apresenta como uma grande incógnita no entendimento de qual seria o verdadeiro sentido da vida humana. Por certo, que com os

descendentes de Iaiá Sutura, não seria diferente. E aqui passamos a descrever e tentar compreender a relação destes com a morte e como se relacionaram com este fato impositivo da vida.

Os documentos colecionados por dona Senhorinha nos indica que a relação dos Araújo com a morte foi intensa. A trajetória é marcada por perdas de pessoas de várias faixas etárias, e em algumas “casas”, no sentido de família nuclear, a tragédia da perda tenderia a persistir na vida de alguns membros, como é o caso da nossa colaboradora e matriarca Senhorinha que, entre tragédias e a sua longevidade, viu sepultar cinco dos seus sete filhos e o marido.

Por sessenta e dois anos, dona Senhorinha guardou os últimos cadernos de seu filho Valdemar. Esse período corresponde à totalidade do que ela viveu após a partida do filho, que de acordo com seu certificado de batismo, as últimas anotações dos seus cadernos e a mudança da família para o Paraná, Valdemar, tinha doze anos de idade. Valdemar deixou cinco cadernos, três de linguagem, um de Matemática e um caderno de desenho. Ao analisar tais documentos foi possível apreender que, no ano letivo de 1956, a família de dona Senhorinha e senhor Sabino, pode ter residido em, pelo menos, três propriedades rurais diferentes. Tal conclusão foi possibilitada pelas anotações de cabeçalho de abertura das atividades diárias de Valdemar nas escolas por onde passou.

Fotografia 11 - Os cadernos de Valdemar Joaquim da Costa. Olímpia- SP, 1956.



Fonte: Acervo Família Araújo.

O estudante anotou no caderno que chamamos de número 1, em sua primeira atividade, o cabeçalho “Escola Mista Municipal da fazenda Ibiúna. Em 23 de maio de

1956”. No caderno número 2, caderno de linguagem: “Escola Mista Municipal da fazenda Santa Josefa, em 27 de junho de 1956. Em 24 de outubro do mesmo ano, e atividade seguinte do mesmo caderno, o cabeçalho aponta a escola como sendo “Escola Mista Municipal da Fazenda Santa Maria”. A última atividade deste caderno também indica a escola da fazenda Santa Maria, na data do dia 21 de novembro. Ou seja, as anotações de Valdemar evidenciam que pelo menos nesse ano a vida da família foi muito complicada, pulando de lavoura em lavoura. Viver em três propriedades diferentes no mesmo ano, não seria uma situação favorável para nenhuma família trabalhadora, muito menos, para uma família de meeiros que não teve chances de participar da colheita.

No ano de 1956, tem-se o relato da morte do filho recém-nascido do casal, expresso na carta de Sabino. Este filho faleceu oito dias após o seu nascimento. O período entorno do ano de 1956 foi, como indica a documentação disponível, um dos mais difíceis para a família de dona Senhorinha. E a vida nas lavouras paulistas chegou ao fim no ano seguinte, sendo o ano de 1958 o do nascimento de Claudio Joaquim da Costa⁵² (Claudio Sabino), já em Paranavaí-PR. Os eventos relacionados à morte, gravados na memória deste pesquisador, são no sentido literal da palavra verdadeiros “eventos”, mesmo com todas as dificuldades que os parentes passavam no cotidiano, por se tratar de pessoas sem recursos, a maioria trabalhadores braçais. Na ocasião de morte, as pessoas viajavam de longas distâncias para estarem presentes. A morte era uma grande oportunidade para se conhecer novos integrantes da família. Sejam os que nasceram ou os que foram agregados pelo casamento. Dessa forma, a dor da perda era também, em parte, amortecida com a alegria de rever pessoas que viviam distantes.

Aos olhos de uma criança, das memórias mais antigas que trago comigo é da década de 1980, no distrito de Sumaré, em Paranavaí, seu local de nascimento, e está vinculada ao do falecimento de tia Marcelina (Tia Su), uma das filhas de Iaiá Sutura. Na ocasião, apareceram vários parentes que eu não conhecia. Pessoas vindas de lugares que “eu”, por “minha” tenra idade, não poderia mensurar a distância, sabia apenas que era longe o suficiente para que eu não os conhecesse. Os velórios eram momentos de tristeza, mas certamente uma grande oportunidade de contato,

⁵² Claudio Joaquim da Costa, ou Claudio Sabino, como é conhecido, foi vereador em Paranavaí entre os anos de 2016 e 2020. As informações sobre seu nascimento foram extraídas do site da Justiça eleitoral.

mesmo que forçado, pela necessidade de um último adeus para um familiar. “O homem não tem experiência pessoal da morte, a morte que ele conhece e ‘experimenta’ é a morte do outro: a sua consciência é a da morte alheia”. (CHIAVENATO, 1998. p.105 apud ARAÚJO, 2019, p.3).

Da perspectiva de quem estava em Paranavaí, as pessoas vinham de Maringá, Presidente Prudente, Paranapanema e a expectativa maior ficava por conta dos parentes mais distantes, sobretudo, os residentes na região metropolitana de São Paulo, um núcleo familiar constituído pelo sobrinho de Marcelina, o senhor Saturnino Isídio de Araújo, em Carapicuíba. A simples presença de quem vinha de longe era sinal de prestígio para o morto e de grande solidariedade para com as pessoas do convívio do falecido.

A pequena casa de madeira da dona Rosa (Rosalinha Simiana da Conceição) encheu-se de parentes e vizinhos. Pessoas pretas e brancas entravam, saíam e aglomeravam-se em rodas no meio da rua. Era a morte da sua mãe, a baiana benzedeira, mãe dos pretos e rezadeira. Marcelina Silveriana da Conceição, filha de laiá Sutura e ascendente de dois terços dos membros dessa família, no Paraná.

A mesma movimentação, porém, com uma quantidade maior de pessoas ocorreu na mesma rua, em 1985, com as mortes do filho de Marcelina, senhor Antônio Isídio de Araújo, no mesmo dia em que Regina, sobrinha neta de Marcelina viu perecer seu filho recém-nascido. A criança de nome João Paulo, nasceu com vida, mas, por uma deficiência na cabeça, não resistiu e morreu um dia após o parto. Esse era o terceiro filho que Regina viu partir, pois ela teria sepultado duas filhas gêmeas, em que uma nasceu morta, e outra faleceu algumas horas após o parto, como relatou dona Elizangela, a filha mais velha de Regina:

Bem quando éramos pequenos o pai a mãe morava aí em Campinas e a minha mãe muito caprichosa ela lá em Campinas, tem muito mosquito. Então os mosquitos sujavam muitas portas e ela por meio de limpar é muito higiênica ela grávida de 7 meses jogou água com sabão na porta escorregou e bateu as costas e meia hora ela entrou em trabalho de parto e foi para o hospital ela de uma gestação de gêmeas univitelinas elas se machucaram mesmo dentro da placenta se machucaram uma bateu na cabeça da outra. Uma nasceu a outra nasceu 5 minutos depois e minha mãe teve a primeira perda de duas filhas e depois ela teve outro filho não ela já tinha dois mais velhos teve as gêmeas [Eliane e Edinelza] que perdeu veio um outro filho, depois desse outro filho, ela teve mais um filho que ela perdeu por conta de uma briga que ela foi defender uma pessoa que também era outra gestante, ela sofreu outro acidente que veio a perder mais um filho homem [João Paulo]. (SOUZA; E. C. Paranavaí-PR, março, 2022).

Da parte de dona Aparecida, a morte de Antônio, seu esposo, foi causada por um atropelamento. A carroça que o mesmo conduzia, vindo da roça, pela Rodovia que

filha do casal, enxergasse certo misticismo na partida de seu genitor, o relacionando com o mesmo mistério que envolvia as mulheres mais velhas, dizendo que todas elas: Avó e tias que vieram da Bahia, sabiam o dia em que iam morrer e que todas morreram na sexta feira e afirma que “*meu pai também morreu na sexta feira*”. De acordo com a data do atestado de óbito, é certo que ocorreu em 12 de abril de 1985.

Os mistérios familiares sobre a morte me alcançaram também quando me deparei com uma fotografia que registrava a cena de um velório. O retrato se encontrava entre os pertences da avó Senhorinha, e o sentimento foi de choque e surpresa. Não entendia por que alguém abriria um caixão na porta da igreja e pousaria para uma fotografia do morto com todas as pessoas que acompanhavam o cortejo. No meu imaginário, fotos eram para celebrações ou para documentos oficiais.

Tratava-se de uma fotografia mortuária:

Por fotografia mortuária se entende o registro fotográfico que tem por função preservar o corpo morto de um ente querido para a posteridade, na hora final de despedida, antes do sepultamento. Ela faz parte de um conjunto fotográfico, de cunho privado e íntimo. Ao contrário das fotografias cemiteriais estampadas nas lápides, nas quais a pessoa falecida foi retratada em vida (BLAME, 2013, p. 2).

As fotografias mortuárias são partes integrante da coleção de documentos deixados por dona Senhorinha. Segundo Blame (2013), a tradição de fotografar os mortos estaria ligada à ideia de eternizar a imagem do ente falecido para que não se perdesse essa referência com a morte:

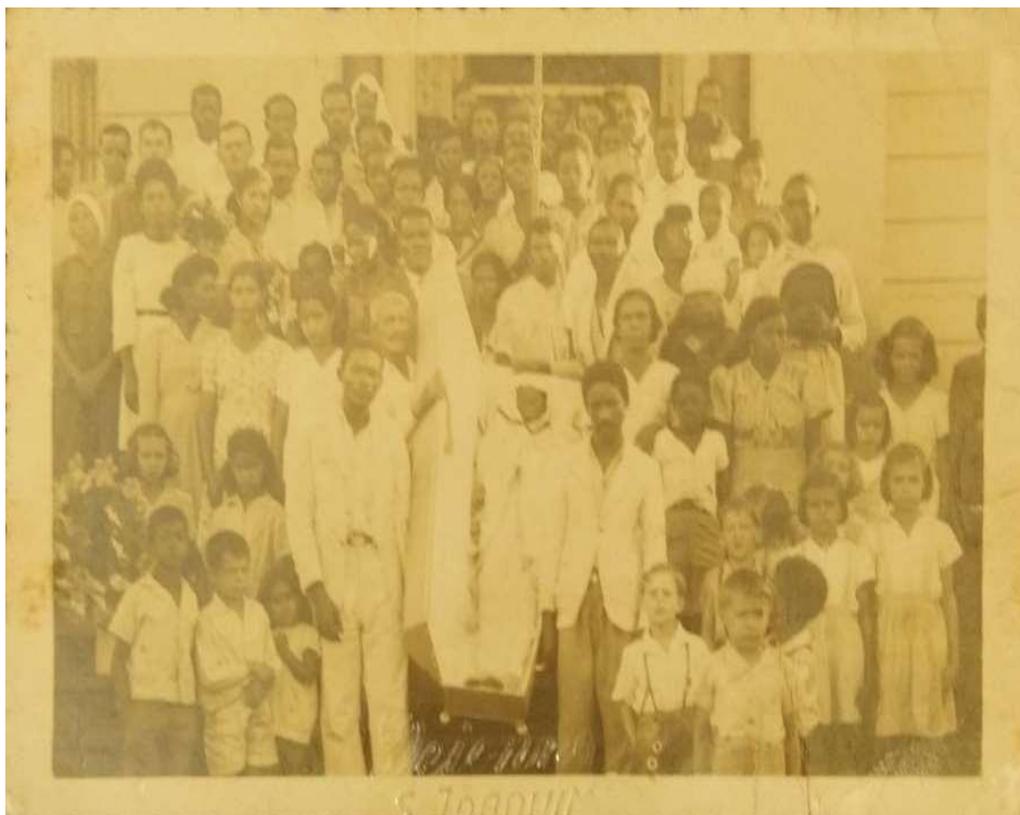
Ao retratar um ente querido em seu ataúde, a imagem traduzia o desejo de perenidade e congelamento do momento pós-morte, retendo a face da boa morte, ao mesmo tempo em que ajudava a reduzir a dor da perda. Geralmente se recorria de forma mais emblemática às fotografias pós-morte quando o falecido ainda não tinha sido retratado em vida. (p.02).

Ou seja, a ideia dos autores da fotografia era justamente produzir um documento para o futuro. A fotografia mortuária da qual tive o primeiro contato foi produzida em São Joaquim da Barra⁵³, no estado de São Paulo, entre o final da década de 1940 e o início de 1950. Foi espantoso ver as pessoas pousando para a foto com um morto. E sendo um familiar, a situação se tornara ainda mais intrigante. Os presentes todos posicionados para a fotografia na escadaria da igreja com o caixão, ao centro e aberto, enquanto era sustentado pelos condutores. Um detalhe sobre o gesto que chamou a atenção, foi que em um grupo formado por trabalhadores rurais,

⁵³ A fotografia traz em relevo o nome da cidade “São Joaquim” e o nome da empresa que fez o registro “Deyenno”. Foto Deyenno é muito conhecido nas crônicas de São Joaquim da Barra, ele tinha uma espécie de monopólio sobre os serviços de fotografia.

onde havia mais de vinte homens adultos, já estando do lado de fora da igreja quase não se vê chapéus na imagem. Há apenas um chapéu evidente na imagem e ele é segurado junto ao peito pelo jovem que o traz, num sinal de respeito ao ato de fotografar, uma possível indicação de que a fotografia em si era entendida como um ato solene, digno de reverência.

Fotografia 13 - O Cortejo de Ana Victória de Jesus. Olímpia SP – década de 1950.



Fonte: Acervo da família Araújo.

As últimas fotografias mortuárias integrantes dos documentos guardados por dona Senhorinha registraram eventos da década de 1970, com os falecimentos do seu pai Firmino e posteriormente, o da mãe de Senhorinha, senhora Regina, ambos ocorridos em Paranavaí. Segundo Blame, o fato pode estar relacionado com uma mudança de comportamento:

Se, no momento em que tais fotografias foram elaboradas, encontra-se presente todo um esforço visando perpetuar uma imagem bela do morto, nos dias de hoje fica nítida uma relativa carga de constrangimento de parte das famílias que possuem em seu acervo tais fotografias. Possivelmente em função de tornar público algo que consideram de teor macabro e, percebido como tabu nos dias de hoje. Igualmente aos olhares contemporâneos, a fotografia mortuária parece prolongar a dor, sendo percebida, até mesmo pelas famílias que preservam tais fotografias, como uma atitude mórbida, em função de fixar a morte como elemento de recordação. (BLAME, 2013, p.2).

A fé nas possíveis ações milagrosas do cordão de São Francisco, segundo

Ferreira (2019), foi disseminada a partir da atuação e associação de leigos que se instalou na capitania das Minas Gerais, por volta de 1760. A organização de leigos popularizou-se entre os mais pobres, libertos e escravos: “No bispado de Mariana, a Arquiconfraria do Cordão de São Francisco reuniu, majoritariamente, homens e mulheres classificados como ‘pardos’”. Segundo a autora, mesmo sendo uma organização católica a Arquiconfraria do Cordão de São Francisco sofria oposição dentro da igreja, essa que, por sua vez, apontava para uma possível tensão racial de cunho étnico na região. Para Ferreira:

Foram diversas as contendas entre a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e a Arquiconfraria do Cordão de São Francisco na capitania. Mesmo mostrando-se uma instituição católica, os irmãos terceiros franciscanos, componentes de uma “elite branca”, não aceitavam o modo como os “pardos do Cordão” portaram os símbolos da Família Seráfica⁵⁴ (FERREIRA, 2019, p. 1-2).

Percebemos que esta devoção alcançou o estado baiano. Oriundos da Chapada Diamantina, na divisa com o estado mineiro, os Filhos de Iaiá Sutura trouxeram com eles a crença no Cordão de São Francisco. Durante as entrevistas, com o Senhor Guilhermino e com dona Aparecida, foram apresentados relatos referentes a esta manifestação de fé e devoção. Essa transposição cultural ganha destaque na fala do senhor Guilherme, quando ele relata sobre o advento da morte de seu pai, o senhor Firmino:

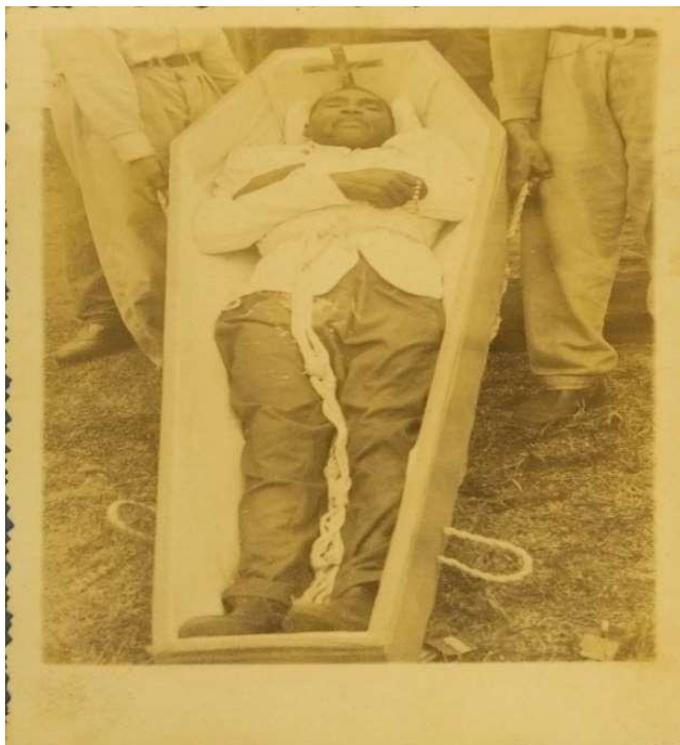
Aquele tempo o hospital que tinha era “Do Estado”. Ali, na praça da Xicara. Ai ele ficou ruim deu paralisia nele, entortou a boca tudo, foi onde o doutor, era o doutor Ismael Crispim, até hoje eu lembro o nome do médico. O que passou eu lembro tudo na cabeça. Aí, João foi com a finada minha mãe, naquele tempo não tinha circular, ele pegou um véio que morava aqui na fazenda padre, num caminhãozinho e levou eles. Ele [o pai] ficou lá 20 dias. Aí o médico mandou vim embora. Veio bom! Conversando com nois. E nois colhendo café pro lado de cima do Sumaré, alí pra cima da casa de finado mané. [.] O finado meu pai ficou doente [novamente], foi 22 de agosto, de Julho! Ele arruinou ai levaram ele para santa casa era umas 5 horas da tarde, eu alembro desse caminhãozinho que o veio tinha lá. Aí foi a finada minha mãe e o finado João, ai o João ficou lá. Não tinha carro pra vim, escuridão, meia noite e pouco, era tudo mato aí. Até lá no IBC era tudo mato, e tinha umas oncinhas, ai ele [João] não veio. No outro dia cedinho, umas 8 horas, ele [João] chegou dano a notícia. Aí foi o finado Antônio, o finado Mané e o Giléu, que morava na casa de tia maria, foram pra lá [pro hospital]. Aí foi o seguinte, tinha uma serraria na saída do Sumaré, lá em cia. Aí tinha o seu Anastácio que era um crente filho do, marido da dona Maria, ele que era o marceneiro, ele que fez o caixão para o finado meu pai. E eu fui buscar mais o finado Isidro as tabas lá na serraria, trazer tabas de peroba pesada. E ele falou ‘vou fazer o caixão’. Então ele tinha marcenaria e ele mesmo fez o caixão. E os panos, a minha mãe deu o dinheiro, e eu fui buscar os panos para vestir o caixão, lá no Germano, que hoje é a funerária Santa Maria, era do Germano. Eu, disse aí, eu sei tudo! Eu fui lá comprei os panos roxo, tudo. E as cordas, e tinha aquele negócio que eles falavam do cordão de São Francisco, que a

⁵⁴ Referência à Ordem dos Franciscanos.

tia Marcelina dizia que era pra espantar o demônio e amarrava na cintura e rezava. (ARAÚJO; G.I. Paranavaí-PR. 02-10-2021).

A fotografia a seguir é o registro do evento narrado por senhor Guilhermino. No caixão está o seu pai, senhor Firmino Isídio de Araújo, morto em 1955 em Paranavaí, no Paraná. Respeitando as tradições trazida da Bahia, a família o sepultou sob os ritos afro-católicos, aos quais ele devotava, no caso, a fé nos poderes do cordão de São Francisco.

Fotografia 14 - O Cordão de São Francisco. Paranavaí – 1955.



Fonte: Acervo da Família Araújo.

Na fotografia, o caixão do senhor Firmino, chama a atenção a disposição de uma corda trançada e amarrada à cintura do falecido com uma sobra que vai até aos pés do morto. Sendo este gesto uma evidência da fé, pois trata-se do *Cordão de São Francisco*, o cordão é um elemento cultural e religioso muito comum na região nordeste e especialmente, em Minas Gerais.

A fé no Cordão de São Francisco é uma memória viva entre os descendentes de Iaiá Sutura. Quando realizamos a entrevista à Dona Aparecida, ela recebia em sua casa a sua filha, Maria Araújo, que reside em Carapicuíba - São Paulo. Quando soube do motivo da minha visita, Maria simplesmente se sentou e resolveu participar. Sua participação deixou a entrevista ainda mais aberta e, perceptivamente, deixou dona

Aparecida mais à vontade para falar e contribuir para esta pesquisa. Mesmo não estando no roteiro, Maria Araújo, acabou por se tornar uma de nossas colaboradoras. Em certo momento da entrevista, que transcorreu de forma muito tranquila e aberta, foi mencionado por mim que existe uma fotografia do sepultamento de Firmino e que nela o falecido aparece com um cordão na cintura. Nesse momento, Maria Araújo, interveio de maneira súbita e enfática para dizer: *“Eles usavam, eles usavam. Todos eles, usavam. Eu não sei se sua avó [Senhorinha] foi [sepultada] com o Cordão de São Francisco, mas a finada laiá e a finada tia Régi [Regina Rosa], elas fizeram na Bahia”* (Araújo; M. 2021) e balançou a cabeça em sinal de afirmação.

Dona Aparecida, logo em seguida, pontua: *“Minha tia era do cordão de São Francisco, aí ela depois passou crente. Aí ela”*, nesse momento fez sinal, abrindo as mãos indicando, que deixou. (ARAÚJO; M.A. 2021). Novamente perguntei quem seria essa pessoa, me referindo à tal tia, e dona Maria Aparecida respondeu: *“Minha tia. Na Bahia todo mundo era. Lá, era tudo”*, reafirmando a profissão de fé dos seus familiares no Cordão de São Francisco (ARAÚJO; M. A. 2021).

Nas minhas memórias é muito nítida a presença de uma corda azul e com aproximadamente 2 (dois) metros de comprimento guardada entre os pertences da Vó Senhorinha. Era “intocável”!

Com a transposição da crença no cordão de São Francisco e outras práticas afrocatólicas vivas nas memórias dos Filhos de laiá Sutura, o que temos e evidenciamos são posturas de resistência na luta para garantir existência de uma identidade - respeitando a dinamicidade da reprodução cultural - mantendo vivas suas expressões de fé, devoção e cultura. Sobre isso escreveu Machado.

Cultura é lugar de sentido, é o que codifica o mundo, é um conceito de suma importância para a construção de novas epistemologias, em nosso caso, a cultura encontra-se carregada de ancestralidade, pois aonde o homem vai leva parte do seu tecido cultural, das suas teias de sentidos, não apenas para refazer-se, mas para continuar existindo, reexistindo. (MACHADO, 2014, p. 57).

Essa *re-existência* é o que acompanhou os Filhos de laiá Sutura rumo ao Sul do país e que ficou perpetuada na memória e nos registros produzidos pelos seus descendentes. A necessidade de resistir com a sua religiosidade se apresenta como uma expressão de identidade. Na fala de Maria Araújo, quando se referindo às práticas religiosas levadas da Bahia para o Paraná pelas pessoas mais velhas da família, como laiá Sutura, Regina Rosa e Ana Victoria, ela as explica dizendo que: “elas eram da tradição de escravo. Ce vê que elas era umas negas bonitas, num era?”

Ela era assim, umas negas muito bonitas, mesmo”. (Araújo; M. 2021).

O que apreendemos da fala de Maria Araújo é que a beleza que ela enfatiza com admiração, não se restringe aos atributos físicos das mulheres, que já eram de idade avançada quando a entrevistada nasceu, pois se tratava de sua avó, bisavó e uma tia-avó. Mas, referia-se a entrevistada a um conjunto de expressões ligadas à preservação de uma cultura, ao que essas mulheres simbolizavam e expressavam. Na fala da entrevistada aparecem elementos que, para ela, são marcantes como o hábito de usar o rapé, do cachimbo e os elementos de fé como o cordão de São Francisco e das vestes: (...) *“e a camisa delas que elas usavam foi feita na Bahia. Nunca foi [tão] lavadas e tão engomadas!”*, a despeito da irregularidade da frase, a ênfase empregada por Maria no momento da fala nos permitiu compreender que os objetos simbólicos da fé eram tratados por aquelas mulheres com muita dedicação e um zelo devocional, até porque tratava-se de vestimentas sagradas, ligadas às irmandades afrocatólicas da qual estavam ligadas desde a Bahia.

Fotografia 15 - A mortalha de Regina. Paranavaí, 1977



Fonte: Acervo família Araújo.

A fotografia 15 retrata o sepultamento de dona Regina Rosa de Jesus, falecida em 1977 em Sumaré, segundo o senhor Guilherme, a morte foi devido a um quadro

agudo de anemia: “o sangue dela virou água”. Na representação, dona Regina traja uma mortalha que é veste típica dos adeptos às manifestações afrocatólicas, no caso, os devotos no Cordão de São Francisco. Pouco perceptível na fotografia, mas afirmado por Guilhermino, seu filho e pessoa que sustenta o caixão na imagem, ela usava o Cordão de São Francisco:

(.) é o seguinte, é a respeito da fé dela [as vestes] e também ela tem um cordão marrado na cinta que é aquele cordão do São Francisco, se sabe o que nem os padres usa aquele cordão São Francisco. Porque o meu pai foi enterrado com daquilo que é o sistema deles da Bahia. E então ela também, afinal da tia Marcelina. Que deu o nó que é do sistema deles da Bahia. (Entrevista: Guilhermino Araújo. Paranavaí, 2021).

Guilherme ainda relatou que, as vestes que aparecem em preto e branco na fotografia, era de cor verde e que diferente do sepultamento de seu pai, o caixão de dona Regina foi comprado, porque ela era aposentada pelo Funrural⁵⁵.

Mas, de todas as experiências com a morte, talvez as mais emblemáticas tenham sido as vividas pela filha e dona Regina, a dona Senhorinha. Não apenas por sua longevidade, tendo vivido quase um século, mas também pelos desafios que a vida lhe rendera, a matriarca sepultou cinco dos sete filhos que deu à luz. Senhorinha e Sabino, seu esposo, viviam do trabalho na lavoura na fazenda Santa Josefa, propriedade cafeeira do interior paulista no ano de 1956, quando sofreram a primeira perda de um filho recém-nascido⁵⁶. Este fato é relatado em uma das cartas encontradas nos documentos de dona Senhorinha e pelo enredo foi ditada pelo senhor Sabino, na fonte percebemos parte do ocorrido:

Eu arrecebi sua carta mas eu não poço ir ai por que a Senhorinha está de dieta e eu arrecebi a carta no dia 28 de junho e breve dei a resposta. Vocês desculpa por que eu gastei muito com a mulher e o menino morreu se ele estivesse aqui no dia 29 ele fez 10 dias (Carta de Sabino J. Costa. Fazenda Santa Josefa - 1956).

Embora o contato com as cartas denota que as notícias e as visitas entre os parentes eram um tanto quanto frequentes, assim como o interesse em saber das condições dos demais membros da família, buscando entre eles sempre dar informações sobre um número relativamente grande de pessoas citadas na fonte. Mesmo assim, percebemos que o comunicado da morte de um ou outro mobilizava, de

⁵⁵ Instituído pela Lei Complementar Nº 11 de 25 de maio de 1971, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (**Funrural**), trata-se de uma contribuição social Rural de caráter previdenciário, paga pelo Produtor Rural, porém recolhida pela Pessoa Jurídica no momento da compra do produto (Palácio do Planalto, LC 11 de 1971).

⁵⁶ Na Carta de Sabino o nome de Criança é omitido, mas nas minhas memórias permito-me lembrar que a Senhorinha disse se chamar Aparecido. A criança teria nascido e morrido logo após o parto e o nome foi dado a ele na tentativa de um favor milagroso de Nossa Senhora Aparecida.

maneira mais intensa, essa realidade de aproximação entre todos, muito embora nem sempre era possível fazer os deslocamentos entre os lugares de moradia, tanto pela brevidade dos fatos, como eram frequentes os casos de falecimentos de recém-nascidos no Brasil, em grande parte do século XX, ou até mesmo pela falta de recursos financeiros, uma vez que outras doenças mereciam a atenção da família.

A Carta de Sabino⁵⁷

Fazenda Santa Josefa em 29 de julho de 1956 Saudações meu querido tio. Primeiramente desejo saúde e felicidade que vai encontrar gosando saúde. Escrevo esta carta para dar as minhas poucas noticias. Eu arrecebi sua carta mas eu não poço ir ai porque a Senhorinha está de dieta e eu arrecebi a carata no dia 28 de junho e breve dei a resposta Vocês diculpa porque eu gastei muito com a mulher e o menino morreu se ele tivesse aqui no dia 29 ele fez 10 dias. O lu esteve aqui com nos muitos dias e foi embora no dia 13 ele disse que estava todos bem. A Regina mandou muita lembrança e está no causo de vir em bora para ca outra ves. Barduino está morando lá com a Regina. Se você tiver de mandar algum recado para o Paraná escreve pra mim que eu tenho o endereço. A avó da Senhorinha morreu. O lu foi para o Parana ele vai ficar lá uns dias e logo torna voltar. Terminado a carta desejando saude e felicidade e mando muitas lembrança a todos dai. Eu mando perguntar ao meu pai se os papel dai acabo e se ele não alembra mais de mim que não escreveu mais. Eu mandei três carta para ai até hoje não tive resposta. Lembrança Maria Diunizia com a família e mando lhe procurar se o seu marido sarou. Lembrança ao Firminio e a familia. Lembrança ao Missia e a família. Lembra a Josina e a família e lembrança a todos que procurar de mim e daqui manda lembrança a Senhorinha a Regina a Maria e o sabino e o Valdemar. Adeus a todos desculpe as letras feia. Quando vocês escrever pra mim manda o cuidado do Armando Olicê.

Ganha tons irônicos dizer, mas quando da rememoração dos fatos que envolviam as mortes da/na família, agora falando e escrevendo uma pesquisa de cunho acadêmico e depois de ter atingido a maioridade da vida adulta e de foliar as cartas, fotografias e outros documentos do nosso conjunto de papéis, o que convenciamos chamar nessa pesquisa de fontes históricas. A ironia decorre do fato de que fazer isso não toca apenas os sentimentos nostálgicos de uma pessoa, de uma época e lugar aos quais a memória faz retomar sua consciência, mas faz ver que esses momentos eram verdadeiros eventos amalgamados entre a dor da perda de um ente querido que faleceu e a satisfação – mesmo que triste – em rever os parentes, a família, os amigos que vinham dos arredores, mas também de muito longe e enchiam nossa comunidade, nossas ruas e sobretudo as nossas casas.

De tal modo, entende-se que o ser humano se mantém em estado de angústia diante da morte e é ser histórico pela finitude física e ação no tempo. Assim,

⁵⁷ Fonte: Acervo da Família Araújo. (1956).

desde os pensamentos remotos, o coletivo humano buscou amenizar as problemáticas do morrer com alternativas que apresentassem a morte como uma condição natural, estando, pois, em convivência real com a continuidade da vida representada pelas manifestações dicotômicas e, ao mesmo tempo, assíduas, sendo experimentadas pela sociedade que fabricou os seus símbolos, os cultos e as ritualísticas, compreendidas, também, enquanto tentativas de dominar a morte em vida e desvendar os mistérios da vida após a morte. (ARAÚJO, 2019, p. 2-3).

O espaço escolhido para vivermos tornava-se, novamente, um lugar habitado, e esse lugar nós os transformávamos em nossas casas, nosso lar, sempre repleto de pretos, afirmando e reafirmando nossa identidade étnica no interior do Paraná, desde a pessoa que faleceu e passou a morar num campo santo – cemitério – até outros idosos que ali viviam, adultos que trabalhavam, jovens que estudavam, e crianças de todas as faixas etárias que brincavam, reafirmando a importância de quem somos e do que representamos. Morrer e ser sepultado num determinado lugar, significa fazer parte perpetuamente desse lugar, afinal, um exercício bom para conhecer melhor um lugar é visitar seu cemitério, ali não há apenas sepulturas, túmulos, oferendas e homenagens, há sobretudo histórias de pessoas que ajudaram a construir uma comunidade, uma vila, uma cidade, um lugar de memória e quiçá, muitas vezes, o lugar mais democrático das histórias locais.

CAPÍTULO 3: MATRIFOCALIDADE E O PROTAGONISMO FEMININO ENTRE AS FILHAS E FILHOS DE IAIÁSUTERA

Ao escrever “Cultura e Tradições Negras no Mesquita”, Suelem Gonçalves dos Anjos aponta que a escravidão, com a desestruturação do modelo familiar africano, potencializou o papel da mulher nas famílias dos escravizados. Desta forma, criou-se um modelo de família, a partir das necessidades dadas pelas condições adversas:

No Brasil a família patriarcal africana terá fortalecida sua matrifocalidade, isto é: sob a escravidão, as mulheres negras serão, na maior parte dos casos, as únicas responsáveis pela manutenção da cultura material e simbólica, além da sobrevivência dos membros do grupo familiar. Serão elas as figuras centrais dessa nova família estruturada sob a escravidão e no período pós-abolição. A família negra no Brasil irá, por pressão do modelo escravista, reformular sua organização e transmitir estas reformulações as suas descendentes (ANJOS, 2006, p.104-105).

Nesse modelo, as relações familiares estão centradas na pessoa da mãe, que é a mais estável do grupo e principal fonte na transmissão de conhecimento. Erigiu-se o modelo matrifocal.

A filósofa Angela Davis, em sua obra clássica *Mulheres, Raça e Classe* (1981), publicada no Brasil, em 2016, aborda como para as mulheres negras “A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatiza o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias” (DAVIS, 2016, p. 29). As condições de vida impostas pela sociedade a essas mulheres, tanto no período escravocrata, como no período pós-abolição, as colocavam em posição diametralmente oposta ao que propunha tal ideologia. Em uma sociedade racista e sexista, não há espaço na vida dessas mulheres para adesão a uma ideologia como a proposta. A urgência da sobrevivência fala mais alto e nessas circunstâncias tem-se mais um elemento motivador do surgimento das famílias matrifocais.

[N]A matrifocalidade, segundo Smith (1973), identifica uma complexa teia de relações formadas a partir de um grupo doméstico onde, mesmo com a presença masculina, o lado feminino é favorecido. Isso pode ser visto desde as relações mães-filhos até as manifestações culturais e religiosas que destacam o papel da mulher. Embora o termo chefia e matrifocalidade sejam confundidos, Smith (1973, p. 125-127) esclarece que as casas chefiadas por mulheres são uma forte pista para a existência da matrifocalidade. (SMITH, 1973, apud MARTINS e CARVALHAL, 2016, p. 38).

Buscamos compreender o papel que as mulheres do grupo estudado desempenharam, ao longo do tempo, na manutenção física, cultural e espiritual do grupo. Uma liderança que garantiu a manutenção do grupo familiar, forjando estratégias que possibilitaram a sua continuidade. Partimos para esse desafio com a

responsabilidade e a consciência de quem entende que a história dos negros e negras é carente de um enredo que permita ser observada a partir de uma perspectiva derivada das suas próprias narrativas e memórias. Neste caso, buscamos compreender o papel das mulheres negras identificadas por nós como filhas de laiá Sutura, na construção física e espiritual do grupo familiar. Nesse sentido, destacamos o que diz Hita:

No setor popular o parentesco entre dois indivíduos passa principalmente pelas mulheres, pelo ventre materno. O cordão umbilical é o símbolo que une os iguais, que constrói o outro como irmão através da mãe. É pela mãe que o parentesco entra no mundo e é pela mãe que dele sairá o novo indivíduo. A mãe é a junção entre a casa e as redes de parentesco que ao redor dela se constróem. Reconhecer a centralidade da mãe e das redes de parentesco produzidas através dela não significa, entretanto, afirmar que nas famílias como as aqui estudadas se produza uma falta de homens e abundância de mães. Os homens existem e ocupam posição privilegiada neste modelo, a de filhos. Os arranjos matrifocais são sociedades de pessoas na qual os laços são possíveis somente se eles transitam por um lugar assinalável: o da mãe. A mãe no modelo estudado é vista como esse lugar, e a pessoa mediante a que se ingressa na participação de um grupo. A mãe é para o indivíduo o que a casa é para a família. (Hita, 2002, p.3-4.)

Essa carência atinge, de maneira especial, a história desses negros e negras que, na busca por melhores condições de vida, migraram para o norte do Paraná e cujas trajetórias nos colocamos a estudar.

3.1 FLAUZINA

Entre idas e vindas do Mato Grosso do Sul para o Paraná, eu tive a oportunidade de entrevistar uma das noras de Dona Senhorinha. Flauzina Isabel da Costa, ela é casada, há 41 anos, com Cláudio Joaquim da Costa, um dos filhos mais novos da matriarca.

Flauzina é filha de migrantes nordestinos (cearenses). E assim como a família de seu companheiro, negros e trabalhadores rurais. Ela entrou para a Família de Dona Senhorinha em 1981. Perguntada como isso ocorreu, ela disse: “Eu fugi” e um leve sorriso se transforma em gargalhadas. Mas, quase que de imediato, as gargalhadas dão lugar a um tom de tristeza e com pesar passa a relatar que a vida na casa dos pais não era boa e por isso decidiu sair de casa, aos 17 anos.

Eu fugi porque a mãe vivia dizendo que eu iria puxar arado no meio da roça. Que eu ia trabaia e eu tinha que ir no outro dia porque era eu sozinha que tinha pra abanar café, ninguém banava. Eu que tinha que me lascar nessa história tudo só sobrava pra Frozina. (Entrevista Flauzina I. da Costa. Sumaré, 2022).

Segundo a entrevistada, após “fugir” com seu Claudio, ela viveu por pouco mais

de um mês na casa da sogra e depois melhoraram, mudando para um “bionguinho⁵⁸”, que havia no mesmo quintal e passaram a viver ali.

Flauzina não aparenta ter tido dificuldades para se integrar na família do marido, pelo contrário, demonstra grande afeto pela sogra que chama de mãe. Quando questionada sobre a relação que tinha com as mulheres da família de Cláudio, ela diz que era muito boa, faz silêncio e o choro interrompe a fala. Ao recobrar-se, fala do sentimento pela sogra e as cunhadas, todas já falecidas: “sinto muita falta delas, da mãe, da Régi e da Lia” (Senhorinha, Regina e Maria Claudinei). A entrevistada fala que a relação com as demais mulheres da família do marido foi tão boa que ela não sente falta do lugar onde os seus familiares residem: “inclusive eu não tinha nem vontade de ir pro Morumbi (Jardim Morumbí) e não tenho. Não vou mais pra lá” (Flauzina I. Costa, 2022). Embora tenha fugido da casa dos pais para, segundo ela, escapar da vida dura que levava, a nova vida não foi tão diferente. As dificuldades enfrentadas pela família do seu esposo eram bem parecidas com as da sua família de origem. Mas, essa versão de dificuldades é recordada com saudosismo e expõe parte da rotina dessas mulheres:

Nóis [as mulheres] limpava a casa, lavava a roupa, buscava feixe de lenha na cabeça, pro fugão a lenha. Ai, quando eu entrei nessa famia eu era bem criançona. Eu ia pra fazer comidinha junto com a Liza [Elizangela do Carmo de Souza], cá liza, irmã do Ailson mais do Roberto. E o Claudio chegava para comer, eu tava lá com as panelinhas no meio dos pés de laranja. Ai chamava o Claudio pra comer [risos]. O Claudio vira as costa e saia, eu ficava cozinhando com a Liza. Era bem gostoso aquela época. Ai o tempo vai passando, a gente vai ficando véi, acaba tudo [risos]. (Entrevista: Flauzina I. Costa. Sumaré, 2022).

Ao descrever a rotina com certo saudosismo, certamente pelo vínculo que criou com as mulheres da sua convivência, deixa escapar que a vida era muito difícil. E essa realidade que Flauzina deixa “escapar” é presente na memória deste pesquisador e neto de Senhorinha, certamente também na mente dos demais contemporâneos.

Elas, as mulheres, separavam alguns panos. Um era o lenço, que ficava fixo sobre a cabeça e outro era o da rodilha (ou “rudía” como elas pronunciam). Esse último, consistia em um tecido mais grosso e maior, que era torcido e enrolado como uma espiral, depositado sobre a cabeça, servia como amortecedor para o contato com o feixe de lenha que era equilibrado sobre a cabeça da roça até a casa. Raras eram as

⁵⁸ Biongo é segundo o Dicionário Online da Língua Portuguesa um casebre, biboca, choça, esconderijo. Em: <https://www.dicio.com.br/biongo/>. Acesso em 01-07-2022.

vezes que, uma mulher fazia esse trabalho sozinha. Na pior das hipóteses, uma criança a acompanhava e os cães eram sempre presença certa. Mas, a regra era um trabalho em grupo e uma chamar a outra para buscar a lenha nas beiras de estradas, margens das propriedades rurais e, com o consentimento dos proprietários, nos cafezais em decadência.

Aí, a mãe (Senhorinha) ia mais eu pra tirar lenha, a Regi. Nós ia pra tirar lenha, eu cortava lenha pras duas e pra mim.

Aí quando eu vinha de lá pra cá, eu vinha com aquele puto de 'feixão' de lenha na cabeça. [Uma vez] o Claudio (esposo) foi encontrar comigo, ai ele pegou o feixe de lenha e não aguentou, caiu com o feixe de lenha na cabeça (risos). Aí eu falei "Claudio você deixa de ser mole, você não aguentar um feixe de lenha! Aí eu peguei o feixe de lenha, joguei nas costas e acabei de chegar com o feixe de lenha nas costas. (Entrevista Faluzina I. da Costa. Sumaré, 2022).

Em artigo publicado, Santana (2017) apresenta um estudo sobre a "sororidade" e a "matrifocalidade" na obra *Ponciá Vicêncio* de 2003, de Conceição Evaristo. O romance analisado traz como enredo a trajetória de vida de uma mulher negra chamada Ponciá Vicêncio, descendente de ex-escravizados, ela busca por se encontrar com suas mais profundas e ao mesmo tempo, latentes raízes. Crítica das condições pré-estabelecidas e oriundas do período escravocrata, ela, Ponciá Vicêncio, sai na busca por algo que se relaciona com sua identidade e sobre o seu lugar no mundo.

Em sua análise, a autora do artigo aponta que esse romance apresenta diferentes aspectos da rede de solidariedade das mulheres negras, como liderança e resistência. As imagens de solidariedade feminina reforçam o conceito de "sororidade" – a irmandade feminina –, formulado pela crítica feminista negra contemporânea para desconstruir a ideia de rivalidade entre as mulheres, identificada na família matrifocal. Partindo dos conceitos desenvolvidos por Vasconcelos e Gonzales, entende-se que a colaboração feminina entre as mulheres negras constitui uma estratégia de autoestima afrodescendente que fortalece sua ancestralidade.

As minhas vivências, enquanto criança que acompanhou a avó, a mãe e as tias nesse trabalho, me permitem resgatar da memória trechos dessa solidariedade. Situações em que se via as mulheres mais jovens e fortes rachando a lenha no mato para formar os feixes. Elas se ajudavam a colocarem o feixe na cabeça, sendo que o primeiro passo só era dado quando a última, que era a mais forte e poderia erguer o seu feixe sozinho, estivesse com a sua lenha na cabeça. O ritmo era o da que tinha mais dificuldades ou que estivesse carregando mais peso. Não era nada educado

“deixar a companheira para trás”.

No dia a dia elas, gestoras do lar, praticavam os escambos de produtos de primeira necessidade. O que uma tinha sobrando trocava com outra que o tinha em falta ou “emprestava” para que quando faltasse tivesse uma espécie de “crédito moral” para pedir emprestado, sem cobrar, aquilo que necessitava.

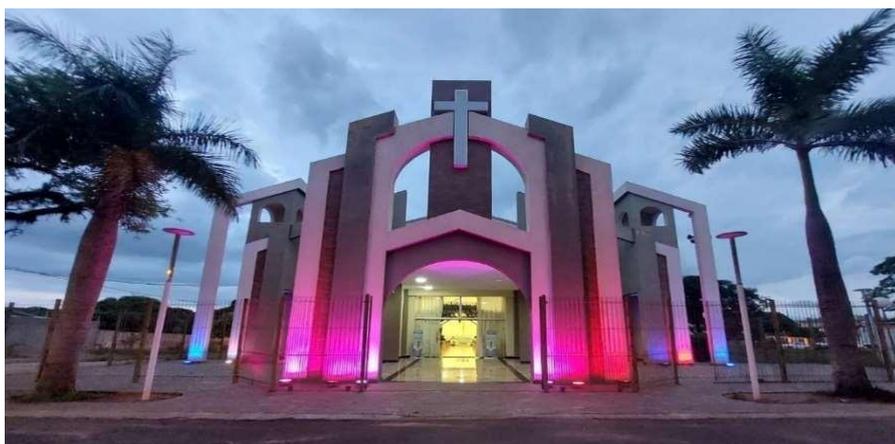
Estratégias que edificaram um lar, um universo de convivência, um território. Relações que constituíram vínculos, forjados na resistência às imposições e dificuldades de uma vida de exclusão. Fatos que dão sentido e razão às lágrimas da dona Flauzina. Narrativas que se confundem com as “ficções” de Evaristo.

A contista aponta suas obras como “escrevivências”. Entende que escreve a partir daquilo que viveu como mulher negra, descendente de um povo que foi escravizado e, portanto, filha da classe trabalhadora. Essas vivências são também perceptíveis entre as filhas de Iaiá Sutura. E a partir das experiências de vida relatadas por dona Flauzina, pode se perceber que, para além dos laços sanguíneos, era na construção da sobrevivência que os vínculos eram construídos e nos desafios de cada dia que eles se fortaleciam.

A fé, com as suas mais variadas manifestações, se fez um projeto feminino para a vida das Filhas e Filhos de Iaiá Sutura.

3.2 LAVANDO O CRUZEIRO

Fotografia 16 - Paróquia Nossa Senhora de Fátima - Sumaré.



Fonte: Página da Paróquia Nossa Senhora de Fátima no Facebook⁵⁹

⁵⁹ Imagem captada na página da paróquia Nossa Senhora de Fátima no facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/people/Par%C3%B3quia-Nossa-Senhora-de-F%C3%A1tima-sumar%C3%A9/100064812185406/?paipv=0&eav=Afa8eq1LuwWIP0tsVuWSptYthL42TIEc7Mu9ldPfAaAjaWpE2SDgEjuU5-8-Dlqx9Ok&_rdr. Acesso em 15-12-2022.

Extraída das lembranças de quando era criança, lembro que, no início da década de 1990, um período prolongado de estiagem⁶⁰ abateu o estado do Paraná. E instruídas por dona Senhorinha, suas filhas Regina e Maria Claudinei prepararam três garrafas com água e entregaram-nas para Elizangela e Ailson, filhos de Regina e para Marcos, o filho de Maria Claudinei. A ordem era para que as três crianças fossem até a igreja católica da comunidade para lavarem o cruzeiro, em um ato de fé, pedindo chuva. Como não havia uma cruz à altura, pois a única cruz externa da igreja estava no telhado, a água foi despejada na calçada da igreja. A ordem incluía rezar o pai nosso, coisa que não foi cumprida. O ato causou vergonha e timidez em nós. Talvez, se a seca fosse mais presente em nossas vidas, o ato não seria tão esporádico e fé mais necessária.

Olhando de mais distante é possível perceber que a seca⁶¹ era algo inédito para nós, e da mesma forma, o costume de rogar por chuva também seria. Não vivenciamos no Paraná (nas décadas de 1980 e 1990) as condições climáticas que historicamente foram submetidos os habitantes da região nordeste do Brasil, sobretudo no século XX.

E outro ponto que consideramos importante sobre esse rito é que talvez ele não tenha sido apresentado a nós da mesma forma como foi apresentado às nossas mães (Regina e Maria). Elas, que nasceram na década de 1950, no estado de São Paulo, ou seja, longe das condições climáticas do nordeste, tinham em si a devoção e a fé no que lhes foram transmitidas por sua mãe.

Dona Senhorinha trazia na bagagem cultural uma resposta de fé muito específica para situações de seca e isso só poderia soar estranho para os netos nascidos em uma região abundante em chuvas, onde uma estiagem prolongada era verdadeiramente um evento extraordinário. Podemos perceber um impacto sobre as transformações culturais e vários desses aspectos convergindo para a edificação de um território como entendido por Santos, que:

Ele seria formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso, ou, em outras palavras, a base técnica e mais as

⁶⁰ Estiagem é um período prolongado de baixa pluviosidade, ou sua ausência, no qual a perda de umidade do solo é superior à sua reposição; Seca é um período de tempo seco, prolongado o suficiente para que a ausência, deficiência acentuada ou fraca distribuição da chuva provoque grave desequilíbrio hidrológico. (INEA- Instituto Estadual do Ambiente. Ar, Água e solo. In: <http://www.inea.rj.gov.br/ar-agua-e-solo/seguranca-hidrica/estiagem/>. Acesso em 26-08-2022).

⁶¹ Seca é um período de tempo seco, prolongado o suficiente para que a ausência, deficiência acentuada ou fraca distribuição da chuva provoque grave desequilíbrio hidrológico. (INEA- Instituto Estadual do Ambiente. Ar, Água e solo. In: <http://www.inea.rj.gov.br/ar-agua-e-solo/seguranca-hidrica/estiagem/>. Acesso em 26-08-2022).

práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e política (SANTOS, 2002, p. 87).

Mesmo vivendo em uma área urbanizada, as práticas e táticas do grupo se apresentam autênticas vivências rurais, porém, em transformação. Preservadas e quando necessário, transmitidas. Acionadas pela necessidade, como na lavagem do cruzeiro. Demonstração de que a reprodução material, atrelada à necessidade de chuva, esteve intimamente ligada à reprodução imaterial, sendo o mecanismo da fé a resposta para esse desafio.

Indícios da estruturação desse pensamento de uma fé de origem camponesa expressado pelas filhas de Iaiá Sutura foi identificado por Woortmann (2011), quando pesquisa sobre processos produtivos e reprodutivos entre grupos tradicionais rurais. No artigo intitulado "Práticas Eco-agrícolas: ontem e hoje" Woortmann (2011), diz que:

É no âmbito desse ideário que se entende a organização de procissões de pessoas entoando ladainhas e rezas, carregando vasilhames com água, para lavar cruzeiros, como forma de penitência a Deus, para que Ele se apiede e envie chuvas. Nesse quadro, a seca não resulta de um fenômeno climático, cientificamente caracterizado como El Niño ou La Niña. Para esses camponeses "a seca é o castigo de Deus pela maldade dos homens". Portanto, constitui uma concepção de meio ambiente completamente diferente da urbano-centrada atual. De forma análoga, a solução antiga de problemas através de um pacto entre os três vértices, Átis como a expulsão de animais peçonhentos é dada no mesmo quadro referencial: para expulsar as cobras (natureza) de uma roça familiar, é chamado um rezador (homem) – observe-se que ele não é um exterminador – que invoca a Deus e à interferência dos santos, os quais manterão a segurança enquanto o rezador viver. Esse pacto permanece vigente enquanto o rezador estiver vivo e ativo; com o seu falecimento, o pacto se extingue e deve ser renovado com outro rezador. (WOORTMANN, 2011, p.20).

O recorte de citação acima se encerra com a menção ao pacto com o rezador. Como apontado por Woortmann (2011), uma personalidade importante na sustentação do espaço metafísico. Essas relações de dependência com o intangível é o que permite compreender que as práticas ligadas à materialidade (da produção agrícola) e a fé (produção imaterial) se alimentam e se sustentam constantemente as estratégias de (re) construção das Filhas e Filhos de Sutura produzindo cultura que os acompanham para além do ambiente rural. E aqui, pensando ambiente a partir do entendimento de Woortmann, (1992):

Por ambiente entendo aqui um espaço total composto por espaços específicos articulados entre si pelo grupo que nele e dele vive. (...) trata-se pois, não apenas de um ambiente natural dado, mas de um ambiente culturalmente significativo e socialmente utilizado. A noção de ambiente inclui, então, as relações sociais e a cultura que fazem da "população", uma sociedade. Essa noção implica pois, não uma oposição entre natureza e sociedade, mas a interação entre ambas. Na medida em que esse sistema envolve a interação entre a natureza e grupos sociais, o espaço é socialmente construído. Tal construção implica um processo de apreensão cognitiva do

meio ambiente natural e processo de seleção de suas partes, seja no plano prático seja no simbólico. (WOORTMANN, 1992, p. 31-33).

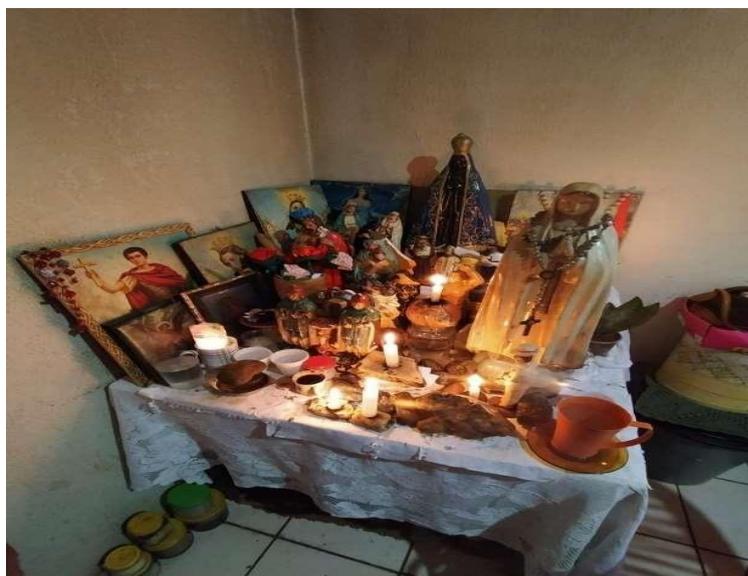
Na falta da cruz ao alcance, lavou-se a calçada da igreja, e essas estratégias culturais, literalmente, cultivadas por Sutura e seus descendentes, vão ganhando novos arranjos de acordo com as necessidades e as imposições. Dentre essas imposições estão os desafios que o grupo enfrenta com suas próprias transformações no transcurso da história.

Assim, tem-se o papel do referido rezador. Ou melhor, das rezadeiras, que acompanharam as Filhas e Filhos de Iaiá e historicamente, exercem papel de grande prestígio e importância na manutenção do grupo. A relação com essa instituição (rezadeiras) também sofreu adaptações.

3.3 A REZADEIRA

Maria Barbosa se autodeclara rezadeira, e, o seu altar é habitado por uma diversidade de santos católicos, representações do espiritismo, do Candomblé e da Umbanda. Ali se encontram Santo Expedito, Santa Luzia, Iemanjá, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Fátima, Anjo Gabriel, São Cosme e São Damião, São José, Santa Maria, uma representação Cabocla e o Preto velho, seu Zé Pilintra. Pedras, copos com água e velas acesas trazem os elementos da natureza para junto das divindades. É o exercício de um dom, que ela passou a praticar aos 25 ou 26 anos de idade, mas que “esse dom meu, minha mãe falava que eu trouxe do ventre” demonstrando que há uma predestinação para o ofício.

Fotografia 17 - O altar das obrigações (2022).



Fonte: O autor/ Sumaré-Paranavaí-PR.

A rezadeira de 75 anos, conta que nasceu no estado de Alagoas, em 1947 e que as dificuldades da vida fizeram sua família sair do estado nordestino quando ela tinha apenas 3 meses de idade rumo ao sul. Antes de chegar ao Paraná, teve como locais de passagem os estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso (Mato Grosso do Sul após divisão). Somente deste último tem lembranças. Relatou que moravam numa fazenda perto de Dourados e que essa fazenda se chamava Gato Preto⁶², um local onde só se acessava de avião ou por água, barco.

Essa remissão foi feita como um lamento, pois era o que o pai conseguia, “esses lugares”⁶³. Suas memórias sobre o estado do Paraná se iniciam com a sua experiência no internato Lar Escola das Meninas, em Paranavaí. Fala do lar como um bom momento da sua vida “é uma disciplina boa, eles ensinam muita coisa boa nesse internato”. Neste local, ela diz ter vivido 5 anos da sua vida, “eu fiquei dos 11 anos até os 16 anos, foi muito bom”. Ao Lar das Meninas, ela atribui “o pouco de estudo que tem”, o quarto ano escolar. (Maria Barbosa, 2022).

A instituição era de orientação espírita, ou, nas suas palavras “eles eram espiritistas mesa branca”, era administrada pelo primeiro juiz da cidade, Doutor Sinval Reis, de quem a entrevistada guarda grande admiração “sabe o que ele falava? Eu era a menina um do internato. Todo mês eu ganhava medalha de honra ao mérito, lá nesse colégio”. Suas expressões são de afeto e carinho pelo local de convivência, o Lar Escola das Meninas. Provavelmente, a vida difícil e as inseguranças experimentadas até a chegada à instituição fizeram com que o enclausuramento e a rotina de um internato não tenham demonstrado pujança, o suficiente, para alcançarem o status de sofrimento na vida de dona Maria. “Eu já fui uma pessoa muito sofrida. Eu não gosto de ver ninguém sofrendo”.

E foi, segundo ela, na luta para superar as dificuldades da vida que nasceu a relação com a família de dona Senhorinha. Faz questão de ressaltar que conhece a nossa família.

Eu conheço a história de vocês. Vocês não são conhecidos meus, vocês são minha família. Quando eu cheguei em Sumaré, quando eu fiquei jogada lá,

⁶² Supõe-se que a citada fazenda se encontrava onde é atualmente a região próxima onde se localiza o município de Nova Andradina-MS. Em estudo sobre a presença da etnia Ofaié na região de Nova Andradina, Martins traz uma referência próxima, dizendo que “Domingos Barbosa Martins, o ‘Gato Preto’ seria um abastado fazendeiro da Vacaria e promotor de caçada aos Ofaiés” (MORAES, 2020, p. 129. Apud, MARTINS, 2022, p. 89)

⁶³ A expressão “esses lugares” pronunciada pela entrevistada foi entendida por mim como uma forma de dizer que o pai da entrevistada só conseguia os piores trabalhos. Sua entonação e expressão de tristeza no momento da fala deixou um ar de lamento pelas péssimas condições de colocação que o pai e a família como um todo, tinha que se sujeitar.

bem dizer, quem me acolheu? Sabe quem foi? Teu vô e a dona Senhorinha. O Sabino e a dona Senhorinha. E quem arrumou aquela casinha de chão que eu morava lá, naquela vida difícil com os meninos, foi o Sabino, que foi com a muié, e fez a muié arrumar aquela casa e ponhar nós lá. (Entrevista: Maria Barbosa. Paranavaí, 2022).

Dona Maria exerceu a função de mãe de santo, com seu altar sincrético e a ajuda dos seus guias, ela benzia e dava passes. Na comunidade de Sumaré é conhecida como: Maria dos Pilões. Esse nome está relacionado a uma das principais entidades que eram incorporadas pela religiosa e que atende aos seus filhos na fé. Perguntada sobre quais as entidades que com ela trabalham, ela responde que:

A entidade mesmo, que você sabe que me dirijo a minha vida é o Divino Espírito Santo, né. E os mensageiros de luz a gente não pode estar falando porque são muitos, né. Mas, os principais são: Maria dos Três Pilão, Tia Maria da Serra, [e] os caboclos. (Entrevista: Maria Barbosa. Paranavaí, 2022).

Relatou que por três anos foi protestante pentecostal, tendo recebido “a promessa do Espírito Santo”, uma referência é o batismo no Espírito Santo⁶⁴, mas que foi chamada de volta ao seu ofício. Porém, agora Maria somente apresenta os pedidos e zela pelo altar e pelas oferendas. Demonstrando uma possível influência do protestantismo pentecostal, ela informa uma mudança no ritual. Não faz mais os benzimentos, como antes:

Só que agora é assim, eu só toco as minhas obrigações e minhas orações. E cuido de tudo. Só que eu não atendo mais gente igual eu atendia no Sumaré. Não atendo mais. Mas, o dom continua. Tudo o que eu ponho aqui e o povo vem, eles recebem. Porque eles não abandonam a gente, né. Continuam a fazer por todo pedido que é entregue, né. Isso aqui [o altar] é tudo minha obrigação, todo dia eu tenho que cuidar. (Entrevista: Maria Barbosa. Paranavaí, 2022).

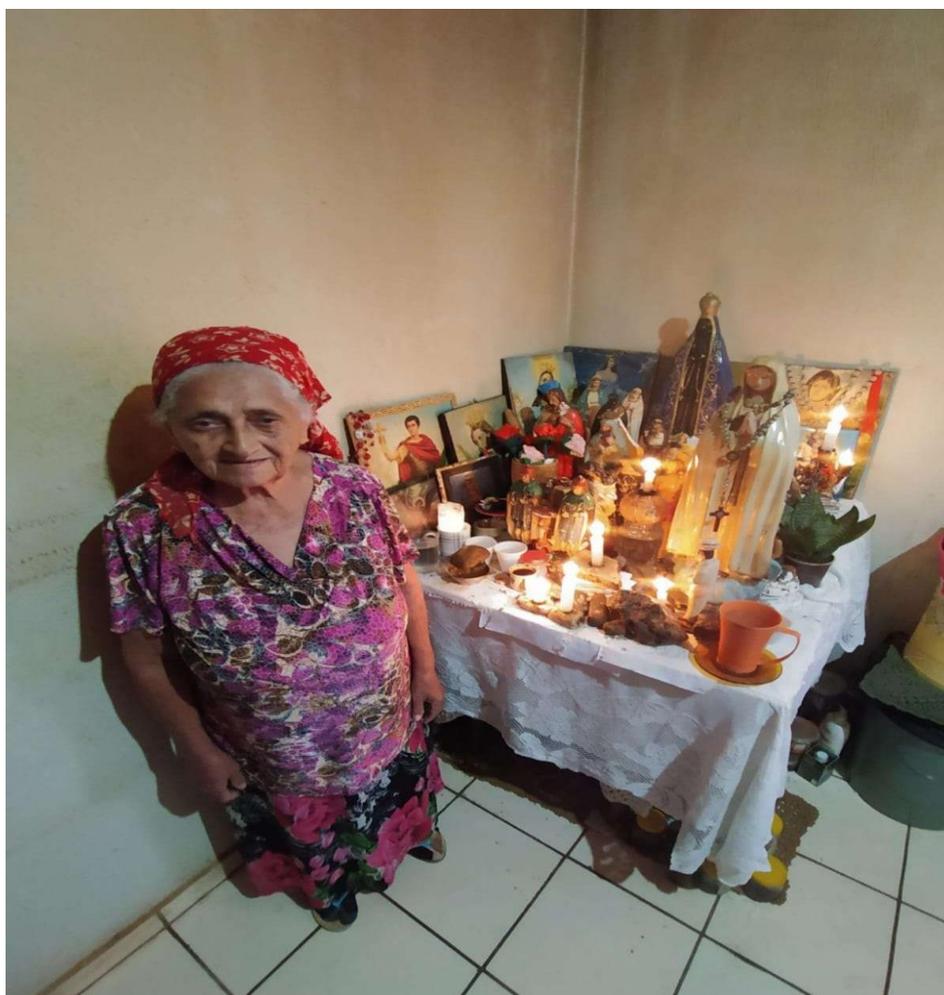
Na minha memória, antes, Maria trajava a vestimenta da entidade, colocava vários colares no pescoço e fumava um cachimbo cujas baforadas de fumaça faziam parte do benzimento. Quando se tratava da entidade Maria dos Três Pilões, a sessão incluía os pilões, onde eram maceradas várias ervas. Maria faz questão de ressaltar que todos da família Araújo passaram por ela e receberam dos seus passes e benzimentos:

Todo mundo! Vocês e aqueles meninos novo, todo mundo. As histórias, a Maria Claudinei, e aquele povo tudo, né? Até aquele povo de [Presidente] Prudente vinha atrás de mim, me visitar, aqueles parentes de vocês de Prudente, né. (Entrevista: Maria Barbosa. Paranavaí, 2022).

⁶⁴ A doutrina do batismo no Espírito Santo como um revestimento de poder é a principal marca do pentecostalismo clássico. A declaração de fé das Assembleias de Deus no Brasil traz a definição do batismo no Espírito Santo com sendo um revestimento de poder do alto e uma promessa divina aos salvos. Conforme Stamps, uma das doutrinas principais das Escrituras é a doutrina do batismo no Espírito Santo que é um revestimento de poder que outorga ao crente ousadia e poder celestial para este realizar grandes obras em nome de Cristo e ter eficácia no seu testemunho e pregação. (CUNHA, 2019, p.2).

Vivendo em Paranaíba desde a década de 1950, dona Maria só se mudou para o distrito de Sumaré, no final da década de 1980, provavelmente no ano de 1987. Relata a benzedeira que ela, o esposo e seus filhos foram acolhidos por dona Senhorinha e por seu Sabino, depois que a família foi despejada da fazenda onde estavam morando. Com a ajuda do casal Sabino e Senhorinha ela se instalou em uma casa na Rua Tapir, à duas quadras da casa do casal que a ajudou. Maria passou a viver dentro do reduto das Filhas e Filhos de Iaiá Sutura, em Sumaré. Sua chegada ao núcleo coincidiu com a recente morte da benzedeira da família, a matriarca Iaiá Marcelina, ocorrida em 1986.

Fotografia 18 - A rezadeira Maria Barboza (2022).



Fonte: O autor. Sumaré - Paranaíba-PR.

Maria Barbosa acaba por exercer um papel que antes era de alguém muito respeitado e que por não ter deixado uma substituta acabou por ser ocupado pela recém-chegada. Maria Barbosa ou “Maria dos Pilões”, com seu conhecimento, foi muito bem integrada pelas Filhas e Filhos de Iaiá Sutura, que órfãos de uma

benzedeira, parte deles, sobretudo os descendentes de dona Senhorinha (e alguns de seu Guilhermino - os de Presidente Prudente) passaram a ser atendidos por ela, Maria Barbosa.

Outros membros da família tiveram passagens por outras casas de santo. Alguns de Paranaíba frequentaram o terreiro da mãe de santo conhecida como Dejanira (no Jardim Morumbi) e os residentes em Presidente Prudente foram assíduos na casa de dona Maria Boiadeira como reporta Elizangela, neta de dona Senhorinha:

A dona Dejanira, que morava em Paranaíba, essa eu vi uma única vez. Quem frequentava lá era tia Flozina e a família dela. Da dona Maria boiadeira, lá em Presidente Prudente. Era, toda família que mora lá; tia Marcelina, tia Cidinha, né? A Léia, a Sueli, né. O Lei, A mãe (Regina), a Dê (Maria Claudinei). Eram elas que frequentam lá. Isso eu sei, a tia Marcelina e a tia Cidinha, elas eram mãe Santa, elas trabalhavam no centro. A Sueli, a Leia ia de vez em quando, e o Lei. Eles também iam lá para receber Santo. Eu ia só para comer, (risos). Eu e você (risos). Agora onde buscavam os tambores, eu não sei. Porque isso geralmente é comprado na casa de umbanda. Geralmente isso é comprado nas casas de umbanda, agora onde eles buscavam, eu não sei. (Entrevista: Elizangela do Carmo de Souza. Paranaíba-PR, 2022).

A religiosidade manifesta e praticada pelas Filhas e Filhos de Iaiá Sutera é muito bem apresentada e guarda fortes semelhanças com o que aponta Parés:

Da mesma maneira que no Brasil, no continente africano as crenças e as práticas religiosas raramente constituíam um sistema homogêneo e estável, bem como careciam de um panteão fixo. Ao contrário, sempre sofreram contínuos processos de revisão, incluindo elementos novos e excluindo outros. Apesar de sua diversidade cultural, os africanos compartilhavam algumas crenças ou “orientações cognitivas”. Uma delas é que o mundo visível dos viventes corresponde a outro invisível, morada de deuses, ancestrais, gênios e outras forças. Acredita-se que essas entidades são responsáveis pela manutenção da vida neste mundo. Religião seria assim, qualquer prática envolvendo a interação: uma reza, uma oferenda, a dança do deus incorporado, mas também a entronização de um chefe, o preparo de uma máscara, um rito funerário, um ritual de cura ou um rito oracular. A comunicação com o mundo invisível, porém, é responsabilidade de especialistas, detentores de saberes secretos que lhes permitem lidar com o perigo dos deuses, pois, além de solucionar problemas, eles podem infligir castigos. Por sua ênfase em sustentar a vida, parte importante das práticas religiosas africanas visa propiciar a fortuna (saúde, fertilidade, prosperidade) e proteger do infortúnio (doenças, enfermidades, pobreza). Sem desconsiderar a vida após a morte, essas religiosidades têm um forte teor pragmático e estão orientadas a resolução de problemas neste mundo. (PARÉS, 2018, p. 378.)

De alguma forma, essa visão do sagrado, foi transmitida pelas gerações nas comunidades de afrobrasileiros. Os herdeiros de uma cultura originária das práticas e costumes africanos, quando inseridos na realidade contextual e étnica do Brasil, reproduzem as práticas africanas dessa “receptividade cultural” com elementos da cultura dos nativos americanos e dos colonizadores europeus. Desta forma, a trajetória de vida da mãe de santo Maria dos Pilões, assim como o seu “altar”, muito

explicitamente, reproduz a capacidade dessa cultura de sincretizar elementos culturais, tais como apresentou Parés (2018).

A integração da família de Maria dos Pilões à família de dona Senhorinha e através dela aos outros membros se dera, provavelmente, por essa “responsabilidade de especialista” da qual fala Parés (2018). A carência do grupo⁶⁵ abriu espaço para alguém que pudesse lidar com o sabedoria e destemor com o sagrado e oculto.

Fotografia 19 - Residência de Maria Barbosa, Paranavaí – PR, 2022



Fonte: Acervo Pessoal.

⁶⁵ Elizangela relatou que outros membros da Família frequentavam o terreiro da Mãe Dejanira no Jardim Morumbi e houve aqueles, que sendo de Paranavaí buscavam consultas em outro município como Alto Paraná. Os mencionados de Presidente Prudente - SP, tiveram um grande histórico de convivência dentro da casa da Mãe Maria Boiadeira no município paulista.

⁶⁶ Quando realizamos a entrevista com Maria Barbosa (2022) a encontramos residindo no Bairro Luiz Lorenzetti em Paranavaí. A família de Maria foi uma das contempladas pelo programa habitacional Minha casa Minha Vida para famílias carentes durante o governo de Dilma Rousseff (PT) em 2016. Sua residência está aproximadamente 12 KM de distância da antiga moradia no distrito de Sumaré e a 300 metros da casa de Elizete, uma das netas de dona Senhorinha. O bairro onde vive Maria Barbosa foi formado por moradores de todas as áreas periféricas da cidade de Paranavaí, inclusive por moradores do Sumaré e jardim ipê, localidades onde Maria angariou muitos filhos na fé em seu ofício de rezadeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa breve olhada sobre o que eu escrevia, um amigo de trabalho perguntou por que eu comecei este trabalho com um relato pessoal. Pensando neste questionamento cheguei à conclusão de que a razão é porque vidas negras importam. Sim, como a frase do movimento que erigiu nos Estados Unidos da América no ano de 2013 e que se espalhou pelo mundo. Porém, com algo a mais. Porque, historicamente, já reivindicamos a importância das nossas vidas. Não tratamos apenas da vida de nossos corpos, mas também da vida em nossos corpos!

Para dizer que a vida física de um corpo enclausurado não nos bastava, desde os primeiros apresados em terras africanas lançamos mão às insurreições, ao infanticídio, suicídio, aborto, fugas e quilombagens. Mostramos que precisamos cantar, dançar, contar histórias, pular, girar e nos reconstruirmos, quantas vezes forem necessárias. A humanidade latente gritou o tempo todo se recusando a aceitar a coisificação, a objetificação, a morte; como a entendemos. E na busca pelos elementos da alma que o cativo do corpo aprisionou, provocamos a mudança das estruturas. Santos aponta:

[.] para começar, que o enfrentamento individual ou coletivo sem formação de comunidade alternativa (a sabotagem ao trabalho, o aborto, o suicídio, o infanticídio, o envenenamento etc.) foi bastante mais comum do que queria supor. E, mais importante, seu alcance variou conforme o contexto político geral. Terá sido menor, por exemplo, em períodos de calmaria política; maior, por vezes decisivo, nos momentos de ruptura. O enfrentamento individual, por via de ação criminosa, contribuiu para o desgaste do sistema produtivo, acarretando pelo menos em um caso – o da abolição – a desestabilização da situação conservadora. Esse processo invisível, de cupim, verdadeira guerrilha, é que acabou por tornar o trabalho assalariado, afinal, mais rentável que o escravo. (SANTOS, 1999, p. 126).

O movimento promovido pela população afro-brasileira, ao longo da história, se mostrou um movimento pela vida, pela importância da vida como a entendemos. Na sua integralidade, não apenas a sobrevivência.

A vida negra que reivindicamos o direito de existir, é bem mais que simplesmente não eliminado em um ato de resistência⁶⁷ pelo racista a serviço do Estado. A vida negra que o negro reivindica importância contempla, para além do corpo vivo, as suas subjetividades integrais e a dignidade materializada em possibilidades de viver essa subjetividade. É o território, que contém e contempla a árvore sagrada – o baobá africano ou a paineira rosa da dona senhorinha - que faz

⁶⁷ Mais de 80% dos mortos pela ação policial são negros.

sombra ao griot enquanto ensina as crianças a contar histórias que nos ensinam a viver. A vida que nos importa é a que nos permite completar um ciclo ou círculo, a roda, a ciranda no entorno do axé⁶⁸.

Trata-se de mulheres negras rompendo fronteiras e levando suas famílias para onde pudessem nutrir alguma esperança por dias melhores. Independentemente das razões que os fazem sair do local onde residiam é por melhores condições de vida que as pessoas migram. É por um porvir melhor, o seu lugar.

As vivências de Filhas e Filhos de Iaiá Sutura é um fragmento da história que reúne muitas outras famílias afro-brasileiras no Norte-Noroeste do Paraná.

A realidade histórica talvez seja a mesma de quase todas as famílias afro-brasileiras. Um povo em busca de um lugar. E esse lugar, como mostra sua trajetória, pode ser um lugar para plantar, para se plantar. Pode ser ao pé da paineira-rosa ou na memória de alguém. Uma cadeira na igreja ou um lugar na prateleira, entre outras histórias, de outros lugares.

A vida das Filhas e dos Filhos de Iaiá Sutura, com seus arranjos e estratégias mostram o quanto as alianças foram importantes para superar os desafios que lhes foram impostos.

As lágrimas de dona Flauzina ao falar do acolhimento que recebeu da sogra (que ela chama de mãe) dona Senhorinha e das cunhadas que foram para ela irmãs, mudaram o curso de uma entrevista que começou com gargalhadas, ao contar como ela e seu Cláudio fugiram para se casarem. A dureza de uma vida simples, mas repleta de “feixes” de sororidade. São memórias, são histórias, é humanamente emoção, é a vida.

Talvez o pilho da matriarca Senhorinha fosse também uma estratégia da sábia anciã. Dessa maneira, contando histórias, ela brincava com o tempo e enviava suas vivências para algum lugar no futuro, quando as transmitia para suas netas e netos. Por outro lado, ela voltava ao passado. Lugares que pisou como a fazenda do avô, na Bahia e os cafezais paulistas. E outros lugares que existiram apenas nas suas memórias, as histórias herdadas. Lugares que passaram a existir e produziram outros lugares também em nós, os seus filhos.

⁶⁸ Poste pivô do mundo, fincado no centro do terreiro de candomblé e que simboliza a ponte ou escada entre o Céu e a Terra. (Dicionário Online de Português. (<https://www.dicio.com.br/ixe-3/>). Acesso em 22 set 2022.

ENTREVISTAS:

ARAÚJO, Guilhermino Izídio de. (meio digital). (1 hora 25 min. 35 seg). Produção: Ailson do Carmo de Souza. Distrito de Sumaré - Município de Paranaíba, 02 de outubro de 2021 e 25 de março de 2022.

ARAÚJO, Maria Aparecida de. (meio digital). (1 hora 53 min. 2 seg). Produção: Ailson do Carmo de Souza. Distrito de Sumaré - Município de Paranaíba-PR, 03 de outubro de 2021.

ARAÚJO, Maria de Fátima. (meio digital). (1 hora 53 min 02 seg). Produção: Ailson do Carmo de Souza. Distrito de Sumaré - Município de Paranaíba, 03 de outubro de 2021.

BARBOSA, MARIA. (meio digital). (14 min. 56 seg)Produção: Ailson do Carmo de Souza. Município de Paranaíba, 10 de julho de 2022.

COSTA, Claudio Joaquim da (meio digital). (22 min. 7 seg.)Produção: Ailson do Carmo de Souza. Distrito de Sumaré - Município de Paranaíba, 01 de junho de 2021.

COSTA, Flauzina Isabel Oliveira da. (meio digital). (14 min. 31 seg). Produção: Ailson do Carmo de Souza. Distrito de Sumaré - Município de Paranaíba, 10 de julho de 2022.

SOUZA, Elizangela do Carmo de. (meio WhatsApp). Produção: Ailson do Carmo de Souza. Município de Paranaíba, 26 de abril de 2022.

FONTES:

Auto de Destruição de Planta Cítricas. Paranavaí-PR, 12 jun. 1969.

Bilhete datilografado. Nova Olímpia-PR, 7-6-68.

Caderneta Oficial do Departamento Estadual do Trabalho. Fermino Araújo, 03 ago. 1939.

Caderno de desenho do tipo brochura encapado de seda. Valdemar J. da Costa. 1956.

Caderno de linguagem, do tipo brochura. Valdemar Joaquim da Costa. Fazenda Santa Josefa, 1956.

Caderno de Ocupação. Valdemar J. Da Costa. Faz. Sta. Josefa, 1956.

Carta de Balduino Fernandes Costa. São Paulo, 24 d janeiro de 1987.

Carta. Ailson do Carmo de Souza. Sumaré, 1993.

Certidão de Batismo. Balduino. Cajobi-SP, 5 dez. 1947.

Certidão de Casamento. Sabino Joaquim da Costa e Senhorinha Rosa de Jesus. Olimpia-SP, 2 mai. 1944.

Certidão de Óbito. Sabino Joaquim da Costa. Londrina-Pr. 22 out. 1988.

Certificado de Batismo de Valdemar Joaquim Costa. Jaboticabal -SP, 10 de mai. 1945.

Certificado de Registro de Baptismo. Isidoro. Olimpia SP, 28 set. 1935.

Contrato para Colonização. Fazenda Santa Carolina, Terra Roxa-PR, 1951.

Declaração de Dívida com Garantia Pignoratícia: José Canuto de Oliveira e senhor Sabino Joaquim da Costa. Paranavaí-PR, 30 jan. 1961.

Fotografia em preto e branco 8x14 centímetros. [s\d].

Fotografia em preto e branco 9x14 cm. Deienno. São Joaquim da Barra- SP. [s.d].

Pagamento de Taxa Sepultura. Manoel Araújo. Olímpia-SP, 24 nov. 1939.

Recibo de Sepultamento. Niceu. Olímpia-SP, 1941.

Registro Civil de Nascimento. Balduino da Costa. Olímpia-SP, 23 set. 1953.

Salvo Conduto Brasileiro N° 43001. Senhorinha Rosa de Jesus. Olimpia-SP, 23 fev. 1944.

REFERÊNCIAS E FONTES

AMORIM, J.; AMORIM, V. Direito ao nome da pessoa física. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

ALMEIDA, Maria Natividade Maia e. Nos Trilhos do Trem Baiano: da Instalação a Extinção do Transporte Ferroviário de Passageiros e seus impactos no modo de vida no Norte de Minas Gerais.. Dissertação de Mestrado PPGCS da Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Necropolítica e Neoliberalismo. Dossiê 2 • Cad. CRH 34 • 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45397>. Acesso em 21 mai 2022.

ANJOS, Suelen Gonçalves dos. "Culturas e tradições negras no Mesquita um estudo da matrifocalidade numa comunidade remanescente de quilombo (2005)." (2006). Em:https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Cultura+e+Tradi%C3%A7%C3%B5es+negras+no+Mesquita%3A++Um+estudo+da+matrifocalidade+numa+comunidade++remanescente+d+e+quilombo+&btnG=. Acesso em: 02 dez 2022.

ARAÚJO; Felipe. Iaiá Gracia. In: <https://www.infoescola.com/livros/iaia-garcia/>. Acesso em: 22-11-2022.

ARAÚJO, Olindina Ticiane Sousa De. Receba esta última lembrança: fotografias mortuárias em Nova Palmeira-PB (1940-1950). IN: ANPUH-Brasil: 30º Simposio Nacional de História-Recife. 2019. Disponível em https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565281442_ARQUIVO_ANPUH2019.pdf. Acesso em: 05 mar. 2022.

BARROS, Josué de Barros. Canção Iaiá ioiô. 1930. Site Instituto Moreira Sales. Disponível em: <https://www.discografiabrasileira.com.br/fonograma/90912/iaia-ioio>. Aceso em 05-08-2022.

BASTIDE, Roger. Antropologia aplicada. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BATISTELA, Alessandro. O Paranismo e a Invenção da Identidade Paranaense. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012.

BENICIO,L.F.S.; RODRIGUES,J.S.; LEONARDO,C.S; BARROS,J.P.P.; SILVA,D.B.; COSTA,A.F. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. Psicologia: Ciência e Profissão 2018 v. 38 (núm.esp.2.), 192-207. Em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212908>. Acesso em 22 out. 2022.

BIG BIG, Opaí e MYSTURA, Izy. A importância da manutenção da tradição oral africana para a manutenção da história. Mundo Negro. 2020. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/a-importancia-da-tradicao-oral-africana-para-a-manutencao-da-historia/>. Acesso em 22 jun.2022.

BLAME, Sandro. Fotografia mortuária: imagens da boa morte. Anais do IV encontro nacional do gt história das religiões e das religiosidades – ANPUH: Memória e

Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. V, n.15, jan/2013. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BOURDIEU, Pierre (tradução Fernando Tomaz). O Poder Simbólico. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. 4. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004, p.3. Disponível em: Portal.mec.gov.br/cne/arquivo/pdf003.pdf. Acesso em: 31-11-2022.

BUENO, Marielys Siqueira. SANTANA, Ursulina Maria Silva. Comensalidade no terreiro de Candomblé. VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP.

CARNEIRO, Sueli. A Batalha de Durban. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo • Rev. Estud. Fem. 10 (1) • Jan 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100014>. Acesso Abr 2022.

_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003. Disponível em <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. . Acesso em: abr 2022.

_____. Mulheres em movimento. Mulher, mulheres. Estud. Av. 17 (49). Dez 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142003000300008>. Acesso em: 10 Dez 2021.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: . A História Cultural entre práticas e representações. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação: estudos avançados. São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173- 191, jan./abr. 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/SZqvSMJDBVJTXqNg96xx6dM/?lang=pt>. Acesso em: 05 dez. 2021.

CHESNEAUX, Jean. Devemos fazer a tábula rasa do passado? Sobre a História e os Historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

CUNHA, Alyson Bruno Tavares da. Principais Crenças e a Concepção do Pentecostalismo Sobre o Batismo no Espírito Santo. Revista Ensaios Teológicos. Vol.5. N.1. 2019. Em: ensaiosteologicos.fbp.edu.br. Acesso em 19 dez. 2022.

DANIEL, André Ribeiro. Paranismo, passado e presente: análise discursiva do Manifesto Paranista e reflexões sobre suas consequências no fazer artístico popular

hoje em Curitiba. 2016. 35f. Monografia (Especialização em Artes Híbridas) – Departamento Acadêmico de Desenho Industrial, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo, Boitempo, 2016.

DIALLO, Cintia dos Santos. História da África e Cultura Afro-brasileira no Ensino Superior Público: análises sobre currículos e disciplinas dos cursos de licenciatura em História em Mato Grosso do Sul (2003-2016). Dourados: UFGD, 2017.

DYBAX, Vanessa. QUILOMBOS NO PARANÁ: Identidade viva da presença negra: I. Caderno Pedagógico Oralidade Afroparanaense. Capítulo 1. Representações símbolos e saberes afroparanaenses. Castro 2016. Disponível em:http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/equipesmultidisciplinares/2019/leituras_complementares/quilombos_no_parana.pdf. Acesso em 15 jul 2022.

FANON, Frantz. Pele negra máscaras brancas. Trad. Renato da Silveira. EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Letícia. Novos olhares sobre a presença nordestina no município de Maringá e norte do Paraná. IN: ROMPATTO, Maurilio. GUILHERME, Cassio Augusto; CRESTANI, Leandro de Araújo (orgs). História do Paraná: migrações, políticas e regiões interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do Paraná. Toledo: Fasul, 2016.

FERREIRA, Maria Clara Caldas. A Arquiconfraria do Cordão de São Francisco da Vila Nova da Rainha do Caeté: aspecto histórico, devocional e artístico. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984 Ética, sexualidade, política I A Escrita de Si; organização e seleção de textos Manoel Barros da Moua; tradução Elisa Monteiro, Inés Autran Dourado Barbosa. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Forum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI 2017. Em <https://fnpeti.org.br/noticias/2017/11/20/negros-sao-maioria-no-trabalho-infantil/#:~:text=Crian%C3%A7as%20e%20adolescentes%20negras%20s%C3%A3o,sendo%20mais%20de%2094%25%20meninas>. Acesso em 28-11-2022.

FRANCISCO; Wagner de Cerqueira e. Agricultura de Subsistência. Site Mundo Educação. In: [Agricultura de subsistência. Aspectos da agricultura de subsistência \(uol.com.br\)](https://www.mundoeducacao.com.br/agricultura-de-subsistencia). 2022. Acesso em 30-12-2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Eduardo de. "Boias-Frias"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/boia-frias.htm>. Acesso em 13 de agosto de 2022.

GELEDES. Letalidade policial é recorde no país; negros são 78% dos mortos. Portal Geledés. 16 jul 2021. Disponível em: https://www.geledes.org.br/letalidade-policial-e-recorde-no-pais-negros-sao-78-dos-mortos/?gclid=CjwKCAiA2fmdBhBpEiwA4CcHzUsW8MI2Ky7SzfIOcOosts34DF89O41mW705n8TnAC6bs9K4Cev-yBoCX_kQAvD_BwE. Acesso em: 22 nov. 2021.

GINO; Mariana. A Escrita da história oral africana: O mal sobre a escrita. XI Encontro Regional de História Oral-Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2015.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termo e conceitos presentes no debate das relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Brasília: Edições MEC/BID/UNESCO, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; PETRONILHA, Beatriz Gonçalves e Silva. "Movimento negro e educação", Revista Brasileira de Educação. n. 15: 134- 158, set-dez 2000.

GONZALEZ, Nancie. Toward a definition of matrifocality. In Whiten Jr. & Szwed, J. (ed.) Afro-American Anthropology. Free Press and Collier Macmillan: New York London, 1970, apud George Zarur, "Repensando o conceito de matrifocalidade".

GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. Relatório do grupo de trabalho Clóvis Moura. Curitiba: GTCM, 2010. Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Relatorio-do-Grupo-de-Trabalho-Clovis-Moura-2005-2010>. Acesso em: 09 jun. 2021.

GUIA DO ESTUDANTE. 'Vidas Secas' – Resumo da obra de Graciliano Ramos. 2021. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/vidas-secas-resumo-obra-de-graciliano-ramos>). Acesso em 10 out 2022.

HALL, Stuart. Diásporas ou a lógica da tradução Cultural. Conferência de abertura do VII Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada (Abralic). "Terras & Gentes", v 10, n 3 (set/dez.). São Paulo: ABRALIC, 2016.

HARTOG, François. Regime de Historicidade [Time, History and the writing of History - KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

HITA. Maria Gabriela. Mãe-Vó-Bi: chefe de família em arranjo matrifocal negro. UFBA - Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

KI-ZERBO, Joseph. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África/ editado por Joseph Ki -Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.

KOSSOY, Boris. Fotografia & História. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Edição

revista.

KOWALSKI, Marinna Campos Guaragna. Assistencialismo nos Programas Brasileiros da Televisão Aberta. Universidade de Brasília. Disponível em https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6450/1/2013_MarinnaCamposGuaragnaKowalski.pdf. Acesso em 07-06-2022. Brasília 2013.

IANNI, O. As metamorfoses do escravo. São Paulo: Hucitec, 1988.

IZEPÃO, R. L. Planejamento, política e economia: uma análise da prática governamental paranaense. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP, São Paulo, 2008.

LAGES, Vinicius; Braga, Christiano; Morelli, Gustavo (orgs). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

LIMA, Adriano Bernardo Moraes. Notas de História e Cultura Afro-brasileira. IN: COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinícius B. (orgs.). Tem Batucada na Terra das Araucárias: a experiência negra na formação a sociedade paranaense. Ponta Grossa: Editora UEPG/UFPR, 2011.

LOPES, J.R.B. Sociedade industrial no Brasil. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 2008.

MACHADO, Bárbara Araújo. “Recordar é preciso”: Conceição Evaristo e a intelectualidade negra no contexto do movimento negro brasileiro contemporâneo (1982-2008). Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2014.

MARTINS, Eduardo. OFAIÉ – Eu estou na estrada – Hagaté te tahfwa (Nova Andradina e Vale do Ivinhema)\ Eduardo Martins (org.) – Campo Grande, MS: Life Editora, 2022.

MBEMBE, Achille. A crítica da Razão Negra. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 3. ed, 2014.

MEDEIROS, Adriana de Carvalho. Histórias de trabalhadores nortistas no norte/noroeste do Paraná (1940-1970). Uberlândia-MG: [s.n], 2017.

_____. Os Processos de Casamento na Igreja Nossa Senhora Aparecida de Loanda e trabalhadores Migrantes no extremo Noroeste do Paraná. IN: ROMPATTO, Maurilio. GUILHERME, Cassio Augusto; CRESTANI, Leandro de Araújo (orgs). História do Paraná: migrações, políticas e regiões interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do Paraná. Toledo: Fasul, 2016.

MEIHY, José Carlo Sebe. HOLANDA, Fabíola. História Oral: como fazer, como pensar. _ 2. ed., São Paulo: Contexto, 2019.

MONBEIG, Pierre. A Zona Pioneira do Norte do Paraná. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Marcia Siqueira de. (orgs.) Geografia e Norte do Paraná: um resgate Histórico. v 2. Londrina: Humanidades, 2007.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Alegre, 1988, 304p.

MARTINS, Tamires Fraga; CARVALHAL, Tito Loiola. *O Matriarcado e a Resistência das mulheres negras em (com) unidades baianas: dos quilombos à periferia*. Revista Três Pontos, 2016.

MUNANGA, K. *A importância da história da África e do negro na escola brasileira*. São Paulo: Global, 2000.

MUNANGA, K. *Superando o Racismo na escola*. 2 ed. rev. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MONDARDO, Marcos Leandro. *Territórios Migrantes/transterritorialidade e identidades em Francisco Beltrão/PR*. Dourados, MS Editora da UFGD, 2012.

PARADISO, Silvio Ruiz. *Educação, literatura, diversidade étnico-cultural e religiões afro-brasileiras: o diálogo possível*. Dourados: Revista Interletras, 2010.

PARÉS, Luis Nicolau. *Religiosidades. Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*/Lília Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs). -1ª ed.-São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PRIORI, Ângelo et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012.

REGO, R. L. *A Integração Cidade-campo como esquema de colonização e criação de cidades novas: do Norte Paranaense à Amazônia Legal*. R. B. Estudos Urbanos e regionais. v 17, n.1. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/DAM-INV-0821/Downloads/4978-Texto%20do%20artigo-10682-4-10-20170113.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

RIBEIRO, O. *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*. Lisbon, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 1962. Apud CARNEY e MARIN, *Aportes dos escravos na história do cultivo do arroz africano nas Américas*. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 7, n.1 /Número 12 - abril de 1999. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/149/145>. Acesso em: 14 jul 2022.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. *Notas de História e Cultura Afro-brasileira*. IN: COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinícius B.(orgs.). *Política Educacional e a lei 10.639/03: uma reflexão sobre a necessidade de superação de mecanismos ideológicos legitimadores do quadro de desigualdade raciais e sociais na sociedade brasileira*. Ponta Grossa: Editora UEPG/UFPR, 2011.

RODRIGUES, R.C. *Análise e tematização da imagem fotográfica*. Ci. Inf., v. 36, n. 3, p. 67-76, Brasília, set./dez. 2007. In: <https://www.scielo.br/j/ci/a/bxHqRptRFCB8k9vNFJmnhnG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21-04-2022.

ROMPATTO, M.; FERREIRA, L. *Histórias e Mitos da Colonização do Norte do Paraná e do Desenvolvimento de Apucarana*. In: ROMPATTO, M.; GUILHERME, C. A.; CRESTANI, L. de A. (Orgs.). *História do Paraná: Migrações políticas e relações interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do estado*. Toledo:

Editora Fasul, 2016.

SANTANA; Marluce Freitas de. Solidariedade e Liderança das Mulheres Negras em Conceição Evaristo. **Revista Fórum Identidade**. Dossiê Temático: Literatura e Questões Afro-brasileiras. ano 11,v.24,n.24,mai.-ago.2017.

SANTOS, Milton. O Espaço do cidadão. 7 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

_____. O país distorcido. In: RIBEIRO, W.C. (Org.). São Paulo: Publifolha, 2002.

SHARPE, Jim. “A História Vista de Baixo”. In: BURKE, Peter (org.). A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Adilson Vicente da. **O que é Família?: Conceito de família na perspectiva da Sociologia. Site Café com sociologia.com.** Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/conceito-de-familia/>. Acesso em 15-11-2022.

SILVA, Ana Paula Procópio. ALMEIDA, Magali da Silva. Uma mulher negra com nome e sobrenome: Benedita Souza da Silva Sampaio. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 278 – 283 Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SILVA, Consuelo Dores. Negro, qual é o seu nome? Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995. 132 p., 21cm.

SILVA, Lucia Helena de Oliveira. Construindo uma nova vida: migrantes paulistas afro-descendentes na cidade do Rio de Janeiro (1888-1926). Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Campinas –SP: [s/n], 2001. Disponível em: file:///C:/Users/Mandacaru/Downloads/Silva_LuciaHelenaOliveira_D.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

SILVA, M. A. M. Errantes do fim do século. IN: SILVA, M A. M. (Coord.). Migrar é preciso. Caetité/BA: Pastoral dos Migrantes, Diocese de Caetité/BA, 1997.

SILVA, Paulo Vinícius B. Notas de História e Cultura Afro-brasileira. IN: COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinícius B.(orgs.). Educação das relações étnico-raciais no NEAB-UFPR. Ponta Grossa: Editora UEPG/UFPR, 2011.

SILVA, Petronilha B. G. e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil étnico-raciais no Brasil. n 3. Porto Alegre-RS: 2007.

SILVA, Renato Candido da. Posseiro. 2018. Disponível em: <https://infoescola.com/sociedade/posseiros>. Acesso em 30-11-2021.

SINGER, P. Migrações Internas: Considerações Teóricas sobre o seu estudo. IN: Economia, Política da Urbanização. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SMITH, Raymond Thomas. The matrifocal family: power, pluralism, and politics. 1956.

SOUZA; Éder cristiano de. Londrina e o Norte do Paraná nos anos de 1956 a 1964:

questões urbanísticas e conflitos sociais na “capital mundial do café”. IN: ROMPATTO, Maurilio. GUILHERME, Cassio Augusto; CRESTANI, Leandro de Araújo (orgs). História do Paraná: migrações, políticas e regiões interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do Paraná. Toledo: Fasul, 2016.

SOUZA; Edinélia Maria Oliveira. O pós-abolição em foco: hierarquias, lealdades e tensões sociais no Recôncavo sul baiano durante a Primeira República. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0349.pdf>. Acesso em 29-03-2022.

Souza, Jessé A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato / Jessé Souza. - Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro. São Paulo: Graal, 1990.

VONDER, Olùkò. Como dizer feliz dia das mães em Yorubá. Site Educa Iorùbá. 2020.: Disponível em: <https://educayoruba.com/como-dizer-feliz-dia-das-maes-em-yoruba/>. Acesso em 06-07-2021.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) Movedoras: história oral e estudos da migração. IN: Revista Brasileira de História, Viagens e viajantes. v 22. São Paulo: ANPHU/Humanitas, 2002.

TOMAZI, Nelson Dacio. História e Fantasmagoria. Tese (Doutorado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1997.

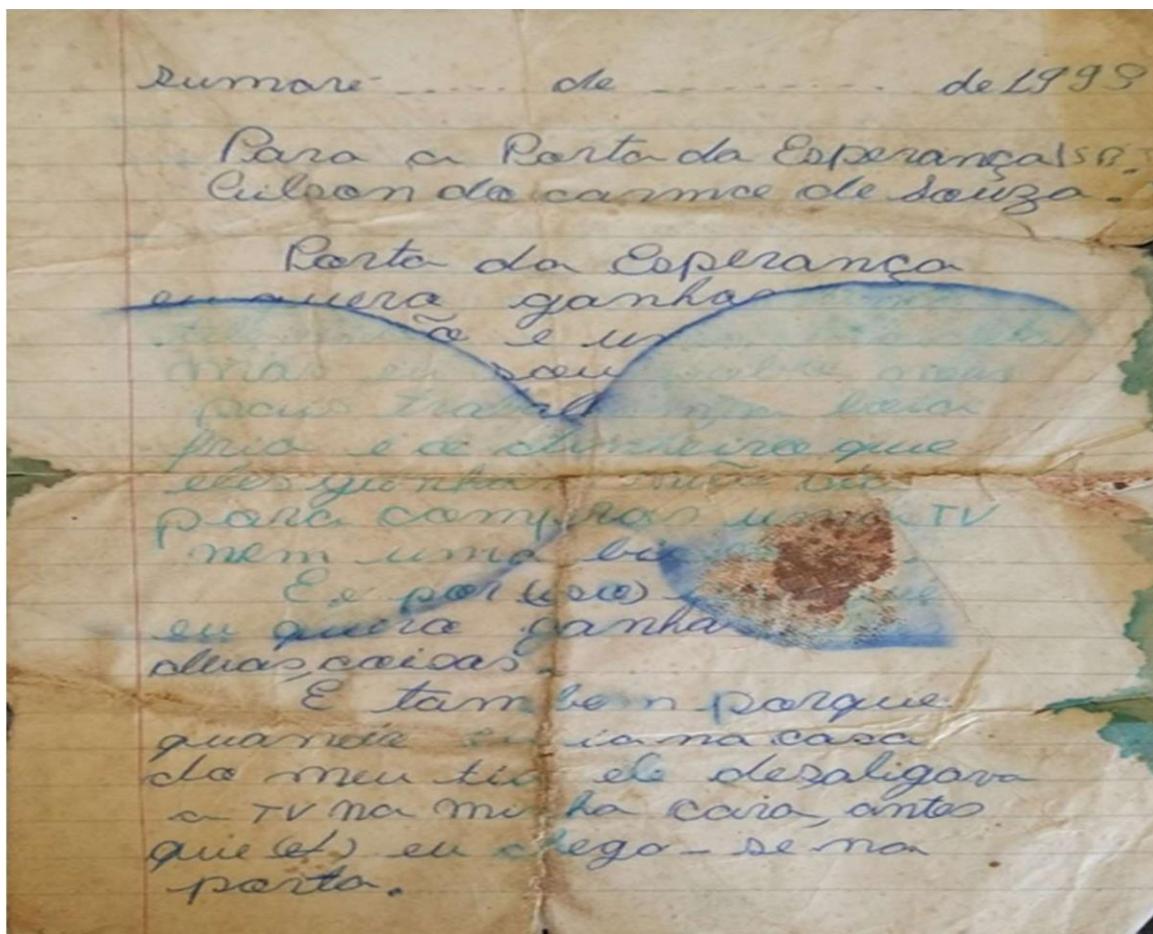
TRISKA, Camile. Curitiba é Arte: O que foi o Movimento Paranista? Curitiba de Graça. In: Curitiba é Arte: O que foi o Movimento Paranista? - Curitiba de Graça (curitibadegraca.com.br). 22 de janeiro de 2021. Acesso em 25 de abril de 2021.

WEIL, Simone. O Enraizamento. Bauru: Edusc, 2001.

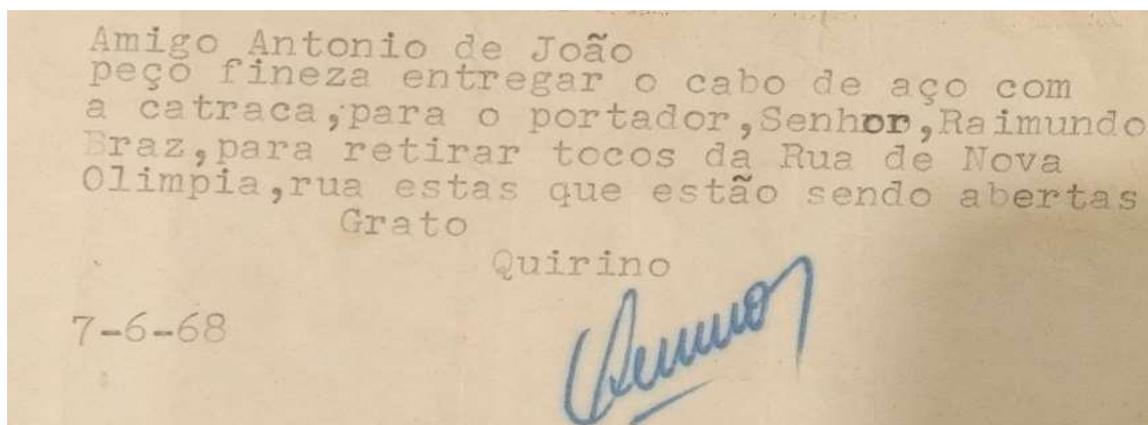
INEA- Instituto Estadual do Ambiente. Ar, Água e solo. In: <http://www.inea.rj.gov.br/ar-aqua-e-solo/seguranca-hidrica/estiagem/>. Acesso em 26-08-2022.

ANEXOS

ANEXO A – A CARTA DA ESPERANÇA



ANEXO B – BILHETE DE AUTORIZAÇÃO⁶⁹



⁶⁹ Bilhete de autorização, em papel branco e datilografado é assinado por Quirino e autoriza a pessoa de do "Amigo Antônio de João" a entregar o cabo de aço à pessoa de Raimundo Braz, para retira tocos das ruas de nova Olímpia, "ruas estas que estão sendo abertas" no bilhete ainda há a data de 7-6-68.

ANEXO C – CARTA DE SABINO. OLÍMPIA SP, JUNHO DE 1956 (FRENTE)⁷⁰

Fazenda Santa Josefa em 29 de junho de 1956
Saudações meu querido tio.

Primeira mente desejo saúde e felicidade a quem não
encontrar gerando saúde. Escrevo esta carta para
dar as minhas poucas notícias.

Eu escrevi na carta na eu não peguei ai
por que a senhora he esta doente e eu enviarei
a carta no dia 28 de junho e levei a resposta
Você diz que por que eu gostei muito com a
mulher e o menino morreu se ele estivesse aqui
na dia 29 de fe. 18 dias.

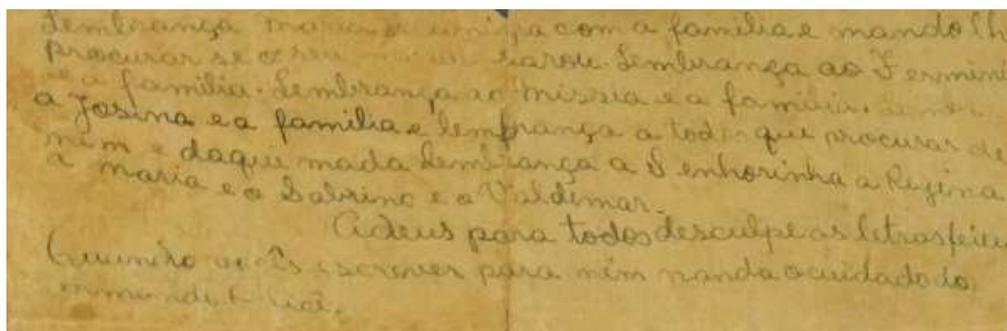
Odeu este aqui com nos muitos dias e foi embora
na dia 13 ele disse que estava todos bem.

A Regina manda muita lembrança e está no
curso de vir em volta para cá outra vez.

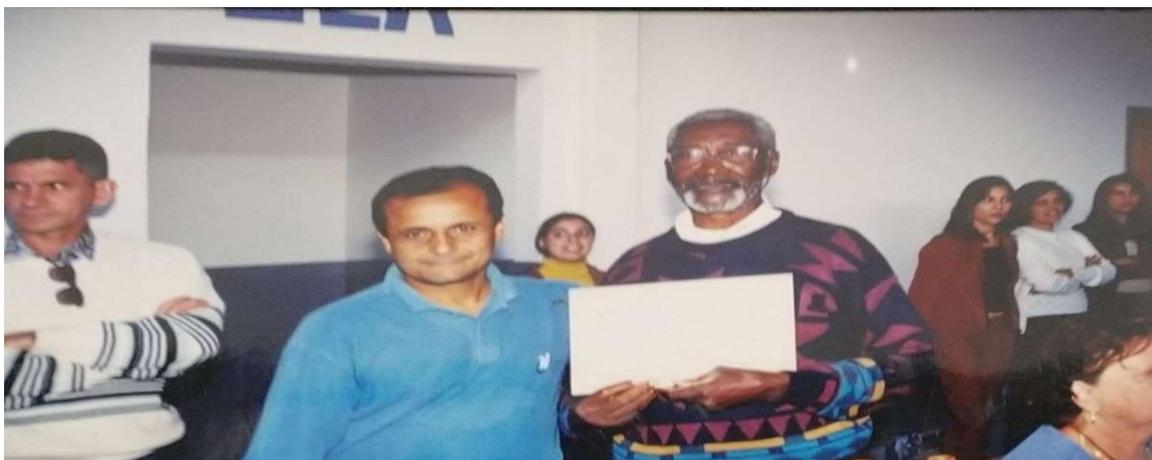
Bardolino esta morando lá com a Regina.
Se você tiver de mandar algum recado para a
Parana escreva para mim que eu tenho indagação
A avó da senhorinha morreu. O tio foi para a
Parana ele vai ficar lá uns dias e logo torna
voltar. Terminado a carta desejo de saúde e
felicidade e mando muita lembrança a todos
dai. Eu mando perguntar ao meu pai se os papéis
dai estão e se ele não lembra mais de mim
que não escrevem mais. Eu mandei três cartas
para ai e até hoje não tive resposta.

⁷⁰ Carta com inscrições em frente e verso ocupando 35 linhas redigidas à mão, em letras cursivas, tinta azul e sem envelope. O papel se encontra amarelado e o cabeçalho traz a inscrição: "Fazenda Santa Josefa em 29 de junho de 1956. Saudações meu querido tio". Ditada: Sabino Joaquim da Costa.

ANEXO D – CARTA DE SABINO. OLÍMPIA SP, JUNHO DE 1956 (VERSO)



ANEXO E – HOMENAGEM AOS PIONEIROS DE SUMARÉ⁷¹



ANEXO F – Maria Aparecida e Senhorinha⁷²



⁷¹ Foto colorida com alta resolução e definição de cores com várias pessoas (9) no ambiente em cerimônia social, em destaque homem negro (João Isídio de Araújo) ostentando um certificado; usa de óculos e casacos coloridos e certificado em mãos.

⁷² Foto colorida com alta resolução e definição de cores e imagem, duas mulheres negras: Sujeito (a) mulher negra, aparentando aproximadamente ter 55 a 58 anos, trajando camiseta rosa e estampa. Foto meio corpo; Sujeito (B) mulher negra, aparentando ter aproximadamente 67 a 72 anos de idade, trajando lenço nos cabelos e casaco colorido e camiseta estampada. Foto meio corpo.

ANEXO G – QUILOMBO DA PREÁ (IMAGEM 1)⁷³



ANEXO H – QUILOMBO DA PREÁ (IMAGEM 2)⁷⁴



⁷³ Batuporã - BA, 2021. Fonte: Josiane Carvalho.

⁷⁴ Batuporã - BA, 2021. Fonte: Josiane Carvalho.

ANEXO I – QUILOMBO DA PREÁ (IMAGEM 3)⁷⁵



ANEXO J – QUILOMBO DA PREÁ (IMAGEM 4)⁷⁶



⁷⁵ Batuporã - BA, 2021. Fonte: Josiane Carvalho.

⁷⁶ Batuporã - BA, 2021. Fonte: Josiane Carvalho.

ANEXO K – MUTAÇÃO DO SOBRENOME: CERTIDÃO DE ÓBITO ANTONIO
IZIDORIO DE ARAÚJO (IMAGEM 5)⁷⁷

Talão N.º 013- Página N.º 067-

Xerox (2)

República Federativa do Brasil
MUNICÍPIO DE PARANAVAI — COMARCA DE PARANAVAI
ESTADO DO PARANÁ

REGISTRO CIVIL
Bel. Dante Ramos
Oficial do Registro Civil de Casamentos, Nascimentos e Óbitos

Luiza Narduci Pereira
Empregada Juramentada

ÓBITO N.º-3.967-

CERTIFICO que, às fls. 191- , do livro n.º 09.C.- de Registro de Óbitos foi lavrado hoje, o assento de = ANTONIO IZIDORIO DE ARAUJO = falecido aos 12- de abril- de 1.985- às 22:30- horas em Santa Casa de Paranaíba, nesta cidade- do sexo masculino- de cor morena- profissão lavrador- natural de Igaporã, Estado da Bahia- domiciliado e residente nesta distrito- com 56 anos- de idade estado civil casado- filho- de = profissão, natural de e residente em e de Dona = MARCELINA SILVIRIANA DA CONCEIÇÃO = profissão, do lar- natural de no Estado da Bahia- e residente em neste distrito-

Foi declarante o Sr. Jailto Izidoro de Araujo, filho do falecido- sendo o atestado de óbito firmado pelo Dr. Sergio Pfeiffer-CRM. 3142-PR- que deu como causa de morte, Traumatismo Cranio Encefálico-

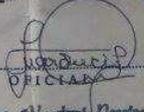
o sepultamento será feito no cemitério desta cidade-

OBSERVAÇÕES: O falecido fora casado com a Sr.ª Maria Aparecida Pereira de Araujo, deixa 05 filhos, entre os quais 03 menores, era eleitor nesta cidade e deixa bens a inventariar. Certidão de Casamento n.º 118, às fls. 88 e v.º., do livro n.º 02-B, em: 27 de novembro de 1.976, do Cart. do Reg. Civil de Sumaré, distrito desta Comarca-

O referido é verdade e dou fé.

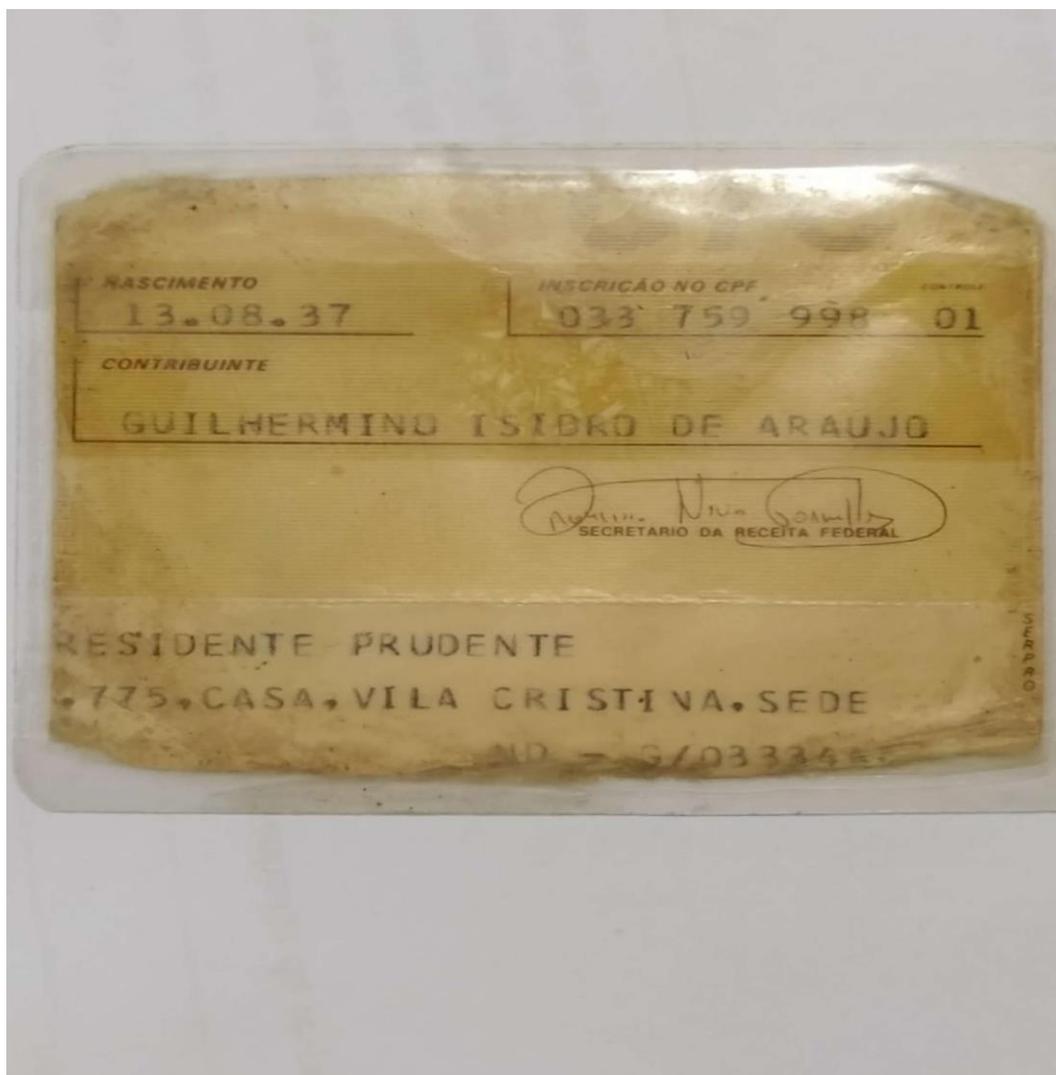
Paranaíba, 15- de abril- de 1985-




Luiza Narduci Pereira
Emp. Juramentada

⁷⁷ Sumaré - Paranaíba- PR, 2018. Fonte: O autor

**ANEXO L – MUTAÇÃO DO SOBRENOME: CADASTRO DE PESSOA FÍSICA
(CPF) DE GUILHERMINO IZIDIO (ISIDRO) DE ARAÚJO (IMAGEM 6)⁷⁸**



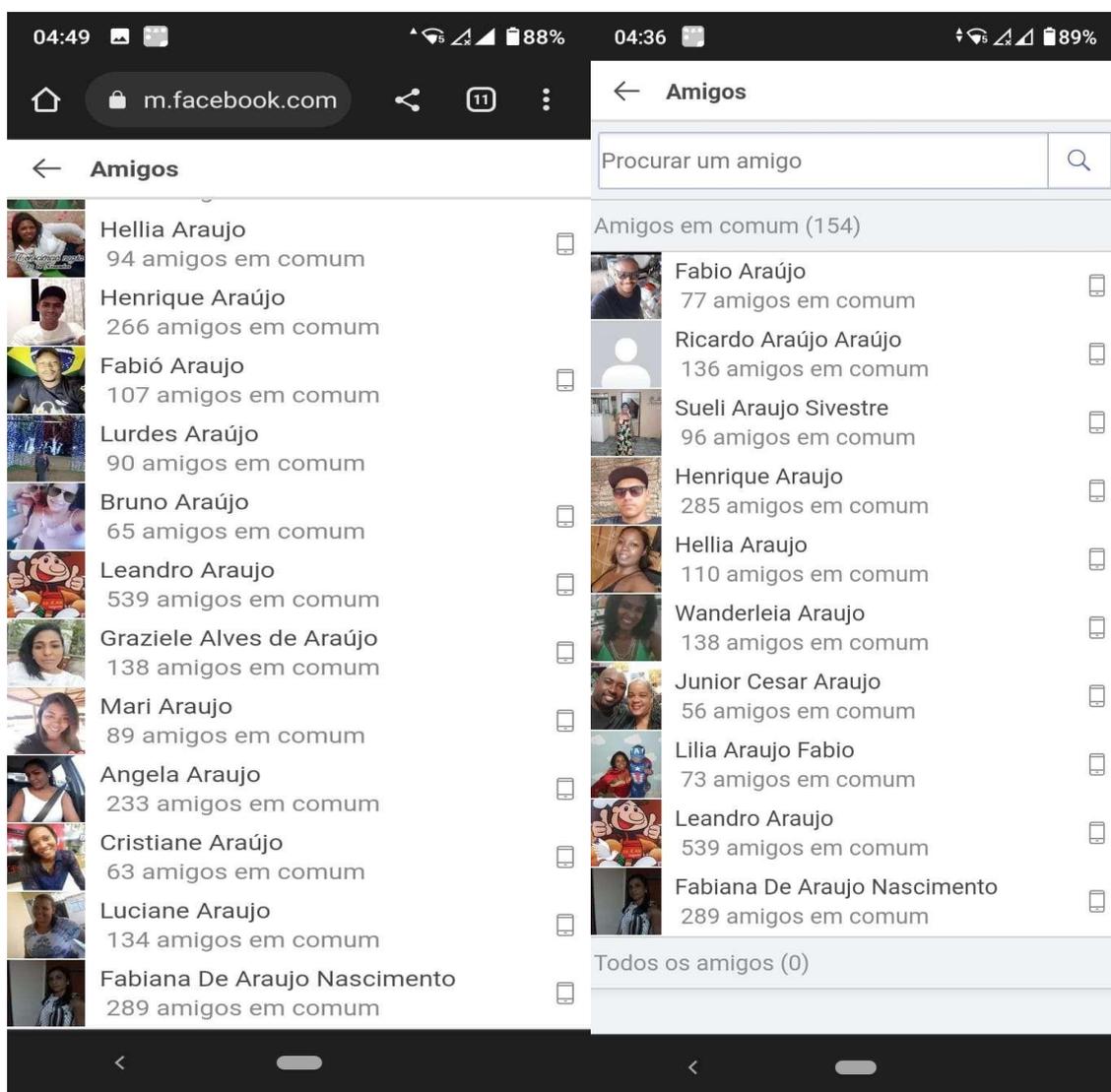
⁷⁸ Sumaré - Paranaíba- PR, 2021. Fonte: O autor

**ANEXO M – MUTAÇÃO DO SOBRENOME: CARTEIRA DE HABILITAÇÃO (CNH)
DE GUILHERMINO IZIDIO DE ARAÚJO (IMAGEM 7)⁷⁹**



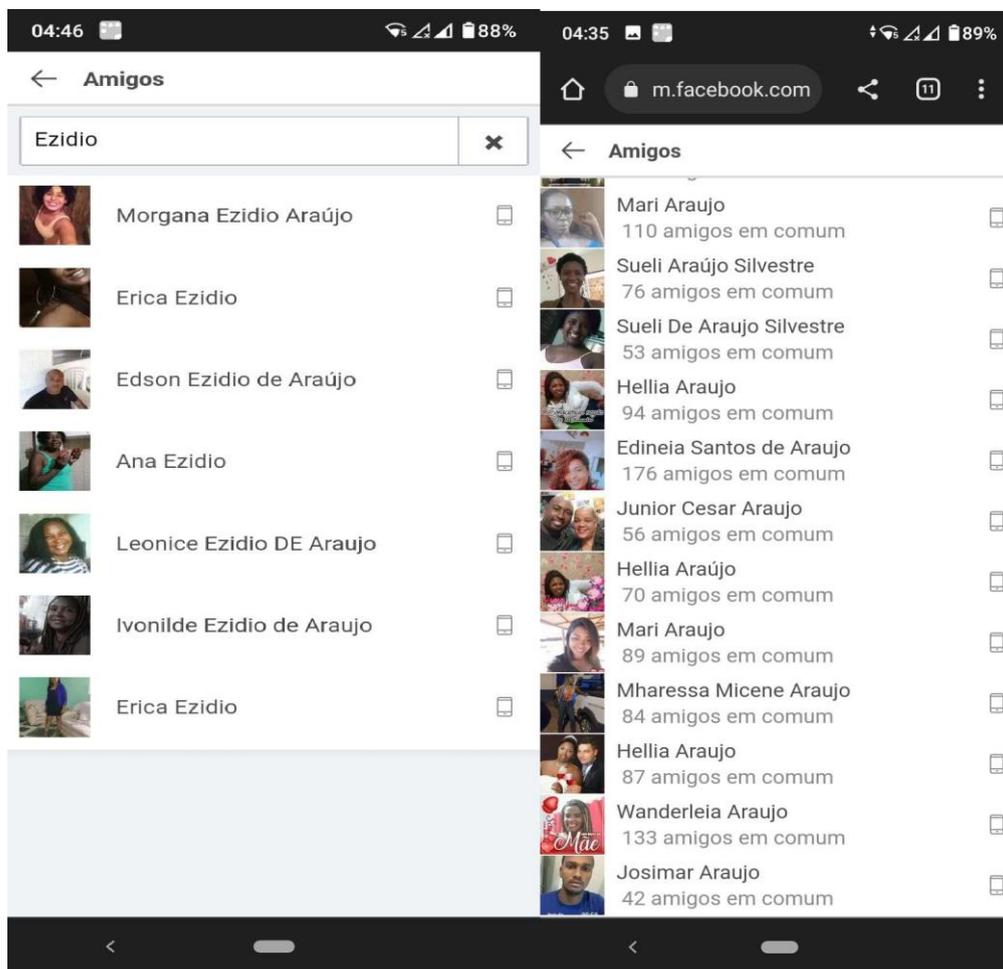
⁷⁹ Sumaré - Paranavai- PR, 2021. Fonte: O autor

ANEXO N – APRESENTAÇÃO DOS FILHOS DE IAIÁ SUTERA NA REDE SOCIAL FACEBOOK (IMAGEM 8)⁸⁰



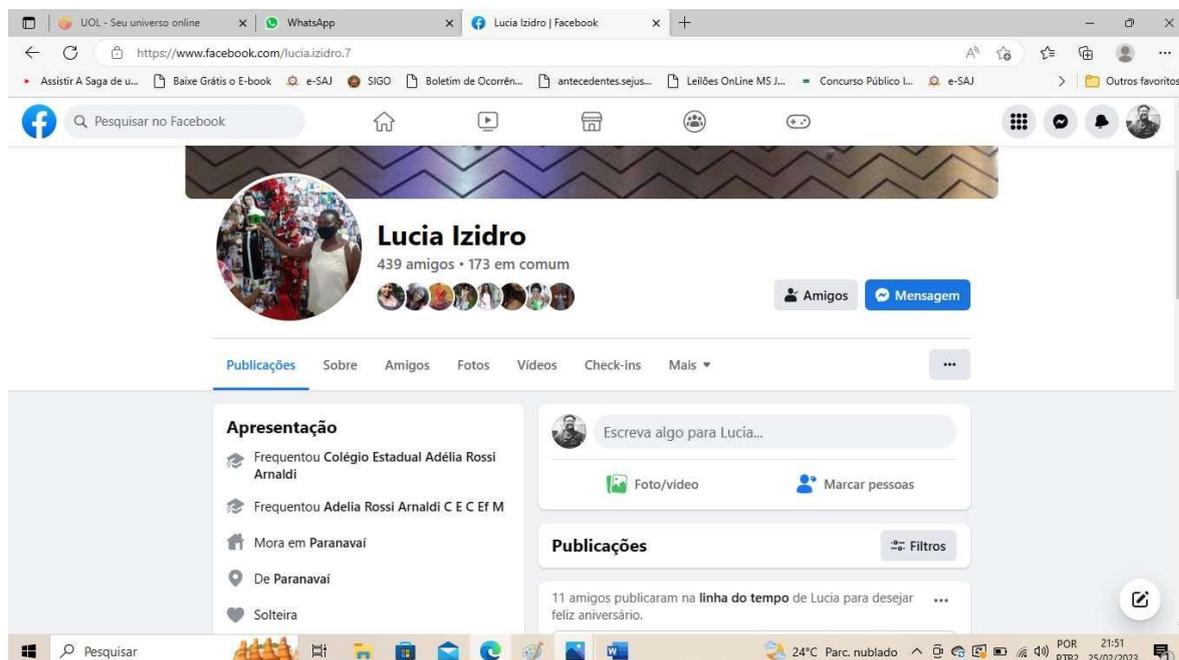
⁸⁰ Sumaré - Paranavaí- PR, 2021. Fonte: O autor

ANEXO N – APRESENTAÇÃO DOS FILHOS DE IAIÁ SUTERA NA REDE SOCIAL FACEBOOK (IMAGEM 8)⁸¹

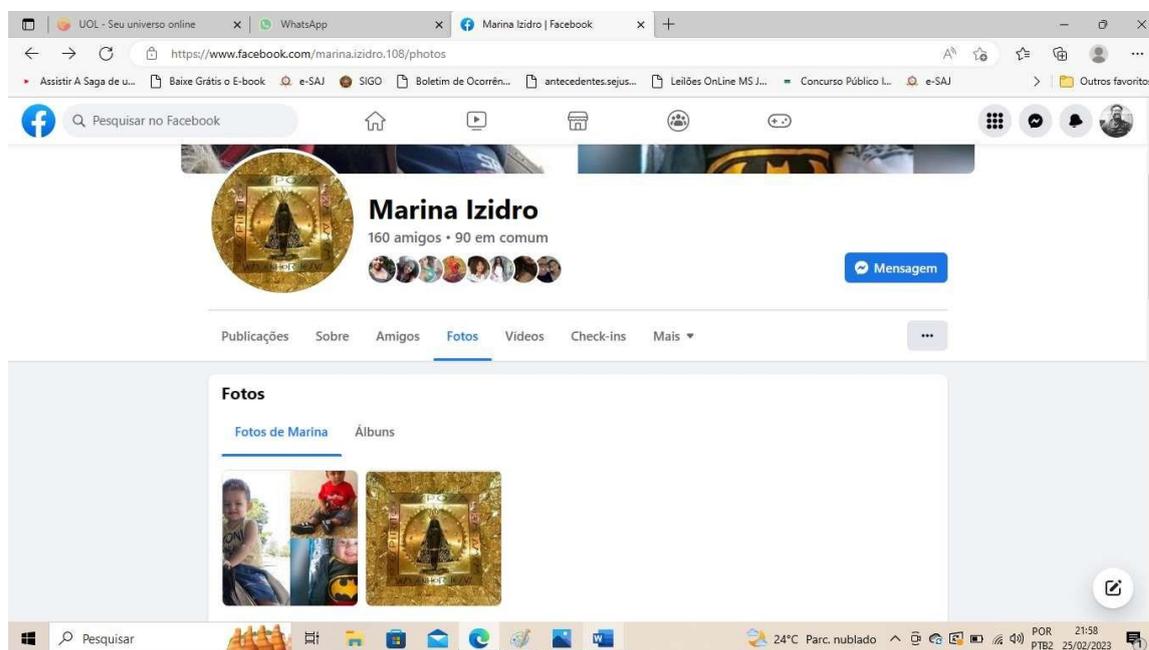


⁸¹ Sumaré - Paranavaí- PR, 2021. Fonte: Facebook

ANEXO O – APRESENTAÇÃO DOS FILHOS DE IAIÁ SUTERA NA REDE SOCIAL FACEBOOK (IMAGEM 9)⁸²



ANEXO P – APRESENTAÇÃO DOS FILHOS DE IAIÁ SUTERA NA REDE SOCIAL FACEBOOK (IMAGEM 10)⁸³



⁸² Sumaré - Paranavaí- PR, 2022. Fonte: Facebook.

⁸³ Sumaré - Paranavaí- PR, 2022. Fonte: Facebook.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 08 de março de 2023.

Ailson do Carmo de Souza